

JOSÉLIA GODOY PORTUGAL

**A SOCIABILIDADE EM CONDOMÍNIOS FECHADOS: O CASO DO
CONDOMÍNIO RESIDENCIAL RECANTO DA
SERRA EM VIÇOSA-MG**

Dissertação apresentada à
Universidade Federal de Viçosa, como
parte das exigências do Programa de
Pós-Graduação em Economia
Doméstica, para obtenção do título de
Magister Scientiae.

VIÇOSA
MINS D GERAIS – BRASIL
2009

**Ficha catalográfica preparada pela Seção de Catalogação e
Classificação da Biblioteca Central da UFV**

T

P853s
2009

Portugal, Josélia Godoy, 1982-
A sociabilidade em condomínios fechados: o caso do
Condomínio Residencial Recanto da Serra em Viçosa-MG /
Josélia Godoy Portugal – Viçosa, MG, 2009.
xv, 152f. : il. (algumas col.) ; 29cm.

Inclui anexo.

Orientador: Neide Maria de Almeida Pinto.

Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Viçosa.

Referências bibliográficas: f. 144-147.

1. Condomínios - Aspectos sociais - Viçosa-MG. 2.
Relação social. 3. Sociologia urbana. 4. Antropologia
urbana. I. Universidade Federal de Viçosa. II. Título.

CDD 22.ed. 307.76098151

JOSÉLIA GODOY PORTUGAL

**A SOCIABILIDADE EM CONDOMÍNIOS FECHADOS: O CASO DO
CONDOMÍNIO RESIDENCIAL RECANTO DA
SERRA EM VIÇOSA-MG**

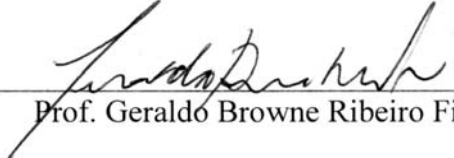
Dissertação apresentada à
Universidade Federal de Viçosa, como
parte das exigências do Programa de
Pós-Graduação em Economia
Doméstica, para obtenção do título de
Magister Scientiae.

APROVADA: 10 de julho de 2009.


Prof^ª Aline Werneck Barbosa de Carvalho
(Coorientadora)


Prof^ª Ana Louise de Carvalho Fiúza
(Coorientadora)


Prof^ª Neuza Maria da Silva


Prof. Geraldo Browne Ribeiro Filho


Prof^ª Neide Maria de Almeida Pinto
(Orientadora)

O HOMEM: AS VIAGENS

Carlos Drummond de Andrade

*O homem, bicho da Terra tão pequeno
chateia-se na Terra
lugar de muita miséria e pouca diversão.
Faz um foguete, uma cápsula, um módulo,
toca para a Lua
desce cauteloso na Lua
pisa na Lua
planta bandeirola na Lua
experimenta a Lua
coloniza a Lua
civiliza a Lua
humaniza a Lua.
Lua humanizada: tão igual à Terra.
O homem chateia-se na Lua.
Vamos para Marte - ordena as suas
máquinas.
Elas obedecem, o homem desce em Marte
pisa em Marte
experimenta
coloniza
civiliza
humaniza Marte com engenho e arte.
Marte humanizado, que lugar quadrado.
Vamos a outra parte?
Claro - diz o engenho
s sofisticado e dócil.
Vamos a Vênus.
O homem põe o pé em Vênus,
vê o visto - é isto?
idem
idem
idem.*

*O homem funde a cuca se não for a Júpiter
proclamar justiça junto com injustiça
repetir a fossa
repetir o inquieto
repetitório.
Outros planetas restam para outras
colônias.
O espaço todo vira Terra-a-terra.
O homem chega ao Sol ou dá uma volta
só para tever?
Não-vê que ele inventa
roupa insiderável de viver no Sol.
Põe o pé e:
mas que chato é o Sol, falso touro
espanhol domado.
Restam outros sistemas fora
do solar a colonizar.
Ao acabarem todos
só resta ao homem
(estará equipado?)
a difícilíssima dangerousíssima viagem
de si a si mesmo:
pôr o pé no chão
do seu coração
experimentar
colonizar
civilizar
humanizar
o homem
descobrimdo em suas próprias
inexploradas entranhas
a perene, insuspeitada alegria
de con-viver.*

“CONTEMPLAMOS DIARIAMENTE COMO SE FAZ O MAL, COMO SE SOFRE A DOR, E DIZER QUE NADA PODEMOS FAZER PELO OUTRO É UMA DESCULPA FRACA E POUCO CONVINCENTE, ATÉ MESMO PARA NÓS PRÓPRIOS. NÃO HÁ COMO NEGAR QUE EM NOSSO PLANETA ABARROTADO E INTERCOMUNICADO DEPENDEMOS TODOS UNS DOS OUTROS E SOMOS, NUM GRAU DIFÍCIL DE PRECISAR, RESPONSÁVEIS PELA SITUAÇÃO DOS DEMAIS; ENFIM, QUE O QUE SE FAZ EM UMA PARTE DO PLANETA TEM UM ALCANCE GLOBAL”.

- BAUMAN -

AGRADECIMENTOS

Aos que primeiro me ensinaram a acreditar que sempre se pode um pouco mais, meu pai e minha mãe, pelo enorme amor que têm por mim.

Ao meu querido irmão, que, vendo o mundo tão diferente de mim, me mostra todos os dias como ele é grande.

À minha orientadora, que num trabalho de lapidar pedra bruta soube me fazer encontrar caminhos melhores; sem o seu olhar sobre a problemática aqui estudada, essa pesquisa ficaria consideravelmente empobrecida.

Às minhas coorientadoras, pela disponibilidade e atenção em momentos decisivos.

À Universidade Federal de Viçosa, por intermédio do Programa de Pós-Graduação em Economia Doméstica, pela oportunidade de realização desta pesquisa.

Ao Departamento de Arquitetura e Urbanismo, por me ensinar enquanto aluna e me permitir muito mais enquanto professora.

Aos meus alunos, por terem partilhado deste momento comigo com muito interesse.

Aos meus amigos, todos eles, pois ninguém 'é' sozinho nesta vida; aos de perto e aos de longe, aos próximos e aos distantes, pela torcida.

À Fraternidade Pequena Via, por ter-me ensinado o significado de conviver continuamente com as diferenças.

Aos moradores do Condomínio Residencial Recanto da Serra, em Viçosa, MG, por terem contribuído com essa pesquisa, partilhando de suas histórias de vida.

Por fim, e acima de tudo, a Deus, que através do dom da inteligência nos concede a graça de contribuirmos para um mundo melhor.

SUMÁRIO

	Página
LISTA DE QUADROS.....	vii
LISTA DE FIGURAS.....	viii
RESUMO.....	xii
ABSTRACT.....	xiv
1. INTRODUÇÃO.....	1
1.1. O interesse pelo tema.....	1
1.2. A construção do problema.....	2
1.3. Objetivos da pesquisa.....	16
1.4. Metodologia.....	16
1.4.1. Contexto da pesquisa, local de estudo e amostra.....	17
1.4.2. Procedimentos para coleta de dados.....	18
1.4.3. A pesquisa de campo.....	20
1.4.4. Procedimentos para análise de dados.....	21
2. O CONTEXTO URBANO: Espaço e Sociabilidade nos Condomínios Residenciais Fechados.....	23
2.1. A construção do espaço urbano brasileiro.....	24
2.2. A lógica da segregação socioespacial.....	29
2.3. A sociabilidade urbana: entre ser “estranho” ou “semelhante”.....	33
2.4. Os condomínios residenciais fechados.....	43

	Página
3. A CIDADE DE VIÇOSA-MG.....	49
3.1. A construção do espaço urbano viçosense	50
3.2. A sociabilidade em Viçosa: a relação entre os distintos grupos sociais.....	64
4. A CONSTRUÇÃO DE UM LUGAR: O Condomínio Recanto da Serra...	71
4.1. Entre dois mundos distintos: o Violeira e o João Braz	73
4.2. O Condomínio Residencial Recanto da Serra.....	83
4.2.1. Preparando um espaço comum.....	93
4.2.2. Minha casa, meu canto, meu mundo.....	100
4.3. Perfil dos moradores: as diversidades configurando um grupo distinto.....	107
4.4. As relações construídas	111
4.4.1. No microcosmo do condomínio, as sobreposições das diferenças	112
4.4.2. Perto e distante: uma questão de interesse	122
4.4.3. Entre o público e o privado: a relação com a cidade.....	128
5. À GUIA DE CONCLUSÕES	136
REFERÊNCIAS	144
ANEXOS	148

LISTA DE QUADROS

	Página
1. Síntese das motivações. Viçosa, MG, 2009	92
2. Síntese do perfil socioeconômico dos moradores residentes no Recanto da Serra, Viçosa, MG, 2009.....	107
3. Distribuição das famílias residentes no Condomínio Recanto da Serra pela idade dos filhos. Viçosa, MG, 2009.....	112
4. Tempo de residência dos moradores no condomínio.....	117
5. Vínculos estabelecidos intramuros pelos moradores do condomínio. Viçosa, MG, 2009	117
6. Cidade de origem dos moradores do Condomínio. Viçosa, MG, 2009	120
7. Principais apontamentos positivos e negativos sobre a cidade de Viçosa, MG, 2009	130

LISTA DE FIGURAS

	Página
1. Portaria do Condomínio Residencial Parque do Ipê, no bairro Silvestre. São 35 lotes, todos ocupados. Possui área de lazer coletiva equipada com quadra de basquete, pista de kart e piscina. Construído em 1972, é o mais antigo.....	9
2. Portaria do Condomínio Residencial Bosque do Acamari, no bairro Romão dos Reis. São 117 lotes, todos ocupados. Possui área de lazer coletiva bem equipada, com quadras, campo e piscina. Construído no início da década de 1980.....	9
3. Portaria do Condomínio Residencial Recanto da Serra, no bairro Violeira. São 40 lotes, contando hoje com 37 casas ocupadas. Sua área de lazer coletiva conta com <i>Payground</i> , campo de futebol e campo para peteca/vôlei. Sua construção começou a partir do início da década de 1990	10
4. Portaria do Condomínio Residencial Jardins do Vale, no bairro Romão dos Reis. Antigo bairro que se fechou como condomínio a partir do ano 2000	10
5. Portaria do Condomínio Residencial Monte Verde, no bairro Romão dos Reis. São 54 lotes, contando hoje com 15 casas construídas. Como está em construção, ainda não tem área de lazer coletiva em funcionamento. Sua edificação começou a partir do ano 2000	11
6. Portaria do Condomínio Residencial Caminho dos Lagos, na zona rural de Cristais. Com a proposta de chácaras urbanizadas, possui 44 lotes, contando hoje com 11 casas construídas. Os primeiros moradores passaram a ocupar as casas a partir de 2007.....	11

	Página
7. Futura portaria do Condomínio Bretas, no bairro Romão dos Reis. Apenas seus muros de divisa estão construídos. Não há nenhuma edificação. Sua construção começou em 2008	12
8. Vista do bairro Inconfidentes, cujo acesso se faz pela Av. Marechal Castelo Branco. O alto padrão das construções se destaca na paisagem..	13
9. Casa do “Sem Domínio”. As casas localizam-se afastadas umas das outras, num terreno de alta declividade, numa região de características rurais do bairro Violeira.....	13
10. Mapas da localização da cidade de Viçosa, Minas Gerais.....	50
11. Largo do Rosário com a Capela do patrimônio de Santa Rita. Foto do final do séc. XIX.....	52
12. Imagem da Avenida Santa Rita, na atualidade.....	53
13. Foto tirada na década de 1910 da Praça da Estação Ferroviária. Ao fundo, Hotel Viçosa	54
14. Vista geral das primeiras edificações da ESAV. À esquerda o prédio dos alojamentos e à direita o edifício das salas de aula e administrativa, bem como dos laboratórios, o edifício Arthur da Silva Bernardes.....	55
15. Vista do contexto atual das quatro pilastras. Como pano de fundo, os edifícios de múltiplos apartamentos das imediações, na região central ...	57
16. Vista de uma das ruas do Acamari, onde se pode ver o padrão das casas	59
17. Detalhe da área de lazer do Acamari: área de piscinas, quadras, campos, <i>playground</i>	59
18. Nesse gráfico não está considerada a população de estudantes em Viçosa, pois essa é uma população flutuante.....	60
19. Vista da tendência à verticalização da Rua Virgílio Val. Podemos perceber como as casas baixas, mais antigas, têm sido literalmente engolidas pelos prédios	62
20. Vista da Marechal Castelo Branco na chegada do Bairro João Braz.....	72
21. Vista da Marechal Castelo Branco na altura do bairro Santo Antônio, onde se percebe o potencial construtivo da região. Essa é uma das regiões da cidade que mais têm crescido	73

	Página
22. Esquema mostrando os bairros que cresceram ao longo do eixo da Avenida Marechal Castelo Branco. No detalhe, destaque para a Implantação do Condomínio Recanto da Serra (em amarelo).....	74
23. Uma das casas no setor que pagam ITR no Violeira. A rua não é pavimentada, e a iluminação pouca e o grande vazio na ocupação trazem o caráter rural desse bairro	75
24. Rua que dá acesso ao bairro Violeira. O asfalto e o calçamento são recentes, 2008. Observa-se o grande vazio de ocupação logo na chegada do bairro. O Condomínio Recanto da Serra está à esquerda	75
25. Vista, a partir do condomínio, da parte que paga IPTU no Violeira. Esse aglomerado é conhecido como Vilinha, e suas casas são bem mais simples que as do condomínio	76
26. Estabelecimentos comerciais do João Braz ao longo da Avenida Marechal Castelo Branco. Observa-se a falta de calçamento e segurança para os pedestres	79
27. Um das ruas do João Braz. Além da falta de infraestrutura como calçamento, percebe-se ao fundo a ocupação de uma área com declividade acentuada	79
28. Vista do João Braz, onde se percebem o eixo da Marechal Castelo Branco no centro da foto, região mais baixa, e a ocupação a partir dessa avenida. Os edifícios recentes têm estrutura para atender à classe média	80
29. Esta foto, tirada da rua mais alta do Recanto da Serra, mostra a vista bucólica do bairro Violeira que se tem do condomínio	81
30. Placa de identificação na Portaria do condomínio	83
31. Uma das casas em construção no condomínio	85
32. Uma das casas do Recanto da Serra	85
33. Imagem aérea do Condomínio Recanto da Serra. Rosa: Portaria; e lilás: rua de acesso ao Violeira. Ruas internas em vermelho (rua de baixo), azul (rua do meio) e amarelo (rua de cima)	86
34. Limite, em forma de cerca eletrificada, na divisa de acesso ao Violeira..	87
35. Limite, em forma de muro, na área do <i>playground</i> , numa das extremidades do condomínio	87
36. Limite, em forma de muro, com vegetação nas partes mais elevadas do condomínio	88

	Página
37. Vista da inclinação das ruas do Recanto da Serra; no caso, a rua do meio	89
38. Vista do <i>playground</i> que se situa em um dos limites murados do condomínio. Sua locação fica na parte mais alta	94
39. Vista do campo de futebol, que se limita com o acesso ao Violeira, e, por isso, os limites do condomínio são marcados com cerca. Sua locação fica na parte mais baixa	94
40. Sede social, e ao lado podemos ver o espaço para vôlei e peteca.....	95
41. Espaço para vôlei e peteca	95
42. Vista da área destinada a instalações dos futuros espaços coletivos.....	97
43. Uma das ruas internas do Recanto da Serra. As crianças utilizam as ruas como espaço de lazer	98
44. Um dos bancos com a vista a partir do condomínio	99
45. Nesta imagem, podemos perceber parte da rua onde as casas têm a fachada de acordo com o projeto-padrão original	100
46. Aqui percebemos que o andar de baixo foi fechado com panos de vidro, o acesso principal possuía uma pequena mureta e, no andar de cima, a janela entre as varandas foi substituída por rasgos verticais. Houve, também, modificação no peitoril das varandas.....	102
47. Talvez essa seja a residência que mais se diferencia do projeto original, principalmente por ser a única com três andares. A varanda simula um pórtico que marca o acesso principal, servido de uma significativa escada.....	102
48. Casa com grande na frente para a rua interna ao condomínio	106
49. Gráfico da distribuição das famílias por tipo no Brasil.....	110
50. Vista da UFV	131
51. Vista do Shopping Chequer, em frente à rodoviária, no Centro de Viçosa	131
52. Vista de uma rua interna do Recanto da Serra	132
53. Vista do Clube Campestre.....	132
54. Família usando o espaço da UFV como opção de lazer no final de semana	133
55. Vista do Calçadão, com destaque para o Shopping no primeiro plano.....	134

RESUMO

PORTUGAL, Josélia Godoy, M. Sc., Universidade Federal de Viçosa, julho de 2009.
A sociabilidade em condomínios fechados: o caso do Condomínio Residencial Recanto da Serra em Viçosa–MG. Orientadora: Neide Maria de Almeida Pinto.
Coorientadores: Ana Louise de Carvalho Fiúza e Aline Werneck Barbosa de Carvalho.

A lógica capitalista que produz uma sociedade hierarquicamente organizada também se expressa nos espaços urbanos, compondo territórios para as camadas altas da sociedade e para as camadas baixas. Em um contexto urbano segregado, as famílias que possuem poder aquisitivo maior tendem a se aproximarem fisicamente, constituindo seus espaços de moradia como os condomínios fechados. O objetivo geral de nossa pesquisa foi apreender o significado de morar em condomínio fechado para os seus moradores e as relações que desenvolvem a partir desse espaço em três escalas diferentes: intramuros, com o bairro e com a cidade. Buscamos abordar essa problemática pelo viés das relações sociais e físicas que os moradores estabelecem entre si e com o espaço físico da cidade de Viçosa, MG. Nossa amostra se compôs dos moradores do condomínio Residencial Recanto da Serra. A metodologia contemplou entrevistas com os moradores do condomínio, questionário socioeconômico e observação não participante. Na escala intramuros, identificamos que, mesmo compondo um grupo homogêneo em relação à cidade, no espaço interno do condomínio esses moradores se distinguem fortemente entre si, formando

subgrupos e estabelecendo relações de poder. Nas relações estabelecidas com os bairros limítrofes, verificamos que a motivação para os contatos foi de caráter utilitário, não havendo investimento, por parte dos moradores do condomínio, em relações de amizade. Quanto à cidade de Viçosa, os espaços frequentados pelos condôminos, ou seja, aqueles espaços onde se socializam com os de fora do núcleo familiar ou da vizinhança imediata, são marcados pelo signo da segregação, como o shopping, os clubes de lazer, os restaurantes e os espaços escolares. Nesse tipo de configuração de moradia, como os condomínios fechados, as relações que as famílias estabelecem entre si tendem a refletir as relações que estabelecem com a sociedade. No caso de Viçosa especificamente, é importante pontuar que a cidade tal como se configura hoje, evidenciando cada vez mais a tendência à segregação socioespacial, foi construída historicamente sob o signo da distinção. Ao reconstruirmos o histórico das relações estabelecidas entre os distintos grupos sociais que compõem a sociedade local, percebemos a presença da Universidade Federal de Viçosa (UFV) como fator de distinção não só pelo capital econômico, mas, principalmente, pelo capital cultural de parcela da população que a ela está diretamente ligada, como os professores. Em nossa pesquisa, constatamos que os moradores do condomínio Recanto da Serra tinham, em sua maioria, suas atividades de trabalho relacionadas com a UFV. Para desenvolvimento local da cidade hoje, um grande desafio é conciliar as potencialidades dessa Instituição, principalmente seu capital humano, com as necessidades de um município que carece de recursos e investimentos, apresentando localizações, como alguns bairros periféricos e a zona rural, com poucas condições de garantir a qualidade de vida de sua população.

ABSTRACT

PORTUGAL, Josélia Godoy, M. Sc., Universidade Federal de Viçosa, July of 2009.
Sociability in closed condominiums: the case of the Condomínio Residencial Recanto da Serra in Viçosa-MG. Adviser: Neide Maria de Almeida Pinto. Co-Advisers: Ana Louise de Carvalho Fiúza and Aline Werneck Barbosa de Carvalho.

Capitalism rationale, which produces a hierarchical society, is also observed in urban areas, with some territories destined for upper social classes and others for lower social classes. In a segregated urban area, richer families tend to stay closer, in closed condominiums. The general objective of our research was to understand the meaning of living in a closed condominium for their dwellers and the relations developed because of this restricted area in three different levels: within the walls, with the suburb and with the city. We tried to approach this problem through the social and physical relations that dwellers establish among themselves and with the physical area of the city of Viçosa, MG. Our sample was made of dwellers of the condominium Residencial Recanto da Serra. The methodology employed interviews with the dwellers of the condominium, a socioeconomic questionnaire and non-participant observation. In the within the walls level, we identified that, even composing a homogeneous group in relation to the city, in the internal area of the condominium, the dwellers presented significant differences among them, forming subgroups and establishing power relations. In the relations established with the

neighboring suburbs, we verified that contacts were motivated by the need of use, without investments on friendship by the condominium dwellers. As for the city of Viçosa, the areas in which the condominium dwellers socialize with people from other areas are marked by segregation, such as shopping malls, clubs, restaurants and school. In this kind of habitation, such as the closed condominiums, the relations that families develop among them tend to be similar to those they establish with society. As for Viçosa, it must be highlighted that, currently, there is an increasing trend towards social and spatial segregation, which has been historically constructed under the symbol of distinction. When we reconstruct the history of the relations established among the different social groups that form the local society, we observe the presence of the Universidade Federal de Viçosa (UFV) as a distinguishing factor, not only because of economic capital, but mainly because of the cultural capital of part of the population directly linked to the UFV, such as its faculty. In our research, we observed that most dwellers of the condominium Recanto da Serra had jobs somehow related to the UFV. Nowadays, the great challenge for the development of the city is to harmonize the potential of this institution, mainly its human capital, with the lack of resources and investments of the city, with its peripheral suburbs and the rural area with poor conditions to provide life quality for the population.

1. INTRODUÇÃO

Já nos daríamos por satisfeitos se habitar e construir ocupassem um lugar entre as coisas que merecem ser interrogadas (sobre si) e que continuariam assim entre aquelas nas quais vale a pena pensar.

- HEIDEGGER -

1.1. O interesse pelo tema

O interesse inicial para desenvolver uma pesquisa em que o estudo do espaço físico não ficasse restrito às suas discussões morfológicas, mas, sim, que se pudesse discuti-lo em uma perspectiva relacional, ou seja, a partir das relações sociais tecidas pelos indivíduos/grupos que nele se instalam, evidenciou-se, ainda, no Curso de Arquitetura e Urbanismo. Na monografia final de curso, desenvolvi um trabalho sobre a relação entre as características da vida urbana contemporânea e o processo de formação de comunidade em nossos dias.

Foi durante o desenvolvimento deste trabalho acadêmico que começou a despertar em mim o entendimento de que a profissão de arquiteto englobava muito mais reflexões do que simplesmente o ato de construir. Compreendi que o espaço físico era consequência da forma como o homem se percebia no mundo e percebia o seu coletivo, que ele espelhava as contradições da própria sociedade que nele se instalava.

Ao olhar ao meu redor, a cidade de Viçosa, via um local que se expandia consideravelmente, com novas edificações; novos loteamentos; com uma

universidade federal que, a cada ano, recebia mais pessoas; inúmeras festas para os estudantes; um trânsito de veículos tenso e intenso; um rio que, a cada dia se poluía mais; presença de pessoas dormindo nas ruas; pequenos assaltos noturnos; enfim, uma dinâmica urbana que, em determinados momentos mais parecia uma grande cidade do que uma pequena cidade do interior de Minas Gerais.

Além desses aspectos, a emergência de condomínios fechados evidenciando uma tendência à segregação no espaço urbano, chamou-me a atenção por ser essa uma realidade típica das grandes metrópoles. Nesse trabalho entendemos que os condomínios são territórios estritamente privados, uma vez que são separados dos espaços públicos da cidade, normalmente por muros e cercas, possuindo uma portaria, onde acontece o controle das entradas e saídas. Normalmente em seu interior há espaços para uso comum, como as áreas de lazer, e espaços privativos, como as residências.

A presença dessa tipologia habitacional em Viçosa despertou-me o interesse, enquanto pesquisadora, e trouxe-me alguns questionamentos específicos naquele momento: a tendência à auto-segregação nas grandes cidades é também uma nova realidade nas cidades de médio porte? Ou essa é uma tendência de Viçosa, que a distingue em relação a outras cidades de seu tamanho e características?

Assim ficava sempre a dúvida em relação aos motivos que estariam levando algumas pessoas dessa cidade a optarem por morar em condomínios fechados. O que de fato estaria por detrás dessa prática? O que esses condomínios significavam para os seus moradores? Quais as formas de sociabilidade estabelecidas pelos seus moradores? Esses questionamentos me estimularam a estudar esse tipo de moradia, que evidencia não somente uma transformação em relação às formas de ocupação do espaço urbano, mas também uma mudança no estilo de vida e na cultura de um segmento social.

1.2. A construção do problema

As cidades brasileiras têm a expressão urbana de uma sociedade que nunca conseguiu superar a sua herança colonial. E, evidentemente isso gera a negação da cidadania e da universalidade dos direitos. Sobretudo, na cidade, mas também no campo, as condições de vida e de trabalho da população seguem os princípios da economia de mercado, onde “o avanço das relações formais capitalistas trazem no

seu bojo, no processo de acumulação brasileiro, a exclusão” (MARICATO, 1996:48). O acesso à terra foi, historicamente, negado à maioria da população que teve que se reproduzir material e socialmente de forma precária, na maioria das vezes, sequer garantindo o acesso aos recursos básicos, deteriorando a qualidade de vida nas cidades brasileiras.

Na sociedade brasileira, segundo Verás (1999), as cidades foram marcadas pela segregação social e pela diferenciação hierarquizada dos espaços, correspondendo à participação desigual dos grupos e/ou classes sociais no espaço, embora este não seja o único fator explicativo da configuração espacial da cidade¹. A habitação, como outros bens e necessidades, é uma mercadoria e o seu acesso, frequentemente, o não acesso pelos indivíduos ou famílias a esse bem, depende da disponibilidade de capital econômico de que eles dispõem. Os acessos à cidade e à habitação, bem como toda a sua configuração espacial tendem a refletir as distâncias sociais de uma sociedade hierarquizada. As tipologias e situações habitacionais diversas - favelas, cortiços, loteamentos irregulares ou clandestinos, moradores de rua, condomínios fechados, etc. – revelam os diferentes “territórios” que demarcam as diferentes classes sociais no espaço, constituindo-se em marcas de uma cidade territorial e socialmente dividida com condições de vida diversas, nas quais predominam as manifestações de uma sociedade de capitalismo tardio², como a brasileira.

Na análise dos processos de urbanização no Brasil, alguns autores, como Caldeira (2000), Maricato (1996) e Souza (2004), analisam os contextos econômicos e políticos e seus impactos na construção do espaço urbano. Souza (2004) situa a década de 1980 como sendo aquela em que a importância do informal e do ilegal

¹ Para Gottdiener (1996), é necessário a consideração de que existe um domínio de interesses baseados no território e que não podem ser reduzidos a comunidades de valores de troca. Levanta, pois a categoria sócio-espacial, que é definida além da economia, pela cultura e pela política. Ver também Verás (1999).

² Para Jessé Souza, o “capitalismo tardio” é a atual fase pela qual nossa sociedade passa. Caracterizado pela expansão da produção, devido aos grandes desenvolvimentos tecnológicos, chegando mesmo a uma situação de superprodução em paralelo com a redução da capacidade empregatícia das indústrias e forçando, com isso, o aumento das atividades do setor terciário e deslocando o centro da economia para este. “O capitalismo tardio” só é possível de ser compreendido se evidenciadas as singularidades das questões culturais, morais e simbólicas do novo mundo moderno. Para ele, é somente recuperando a dimensão da dominação simbólica, como refletiu Bourdieu, em relação a sociedades avançadas, que as economias periféricas, como a do Brasil, conseguirão sobressair nessa situação de capitalismo tardio (cf. SOUZA, Jessé. **A construção social da subcidadania**: para uma sociologia Política da modernidade periférica. Belo Horizonte: UFMG, 2003).

creceu assustadoramente em diversas metrópoles. Esse fenômeno se efetivou num quadro de crescimento urbano intensificado, associado às condições de reprodução social do morador em que o acesso a trabalhos pouco qualificados e com baixos salários, consequência da baixa escolaridade, era a realidade da grande maioria dos trabalhadores. Nesse quadro, não se permitiu também a reprodução social do morador urbano de forma digna. As grandes cidades, principalmente as metrópoles, viram suas periferias urbanas sendo ocupadas por essa parcela da população de baixa renda.

A novidade nesse processo de periferização foi o “aprofundamento da miséria que vem com a globalização e acarretou a explosão da violência em escala até então desconhecida, e que seria denominada de violência urbana” (MARICATO, 1996, p. 52). Esta, a partir da década de 1990, vinculada ao tráfico e ao consumo de drogas, promovidos pelo crime organizado e alimentados pela corrupção policial, esfacelam os direitos humanos e descortinam cenários de delinquência juvenil, explosão demográfica do sistema penitenciário, crimes de rua, como arrastões, guerra de gangues, racismo e intolerância, esquadrões da morte, prostituição, além da violência doméstica (cf. FERNANDES; VALENÇA, 2004).

Dentro desse contexto, segundo Maricato a imagem das grandes cidades brasileiras “passa a ser associada à violência, poluição, criança desamparada e tráfego caótico, entre outros inúmeros males” (MARICATO, 1996, p. 55). Assim, em diferentes proporções as cidades brasileiras hoje enfrentam, ao menos, dois desafios comuns: a degradação ambiental e o aumento da tensão urbana e da violência.

A degradação ambiental nas cidades brasileiras aparece sempre associada aos aspectos de saneamento básico, devido ao caráter incompleto da produção e organização do espaço social. Assim, os “serviços sanitários precários ou inexistentes (água, esgoto, lixo) ameaçam o cotidiano das populações urbanas pobres” (MONTE-MÓR, 1994, p. 176), ao mesmo tempo que a disposição final dos resíduos atinge, inclusive, os espaços regionais. Também, os loteamentos de periferia destroem a cobertura vegetal primitiva por adensamento dessas áreas, levando a uma falta de qualidade do espaço urbano de moradia.

Dentro desse contexto de degradação e somado à exacerbação da problemática da violência urbana, a segurança tornou-se, nos dias atuais, um bem socialmente raro (cf. BAUMAN, 1998), caro e inacessível a quem não possui o capital que supostamente a potencializa. E, para aqueles que o possuem, locais de

moradia seguros são vendidos, deliberadamente, com promessas de sua eficácia. Assim, condicionados pelo capital econômico, “os condomínios fechados têm representado cada vez mais uma promessa de melhor qualidade de vida urbana a ser conseguida a partir de um estilo de vida exclusivo e de uma eventual fuga da violência” (MONTE-MÓR; BHERING, 2006, p. 291).

A despeito, no entanto, do que essas promessas representam, a autossegregação que se concretiza nesses espaços acaba por distanciar os seus moradores dos espaços públicos da cidade, e isso modifica as formas de sociabilidade que os seus moradores vivenciam entre si, bem assim com os outros moradores do município.

Evidentemente, os espaços internos dos condomínios passam a ter que suprir o que até então era função da cidade, efetivada através do poder público, como segurança e lazer. No caso de condomínios maiores e mais equipados, eles suprem toda uma gama de prestação de serviços, variando desde a educação básica até a sede de bancos e empresas. No entanto, o seu funcionamento interno, garantido pelo capital econômico dos moradores, como parte de um território privado, desenvolve-se, na prática, pelas pessoas que ali trabalham e que não pertencem ao segmento social de seus moradores. Nesse contexto, as relações sociais estabelecidas com esses prestadores de serviços tendem também a refletir a ideia de segregação.

Esses processos, em curso nas grandes cidades e nas regiões metropolitanas, podem-se colocar de forma bastante distinta na realidade de uma cidade de médio porte do interior de Minas Gerais, como é o caso de Viçosa. Assim, a compreensão das formas de sociabilidade presentes em um condomínio fechado de uma cidade com cerca de 80.000 habitantes³ pressupõe a compreensão dos processos de urbanização presentes, bem como a compreensão dos processos de identidade, alteridade e territorialidade relacionados à população residente. Esses processos estão relacionados entre si e são determinantes da forma como cada um percebe o seu espaço físico e social.

Nessa perspectiva, esta dissertação teve como proposta compreender os padrões de sociabilidade presentes nos condomínios fechados localizados em cidades

³ Esse número inclui a estimativa da população dos estudantes, que é flutuante (cf. dados do IBGE, 2008).

de médio porte⁴, no interior de Minas Gerais. Essa proposta perpassou as análises das condições propícias à produção dessa forma de moradia, que está relacionada às atuais formas de reestruturação do espaço urbano e de estruturação da sociedade. Buscamos, pois, compreender se os fatores explicativos da realidade dos condomínios fechados das grandes cidades estão também presentes na realidade de uma cidade de médio porte no interior de Minas Gerais.

Tivemos como pressuposto que a segregação socioespacial relacionada aos condomínios fechados teve implicações para as formas como se constroem as relações na cidade e entre os indivíduos. As formas de sociabilidade vividas por seus moradores, tanto em relação aos espaços internos do condomínio quanto em relação à cidade, foram o viés escolhido para as nossas análises, pois acreditamos que é a partir do espaço social que se pode chegar a uma real compreensão também do espaço físico, como argumentou Bourdieu (1998).

Para desenvolvimento desse estudo, tomamos como objeto de estudo os moradores residentes no Condomínio Residencial Recanto da Serra, localizado no Município de Viçosa, MG. A justificativa da escolha de Viçosa, MG, para desenvolvimento deste estudo deu-se em função das características do seu processo de urbanização, que a aproximam dos contextos das grandes cidades, mas também pelas muitas proximidades que apresenta com relação às cidades de pequeno porte.

Atualmente, duas abordagens metodológicas têm-se destacado na análise do espaço urbano⁵: a da “cidade global” e a que enfoca os “problemas específicos” da realidade urbana (cf. FERNANDES; VALENÇA, 2004). Na primeira abordagem, o que está em questão é o papel das cidades nas “redes globais”⁶. Nessa, as atividades de reestruturação econômica e de requalificação urbana são entendidas como o resultado da pressão entre os interesses públicos e privados, cujo principal objetivo é fazer com que as cidades tenham condições de competirem por seus diversos

⁴ Esse tipo de denominação é baseado no valor numérico total da população de uma cidade, e, segundo a classificação do IBGE, as cidades entre 50.000 e 800.000 habitantes são consideradas cidades de médio porte, pelo fato de terem condições de exercer influências regionais.

⁵ No Brasil, as diferentes possibilidades metodológicas de abordagem do espaço urbano tiveram papel fundamental na compreensão de seu contexto, principalmente após a abertura política no final da década de 1980, com a redemocratização do país, como discutiram Maricato (1996) e Fernandes e Valença (2004).

⁶ Os termos “cidade global” e “redes globais” foram desenvolvidos ao longo da recente produção acadêmica do sociólogo Manuel Castells. Neles, o que está em jogo é a participação das novas tecnologias de informação e comunicação na reestruturação econômica capitalista das cidades hoje, que acaba por levar a uma realidade de interação constante; por isso, o termo rede, que se faz em nível global.

interesses no cenário global, dando pouco enfoque nas especificidades locais. Já a segunda abordagem metodológica trabalha com a ideia de que as cidades se tornam cada vez mais fragmentadas. Nessa perspectiva, as questões específicas são colocadas em evidência para entender a dinâmica interna da cidade, a produção de espaços legais e ilegais, formais e informais, regulares e irregulares, para os pobres e para os ricos, a partir de uma divisão social e espacial mais nítida e dialética entre os espaços.

Nossa proposta de pesquisa de análise das relações de sociabilidades vivenciadas pelos moradores de condomínios residenciais urbanos aproximou-se mais da segunda abordagem metodológica, uma vez que entendemos que o espaço social, que é segregado, é capaz de configurar espaço físico também segregado, tornando a cidade segmentada.

Viçosa é uma cidade de médio porte⁷, que apresenta estrutura espacial nitidamente fragmentada, uma vez que mostra desigualdade ao acesso a bens e serviços, ou seja, desigualdade socioeconômica. Possui cotidiano urbano em que se podem identificar, em determinadas situações, características comuns nas grandes cidades, como engarrafamentos e poluição do centro da cidade (cf. STEPHAN; RIBEIRO FILHO, 2001). Além de caracterizar-se como polo regional para a economia da Zona da Mata mineira. A presença da Universidade Federal de Viçosa, de faculdades e colégios particulares e de empresas de prestação de serviço gera fluxo econômico relativamente intenso. Evidenciando-se as contradições e as desigualdades sociais, 15% do total da população, segundo dados do IBGE (2007), apresentam renda bem superior à média da população da cidade. A implicação social dessa realidade manifesta-se, entre outras formas, na construção e ocupação espacial da cidade.

Historicamente, a cidade foi marcada, principalmente a partir da década de 1970, por um tipo de urbanização descontrolada e sem nenhum planejamento eficaz do poder público local, o que tem culminado num espaço urbano degradado e desigual (cf. STEPHAN; RIBEIRO FILHO, 2001). Com a transformação da então UREMG em Universidade Federal de Viçosa, em 1969, a cidade experimentou um grande “boom” imobiliário. De acordo com dados do IBGE, em 1960 a população era de 20.846, sendo a maioria do meio rural. Nas décadas seguintes, esse número cresceu de forma expressiva, chegando, em 2007, a 70.404 habitantes.

⁷ Segundo o IBGE, Censo 2007, Viçosa possui população de 70.404 habitantes.

Esse processo de urbanização trouxe consigo a marca da desigualdade, que é caracterizada pela exclusão social⁸ explicitamente expressa nos espaços territorial e social. O que se constata é que:

A qualidade de vida típica das cidades do interior mineiro foi se perdendo rapidamente com o aparecimento de uma série de problemas típicos das metrópoles brasileiras: poluição de seus córregos, engarrafamentos, violência urbana, áreas faveladas e acentuado processo de verticalização das suas edificações em determinadas áreas da cidade, ocasionando densificação excessiva ao se comparar com a infra-estrutura e serviços urbanos disponíveis (STEPHAN; BROWNE, 2001).

Hoje, a cidade possui 90% de sua população na zona urbana. O nível econômico da grande maioria da população é baixo. Segundo dados do IBGE (2007), 85% da população vive com menos de cinco salários mínimos. Ou seja, grande parte da população não possui renda suficiente que lhe permita consumir muito além de suas necessidades básicas. Assim, por exemplo, podemos encontrar em Viçosa regiões de população com baixíssima renda, como o conhecido “Morro do Rebenta Rabicho”⁹, onde as casas se aglomeram em espaços muito reduzidos, dispostas uma ao lado da outra, praticamente sem espaçamento. As ruas nesse bairro, além de estreitas, não têm circulação de veículos; funcionam como saída de esgoto e como os únicos locais de lazer para as inúmeras crianças. Esse bairro se limita geograficamente com o bairro Belvedere, um bairro de classe média alta, em lotes que contemplam áreas de lazer, protegidas por vigilância eletrônica, servido de ruas bem asfaltadas, de esgoto encanado e coleta de lixo público. Esses bairros ocupados pelas camadas alta e média da população, muitas vezes, abrigam condomínios fechados, opção de moradias dos segmentos sociais de mais rendas.

A cidade possui hoje sete condomínios residenciais fechados, sendo já ocupados: Parque do Ipê, Bosque do Acamari, Recanto da Serra, Jardins do Vale, Monte Verde, Caminho dos Lagos. Há outro em construção, ainda sem denominação oficial, que tem sido chamado de Condomínio Bretas, em função do sobrenome do dono da construtora (Figuras 1, 2, 3, 4, 5, 6 e 7).

⁸ Segundo Martins, “exclusão é apenas um momento da percepção que cada um e todos podem ter daquilo que concretamente se traduz em privação” (MARTINS, 1997, p. 18). Dessa forma, a “exclusão social” é um estado de privação imposto, tornando-se um problema moral muito mais do que a pobreza, que para ele, em nossa sociedade, é algo relativo, sendo redefinida continuamente por uma cultura que também muda.

⁹ Nome popular para o bairro Sagrado Coração de Jesus.



Figura 1 – Portaria do Condomínio Residencial Parque do Ipê, no bairro Silvestre. São 35 lotes, todos ocupados. Possui área de lazer coletiva equipada com quadra de basquete, pista de kart e piscina. Construído em 1972, é o mais antigo.



Figura 2 – Portaria do Condomínio Residencial Bosque do Acamari, no bairro Romão dos Reis. São 117 lotes, todos ocupados. Possui área de lazer coletiva bem equipada, com quadras, campo e piscina. Construído no início da década de 1980.



Figura 3 – Portaria do Condomínio Residencial Recanto da Serra, no bairro Violeira. São 40 lotes, contando hoje com 37 casas ocupadas. Sua área de lazer coletiva conta com *Payground*, campo de futebol e campo para peteca/vôlei. Sua construção começou a partir do início da década de 1990.



Figura 4 – Portaria do Condomínio Residencial Jardins do Vale, no bairro Romão dos Reis. Antigo bairro que se fechou como condomínio a partir do ano 2000.



Figura 5 – Portaria do Condomínio Residencial Monte Verde, no bairro Romão dos Reis. São 54 lotes, contando hoje com 15 casas construídas. Como está em construção, ainda não tem área de lazer coletiva em funcionamento. Sua edificação começou a partir do ano 2000.



Figura 6 – Portaria do Condomínio Residencial Caminho dos Lagos, na zona rural de Cristais. Com a proposta de chácaras urbanizadas, possui 44 lotes, contando hoje com 11 casas construídas. Os primeiros moradores passaram a ocupar as casas a partir de 2007.



Figura 7 – Futura portaria do Condomínio Bretas, no bairro Romão dos Reis. Apenas seus muros de divisa estão construídos. Não há nenhuma edificação. Sua construção começou em 2008.

Além desses sete condomínios, a cidade de Viçosa possui duas situações muito particulares quanto ao tipo de moradia em condomínios residenciais. Os casos do bairro Inconfidentes, Júlia Mollá e do "Sem Domínio", no bairro Violeira, caracterizam-se como tentativas de se formar um condomínio fechado, porém esses espaços não são fechados, ou seja, não possuem portaria que controla a entrada e saída de pessoas e não têm muros de divisas. Todavia são bairros de classe média alta, e, no caso do "Sem Domínio", foi um loteamento adquirido por pessoas amigas, o que demonstra tendência em se viver entre os afins, ou seja, constituir um grupo homogêneo (Figuras 8 e 9).

Nessa perspectiva, a análise das causas relacionadas à emergência da tipologia habitacional dos condomínios fechados em Viçosa foi objeto de análise neste estudo. Nesse contexto, a busca por um estilo de vida exclusivo e a fuga da violência urbana têm sido apontados, em estudos relacionados às grandes metrópoles, como as principais causas relacionadas à busca pelos condomínios fechados como opções de moradia.



Figura 8 – Vista do bairro Inconfidentes, cujo acesso se faz pela Av. Marechal Castelo Branco. O alto padrão das construções se destaca na paisagem.



Figura 9 – Casa do “Sem Domínio”. As casas localizam-se afastadas umas das outras, num terreno de alta declividade, numa região de características rurais do bairro Viadeira.

Nesse sentido, questionou-se: o contexto da violência crescente em Viçosa tenderia a se colocar também como uma das justificativas para a autossegregação das famílias em condomínios fechados? Haveria reação dos moradores de condomínios fechados, em termos de busca pelo isolamento em virtude da violência urbana, já tão evidente? Ou haveria, por parte dos moradores de condomínio de Viçosa, a necessidade de afirmação e de uma distinção social em relação aos menos favorecidos? Caberia também nessa realidade o questionamento acerca da participação da degradação do espaço público nesse rol de fatores relacionados à emergência dos condomínios? Ou seja, os espaços públicos em Viçosa estariam tão degradados que não cumpririam mais a sua função?¹⁰. De outro lado, os condomínios em Viçosa se apresentariam estruturados o suficiente para que as famílias pudessem abrir mão dos espaços públicos da cidade? Qual seria a relação dos moradores de condomínios com a cidade?

Analisamos, ainda, o *modo de vida* das famílias nos condomínios. De acordo com Pinto (2002), o espaço residencial torna-se fator fundamental no modo de organização familiar, bem como na sua dinâmica e também nas relações que são tecidas no seu interior. Assim, investigamos a dinâmica das relações de um dos condomínios fechados de Viçosa a partir do sentido ou significado que os moradores dão acerca de “morar em um condomínio fechado em Viçosa”. Além disso, buscamos analisar as formas de organização aí presentes e a compreensão de como se estabelecem os vínculos entre os moradores.

Buscamos, de outro lado, compreender se a autossegregação nos condomínios fechados de Viçosa se constituiu numa forma de distinção social. Tais reflexões foram construídas a partir das análises que estudiosos como Bauman (1998) fizeram acerca das sociedades contemporâneas. Para esse autor, fatores como a incerteza da vida cotidiana, a insegurança na cidade, a precariedade dos laços afetivos e do

¹⁰ Segundo o artigo 182 da Constituição Federal de 1988, a política de desenvolvimento urbano tem por objetivo “ordenar o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e garantir o bem-estar de seus habitantes”. De acordo com o parágrafo 2, “a propriedade urbana cumpre a sua função social quando atende às exigências fundamentais de ordenação da cidade expressas no plano diretor”. No entanto, é somente no Estatuto da Cidade, Lei Federal nº 10.257, de 2001, que há diretrizes para a implantação do Plano Diretor. Segundo a Constituição, todo cidadão tem direito à cidade e à cidadania. Isso inclui uma cidade limpa, iluminada, com segurança pública, transporte acessível, saúde, educação, lazer e o meio ambiente protegido e assegurado. Seguindo esses princípios, o Plano Diretor de uma cidade tende a valorizar o seu espaço público, consagrando os valores da convivência e concebendo o desenvolvimento local, produzindo uma cidade acessível a todos (c.f. BRASIL – Ministério das Cidades. Secretaria Nacional de Programas Urbanos. **Plano Diretor Participativo**. Brasília: Ministério das Cidades, 2005).

trabalho, o privilégio a ações de consumo em detrimento da produção, a troca do durável pelas infinitas possibilidades de escolhas e o excesso de informações interferem nas sociabilidades estabelecidas.

Na perspectiva de Velho (1981) e de Bauman (1998), a organização social, política e econômica que instiga ações e práticas voltadas para o individual, para a distinção do indivíduo, ou de pequenos grupos de afins trazem a necessidade cada vez maior da identidade como algo que confere distinção, conferindo-lhes razão de ser. Essas identidades se espacializam em diferentes territorialidades, ou seja, configuram espaços distintos e limitados, que tendem a ser socialmente fechados, como os condomínios fechados. E são nesses espaços, seguindo a distinção entre “nós” e “eles”, excluindo tudo o que se considera estranho, que novas relações sociais são edificadas e sedimentadas. Assim, temos um arranjo social sempre em processo de construção e modificação que é refletido nos espaços físicos.

Tais análises nos permitiram compreender a especificidade das realidades urbanas com seus processos internos – explicados pela dinâmica interna da cidade e dos seus moradores –, bem como dos processos macros aos quais a cidade está relacionada. Em espaços extremamente marcados pela alteridade e pela segregação, como é o caso dos condomínios, acredita-se que se estabelece um modo próprio de vida e um modo próprio de se relacionar com os mais próximos e com os demais, que acabam por se caracterizarem também pelo contexto específico de cada localidade.

Finalmente, entendendo a produção do espaço físico como uma forma de representação do espaço social, o modo de habitar e de construir precisa ocupar um lugar entre as coisas que merecem ser interrogadas e válidas de serem pensadas. Por isso, diante da realidade da problemática de segregação socioespacial que os condomínios fechados apresentam dentro do contexto das cidades hoje e de sua implicação para o estabelecimento de novas relações urbanas, pode-se dar continuidade aos estudos de Bourdieu (1998) e Heidegger (1971) sobre a função social do habitar e da cidade.

1.3. Objetivos da pesquisa

A partir dessa proposta de estudo, esta dissertação teve como objetivo geral:

- Aprender o significado de morar em condomínio fechado para os seus moradores e as relações que desenvolvem a partir desse espaço em três escalas diferentes: intramuros, com o bairro e com a cidade.

De forma específica, buscou-se:

- Traçar o perfil socioeconômico das famílias residentes em um dos seis condomínios fechados da cidade de Viçosa, MG.
- Analisar o modo de organização, a dinâmica e as relações construídas pelas famílias moradoras deste condomínio fechado em Viçosa, MG.
- Investigar se existiriam práticas de isolamento físico e social em relação ao espaço público da cidade, por parte das famílias das camadas médias, residentes nesse condomínio fechado, identificando a maneira como essas práticas se manifestavam.

1.4. Metodologia

Nossa pesquisa consistiu em uma abordagem qualitativa do urbano, nas instâncias dos espaços sociais e físicos, configurando-se como uma pesquisa descritiva e analítica. Como técnicas de coleta de dados para análise, utilizamos o questionário semiaberto, as entrevistas semiestruturadas e a observação não participante.

Nesse contexto de pesquisas qualitativas, o estudo de caso¹¹ nos permitiu uma análise mais profunda da unidade de estudo, uma vez que possibilitou maior detalhamento acerca do significado de morar num condomínio fechado numa cidade de médio porte e das formas de sociabilidade presentes. Isso contribuiu inclusive para que fossem investigados seus problemas específicos, tomando-se conhecimento de complexas condições socioculturais que compõem a situação analisada.

¹¹ O estudo de caso, de acordo com Koppin (1972), consiste na manifestação de um fenômeno que existe fora do padrão, necessitando, então, de uma explicação mais profunda para sua existência (cf. KOPPIN, 1972).

As fontes de informações que nos propusemos a buscar foram, além da bibliografia relativa à problemática, as entrevistas aplicadas aos moradores do condomínio, bem como o diário de campo. Assim, com várias fontes diferentes para obter as informações, pudemos, num segundo momento, cruzar os dados e promover a análise. Esta foi balizada pelo referencial teórico e pela eleição de algumas categorias analíticas, em que evidenciamos a distinção social, em Bourdieu, o processo de estranhamento e as consequências do consumo na pós-modernidade, em Bauman, as relações entre “*outsiders* e os estabelecidos”, em Norbert Elias e Scotson, a construção do espaço urbano brasileiro, em Maricato, e o processo de exclusão social a partir de Martins, dentre outros.

1.4.1. Contexto da pesquisa, local de estudo e amostra

A pesquisa foi realizada na cidade de Viçosa, MG, especificamente com os moradores do Condomínio Residencial Recanto da Serra, que se localiza no bairro Violeira. Esse bairro, de acordo com a pesquisa de Jesus (2007), teve suas características rurais modificadas, de forma lenta, sobretudo a partir da década de 1990, época em que começaram os loteamentos para residências com caráter mais urbano, inclusive loteamentos para condomínios.

Optamos por esse condomínio por ele ser de padrão médio/alto, no contexto específico da cidade de Viçosa, também por ter um tempo de ocupação significativo para que supostamente se tivessem relações sociais mais sedimentadas entre os moradores. Também por acreditarmos que o mesmo apresentava características relevantes para a proposta da pesquisa, a exemplo do fato de que:

Muitos dos moradores e sócios do empreendimento, embora tivessem como objetivo comum morar em condomínio fechado, não se conheciam. Assim há moradores de diversas cidades, sendo constituídos de diferentes profissionais como médicos, dentistas e professores da UFV, engenheiros e outros (JESUS, 2007, p. 30).

Outras características também foram consideradas importantes para nossa escolha. O fato de o condomínio estar localizado entre dois bairros distintos, o João Braz e o Violeira, nos traz a perspectiva comparativa em relação à composição desses moradores e a influência disso nas relações estabelecidas entre eles. Partiram dessas peculiaridades do Recanto da Serra os primeiros interesses para esta pesquisa. É importante destacar também o padrão de construção das residências acima do

encontrado no restante da cidade e de que as pessoas que ali residem fazem uso dos outros espaços de Viçosa. Seus moradores também estabelecem relações com pessoas de outros níveis socioeconômicos, quer seja por meio de seus funcionários, tanto os das residências quanto os da unidade do condomínio, bem como em relação aos moradores da vizinhança.

Para alcançarmos os objetivos propostos e tendo o Condomínio Recanto da Serra como unidade de análise, propusemos, para análise das sociabilidades estabelecidas, uma amostra aleatória composta pelos seus moradores. Essa escolha se justificou pela possibilidade de compreendermos melhor a dinâmica social interna em um condomínio, bem como as dinâmicas sociais que os moradores mantinham fora dos limites do condomínio.

1.4.2. Procedimentos para coleta de dados

Como ponto de partida, realizamos um pré-teste para avaliar nossos procedimentos de coleta de dados, para que pudéssemos aprimorar os instrumentos tanto em relação ao conteúdo das perguntas e direcionamento das observações quanto aos procedimentos a serem seguidos. Essa estratégia foi importante para uma reordenação das questões e redefinição dos conceitos, pois a teoria precisa ser redefinida pela prática, ou seja, pela situação do real que o campo oferece.

Dentro de uma abordagem qualitativa, utilizamos como instrumentos para coleta de dados entrevistas semiestruturadas, questionário socioeconômico e a observação não participante. O emprego de mais de um instrumento de coleta de dados serve para minimizar, quando não eliminar, as possíveis informações que não são confiáveis e que contribuiriam de forma negativa para a qualidade dos resultados da pesquisa. Assim, os dados obtidos de formas diferenciadas viriam a se complementar e a auxiliar na compreensão do todo.

a) Entrevistas semiestruturadas e questionário

A entrevista, enquanto instrumento, coloca o pesquisador diante de outro sujeito do qual se quer obter uma informação, por isso acontece interação social entre ambos, em que se obtêm informações quanto ao que se pensa sobre determinados fatos, seus sentimentos e condutas.

As entrevistas semiestruturadas foram aplicadas aos moradores do condomínio, em que propusemos que fosse entrevistado um dos adultos responsáveis pela unidade residencial, aos quais foi direcionado um questionário socioeconômico, a fim de traçar o perfil das famílias. Também com esses mesmos moradores foram realizadas entrevistas que contemplaram as questões relacionadas às suas formas de sociabilidade.

A busca de informações foi feita em relação às formas de utilização do condomínio, seus espaços coletivos e privados, como também à forma de utilização dos espaços públicos e privados da cidade de Viçosa para o atendimento dos serviços e infraestrutura demandados pelas famílias, como escolas, instituições públicas, estabelecimentos comerciais e locais de lazer. Nesse momento, buscamos identificar, também, os eventos coletivos e comunitários de que os moradores participavam, a exemplo de reuniões de condomínio, festas, eventos internos e externos etc. Foi nesse contexto que pudemos identificar as formas de sociabilidade entre os moradores e não moradores.

A partir desses dados, foi possível identificar como se davam, nesse condomínio em Viçosa, as possíveis tendências ao isolamento.

Todas as entrevistas foram posteriormente transcritas para captar o máximo de dados possível pela apreensão das falas e das reações dos entrevistados a dadas questões, identificando, também, a aplicabilidade analítica do quadro teórico proposto.

b) Observação não participante

Nesta técnica, o pesquisador insere-se no contexto estudado para tentar extrair detalhes importantes para a condução da pesquisa, os sinais de comunicação não verbal manifestados por expressões faciais, gestos e posturas, além da comunicação verbal como brincadeiras, anedotas e comentários livres e informais.

As observações não participantes tiveram como objetivo observar, *in loco*, como se configuravam os espaços, tanto privados quanto coletivos, do condomínio em estudo. A partir daí, também pudemos verificar o cotidiano dos moradores, a dinâmica interna estabelecida, a relação dos moradores com o seu espaço de morar e a forma como interagiam com os espaços do condomínio e com os espaços públicos da cidade.

Também foi objetivo desta técnica observar as relações que se estabelecem nesses espaços, uma vez que a identificação e análise dessas interações estão relacionadas aos objetivos desta pesquisa. Para isso, foram observados os sujeitos, seus cenários e o seu comportamento social. Foi nessas ocasiões de visita ao condomínio que aplicamos alguns questionários e fizemos entrevistas.

1.4.3. A pesquisa de campo

A pesquisa de campo começou com o estabelecimento de contato com a administração do Condomínio Recanto da Serra, o que se iniciou com o subsíndico. A ele foi aplicado o questionário pré-teste, que acabou tendo algumas questões adaptadas para melhor se adequar à realidade do condomínio.

Foi-nos sugerida pela administração a comunicação via carta, a fim de facilitar nosso acesso aos moradores. Nessa carta nos identificamos e colocamos os principais objetivos da pesquisa, solicitando a colaboração dos moradores em nos conceder uma entrevista, bem como ressaltamos a salvaguarda da identificação dos moradores. Por isso, os nomes que constam em nossas análises foram modificados.

Foi colocada uma cópia da carta aprovada pela administração contendo nossa assinatura nos escaninhos das unidades habitacionais do condomínio que se localizavam na portaria. Após uma semana, começamos o contato via telefone, pois somente nesse momento nos foi fornecido o catálogo telefônico do condomínio, para que pudéssemos marcar as entrevistas.

No momento da pesquisa de campo, havia 37 casas com moradores, das 40 unidades construídas. Nosso objetivo inicial era entrevistar pelo menos metade dos moradores, os quais seriam selecionados aleatoriamente pela ordem de contato, ou seja, realizaríamos as entrevistas com os primeiros 18 que aceitassem. No entanto, a amostra não contemplou esse número.

Mantivemos contato, pessoalmente, via telefone durante um mês, com 25 moradores, pois com os demais só conseguíamos falar com os empregados ou com os filhos, mesmo quando nos era pedido para retornar em outro horário. Desses 25 condôminos, quatro desmarcaram de última hora ou simplesmente não compareceram; na tentativa de um segundo contato, alegaram outros compromissos. Três pediram para retornar depois, mas não conseguimos refazer o contato. Cinco, de fato, não quiseram agendar, por motivos pessoais ou por falta de tempo. Enfim,

conseguimos realizar 13 entrevistas. Assim, dentro de uma pesquisa qualitativa, a amostra configurou-se como indicativa, compondo-se de 13 entrevistados.

Das 13 entrevistas, oito foram realizadas nos locais de trabalho dos moradores, como os casos de João, Núbia, Alan, Raul, Célia, Gil, Rute e Carlos. As outras cinco entrevistas foram feitas na própria residência dos entrevistados, como foi o caso de Telma, Sandra, Meire, Ana e Mara.

Por esses 13 fomos muito bem acolhidas e não tivemos nenhuma dificuldade nos procedimentos, muito pelo contrário, pois se mostraram curiosos quanto ao encaminhamento da pesquisa. Muitos aproveitaram a oportunidade para um desabafo sobre suas insatisfações em relação à cidade de Viçosa, como nos foi relatado por alguns após o desligar do gravador.

Ao todo, fizemos três visitas ao condomínio, e em duas delas passamos a tarde toda na unidade fazendo as entrevistas e circulando pelo condomínio, para registros de imagens e descrição da unidade. A outra visita deu-se juntamente com o reconhecimento das áreas físicas dos bairros limítrofes do condomínio, o Violeira e o João Braz. Esses foram percorridos tanto de carro quanto, em alguns trechos, a pé, para verificação de alguns dados de que já dispúnhamos, como os relatórios setoriais para a confecção do Plano Diretor de Viçosa.

Posteriormente às entrevistas, percorremos algumas localidades da cidade de Viçosa que nos foram sugeridas pelos moradores, tanto como pontos positivos da cidade quanto pontos negativos, como a UFV, o clube Campestre, o Calçadão, algumas ruas do Centro e, mesmo, alguns bairros, como Nova Viçosa, Cantinho do Céu e Santa Clara. Nesses momentos, aproveitamos para registrar em imagens a realidade desses locais.

Também identificamos e visitamos todos os condomínios residenciais fechados em Viçosa e seus entornos, além de termos conseguido, exceto no Condomínio Jardins do Vale, obter algumas informações mais gerais na Portaria, onde fizemos, pelo lado de fora, algumas imagens para composição de nossas análises.

1.4.4. Procedimentos para análise de dados

Depois da obtenção dos dados, passamos, então, a analisá-los dentro da proposta da pesquisa. Os dados do questionário socioeconômico foram tabulados e

analisados, de forma a compreender o perfil socioeconômico das famílias moradoras do Recanto da Serra. Esses também se expressaram através de porcentagem, para que pudéssemos ter a abordagem geral das famílias residentes nesse condomínio enquanto segmento da composição social de Viçosa. Esses dados foram expostos através de quadros.

Os resultados das entrevistas e da observação não participante foram analisados por meio da técnica de análise de conteúdo, a fim de compreendermos como se deu todo o processo de sociabilidade desses moradores e as relações que estabeleceram entre si, com o bairro e com a cidade, ou seja, com os espaços privados e coletivos, e com os espaços públicos.

A análise de conteúdo identifica o que está sendo dito através de agrupamento de temas, objetivando compreender suas significações. Assim, pode-se compreender criticamente todo o sentido de comunicação, todo o conteúdo e manifestações explícitas ou implícitas. Essa técnica não se aplica somente à linguagem escrita, mas também à linguagens falada e à gestual.

Finalmente, como última parte da análise, procuramos discutir todos os dados a partir da literatura abordada e do quadro teórico desenvolvido.

2. O CONTEXTO URBANO:

Espaço e Sociabilidade nos Condomínios Residenciais Fechados

*AS GRANDES OPOSIÇÕES SOCIAIS
OBJETIVADAS NO ESPAÇO FÍSICO
TENDEM A SE REPRODUZIR NOS
ESPÍRITOS E NA LINGUAGEM SOB A
FORMA DE OPOSIÇÕES
CONSTITUTIVAS DE UM PRINCÍPIO
DE VISÃO E DE DIVISÃO.*

- BOURDIEU –

Neste trabalho, o espaço urbano foi compreendido, de um lado, como “condição do processo de reprodução do capital, e, de outro, como o produto desse processo, como fruto de contradições emergentes do conflito entre as necessidades do capital e as necessidades da sociedade como um todo” (CARLOS, 1994, p.14). O ponto de partida para as nossas análises foi o entendimento de como se reestrutura o espaço urbano atualmente e como se compõem as necessidades da sociedade atual.

A análise do processo de construção do espaço urbano no Brasil perpassa o processo de urbanização no país, a lógica que orientou a formação das cidades e as condições dadas para a emergência de uma tipologia habitacional específica nos espaços urbanos, os condomínios fechados. Compondo esse referencial, buscamos compreender o processo de urbanização e a realidade dos condomínios fechados a partir dos trabalhos de Maricato (1996), Rolnik (2004), Souza (2004), Martins (1997), Singer (1978) e Marx (1991).

Buscamos analisar a sociabilidade nos condomínios fechados – o seu “modo de vida”, a dinâmica interna e a forma de organização dos moradores em condomínio fechado. Para isso, tomamos como referência autores como Simmel (1902) e Wirth (1938), que compreendem o urbanismo enquanto um “modo de vida”. As discussões sobre os diferentes processos envolvidos na construção do modo de vida urbano e as relações estabelecidas entre as pessoas, bem como a questão da segurança, foram referendados por autores como Velho (1981), Bauman (1998, 2003 e 2008), Bourdieu (1998), Elias e Scotson (2000), Baudrillard (1995) e Lefebvre (1999), que contribuíram para a compreensão do urbano hoje, buscando construir uma reflexão acerca das consequências da modernidade na forma com que os indivíduos estabelecem suas relações.

2.1. A construção do espaço urbano brasileiro

Nas análises da construção do espaço urbano e numa perspectiva marxista, a cidade é vista como resultado dos processos capitalistas em curso. O espaço urbano, portanto, espelha e revela as desigualdades presentes na sociedade. As distinções habitacionais se apresentam, entre outros fatores, como resultado do poder aquisitivo que se tem. Sendo assim, “não há espaço, em uma sociedade hierarquizada, que não seja hierarquizado e que não exprima as hierarquias e as distâncias sociais” (BOURDIEU, 1998, p.160).

Diante disso, toda opção de moradia acaba por ser consequência da posse do que Bourdieu chama de “capital” econômico¹². Essa é uma das formas de capital que mais influenciam a aquisição do solo urbano e da tipologia habitacional, pois como afirmou:

O capital permite manter à distância as pessoas e as coisas indesejáveis ao mesmo tempo que (permite) aproximar-se de pessoas e coisas desejáveis (por causa, entre outras coisas, de sua riqueza em capital), minimizando, assim, o gasto necessário (principalmente em tempo) para apropriar-se deles. A proximidade no espaço físico permite que a proximidade no espaço social produza todos os seus efeitos. Inversamente, os que não possuem capital são mantidos à distância, seja física, seja simbolicamente, dos bens socialmente mais raros e condenados a estar ao lado das pessoas ou dos bens mais indesejáveis e menos raros (BOURDIEU, 1998, p.164).

¹² Para Bourdieu, capital é tudo o que é capaz de conferir distinção de um sujeito mediante outro ou um grupo, ou também de um grupo mediante um sujeito ou outro grupo, podendo ser econômico, cultural, político, educacional etc. Esses conceitos, ele desenvolve ao longo de toda a sua produção acadêmica.

Para Bourdieu (1998), a realização de interesses sociais específicos tende a acontecer com mais facilidade quando os grupos afins adquirem certa proximidade física. Para ele, essa questão é também uma forma de distinção, que funciona tanto para os que possuem capital econômico quanto para os que não o possuem. É esse tipo de lógica social que tem estruturado os espaços físicos e sociais das cidades brasileiras, uma vez que seu “espaço social é segmentado com o estabelecimento de inclusão/exclusão que são operados pelo mercado (em especial o mercado de terras)” (FERNANDES; VALENÇA, 2004, p.19).

Evidentemente, as críticas feitas ao pensamento de Bourdieu, no sentido de sempre focar no capital econômico como o principal determinante, aplicam-se e justificam-se quando se analisa o espaço das cidades. Tais justificativas se colocam à medida que a lógica que estrutura o processo de morar e a localização no espaço físico é o resultado de complexas articulações de vários interesses. Mas, embora não sejam somente os fatores econômicos que condicionem a ocupação urbana, eles ainda são um dos fatores preponderantes na disputa dos espaços.

No Brasil, o crescimento econômico possui características muito conservadoras, como concentração de renda, de terra e de poder. Isso o faz ser profundamente excludente, o que se manifesta na realidade dos vários tipos de exclusão social (cf. MARICATO, 1996). Renda, terra e poder sempre andaram juntos na construção e caracterização de toda a organização do país. Mas foi a partir de 1850, com a aprovação da Lei de Terras, que tornava a terra produto comercializável, que vemos como essas características, de fato, foram a base da formação da sociedade brasileira.

Antes da Lei de Terras, o latifúndio consolidou-se como forma de propriedade da terra no Brasil. Na época havia apenas “uma única forma de obtenção da terra, a da posse de fato, o que só fez aguçar o problema da excessiva concentração da renda na mão de poucos” (MARX, 1991, p.103). Isso ocorreu por causa da indiscriminada ocupação das terras e da expulsão dos pequenos posseiros pelos grandes proprietários rurais (cf. MARICATO, 1996). Esse processo foi também consequência da não imposição de regras pelo Estado, até então, quanto à posse e uso da terra, frutos de interesses particulares no poder.

A real consequência política da Lei de Terras foi que, “de alguma forma, consolidou os interesses dos grandes latifundiários no processo de apropriação da

terra no país, transformando-a em propriedade privada” (FERREIRA, 2005). A partir disso, “surge justamente a oportunidade do negócio: a venda dos lotes a serem oferecidos” (MARX, 1991, p.105). Assim, o acesso à terra estaria atrelado à posse de recursos econômicos, o que garantiria um espaço hierarquicamente delineado do solo, que pode ser explicitamente contemplado na constituição do solo urbano, inclusive hoje.

Essa política se mostra mais impactante quando é analisada em seu contexto histórico. Em 1850 já estava evidente o processo de abolição da escravatura, que de fato se efetivou em 1888. Depois disso, um grande contingente de ex-escravos “expulsos” das casas de seus ex-senhores precisou encontrar outros lugares para residir. Voltar ao país de origem esbarrava nas impossibilidades econômicas e no fato de esses já não manterem mais uma relação de identidade com esses locais, pois muitos eram das gerações nascidas no Brasil (cf. FERREIRA, 2005).

Também começou nesse momento, início do século XX, a política nacional de imigração, quando os imigrantes chegaram ao Brasil para trabalhar nas fazendas, a fim de ocuparem o trabalho que antes era dos escravos. O conseqüente aumento da população e a falta de estrutura fundiária preparada para isso trouxeram um quadro de exclusão perverso. Era necessário garantir que esses ex-escravos e os imigrantes não tivessem a posse da terra que, até então, não possuía nenhum sistema de controle quanto à sua propriedade, garantindo, segundo Maricato, “a sujeição do trabalhador livre” (MARICATO, 1996, p.37).

Era preciso que a terra se mantivesse sob o poderio dos latifundiários, pois era patrimônio que possuía valor de troca. O momento da efetivação da Lei de Terras de 1850 esteve ligado ao fato de que os latifundiários precisariam manter o seu poder, e o Estado, por sua vez, através da legislação, dificultou o acesso à terra aos pequenos produtores, forçando seu assalariamento, fruto de fortes pressões políticas. Enfim, “a distribuição das terras no Brasil se deu, para os senhores de então, em um sistema com muito pouca, ou nenhuma concorrência” (FERREIRA, 2005).

Outra consequência marcante dessa época foi que o “capital”, antes medido pelo número de escravos que se possuía, passou a ser mensurado pela quantidade de terras que se tinha. A terra passou a ser moeda de troca, passou a ser mercadoria. Pode-se identificar nesse processo a gênese, no Brasil, da questão do *status* conferido pela posse da terra, que desde sua origem, como propriedade privada, estava

politicamente articulada a pertencer às classes dominantes, com possibilidades mínimas de ter seu acesso liberado para os que não possuíam capital.

Desse momento para frente, “as cidades adquiriram importância que nunca tiveram antes” (MARICATO, 1996, p.38), e uma nova questão se coloca no cenário urbano no Brasil: as diferenças e as relações estabelecidas entre o chão público e o chão privado. Um quadro, como colocou Marx (1991), de confronto e tensão, submetido em primeira instância às questões econômicas.

A partir do início do século XX, os centros urbanos de muitas cidades encheram-se de pequenos lotes e passaram a ser intensamente procurados como local de residência, pois também concentravam a maioria dos serviços que o município prestava à população. Pela necessidade demandada de controle, o Estado passou a estabelecer uma série de regulamentações do uso do solo, inclusive a cobrança de impostos.

Nesse contexto, surgiram nos espaços urbanos dois tipos de aglomerações diferenciadas. Lotes amplos e caros com construções imponentes em ruas bem estruturadas e bairros bem cuidados, e os lotes menores e com proximidade excessiva, já que o custo do solo urbano era alto e não permitia nenhuma perda, com casas menores em ruas menos estruturadas de bairros afastados do centro ou sem infraestrutura adequada (cf. MARX, 1991; FERREIRA, 2005).

Ideologicamente, a proximidade entre os lotes tem um quê de igualdade e de nivelamento, pela configuração física, que originará a distinção entre os que têm capital, e podem se diferenciar, e os que não têm. Essa marca distintiva passa a ser a paisagem constitutiva de quase todas as cidades no Brasil, originada das diferentes relações sociais e econômicas estabelecidas, mas também promotora dessas relações, num círculo vicioso alimentado pelo sistema capitalista de constituição espacial e social.

A dicotomia entre ricos e pobres é alimentada por dois fatores: localização e intervenção do Estado, como expuseram Singer (1979) e Maricato (1996). A localização é que dá o sentido para a ocupação. Assim, localização privilegiada dentro de uma estrutura urbana tende a ser ocupada pelas camadas sociais privilegiadas. O Estado participa de maneira relevante na forma de organização do espaço no contexto da localização à medida que ele tem o poder de caracterizá-la. Dessa forma,

A brutal diferença de preços que tal fenômeno produz nunca esteve dissociada, evidentemente, dos interesses do capital especulativo que sempre soube, no Brasil, fundir-se à ação estatal e canalizar os investimentos públicos para locais de seu interesse, gerando altos níveis de lucratividade (FERREIRA, 2005).

Essas práticas de o poder público se associando aos interesses privados do capital econômico ainda são as mais efetivadas nas cidades brasileiras hoje, onde se opta por manter a estrutura adequada e melhorada, sendo alvo de investimentos aquelas localizações que tendem a reverter benefícios para si, em termos monetários, com pagamento de taxas e atrações de investimentos no município (cf. SINGER, 1979). Sua ação concentra-se, sobretudo, segundo Maricato (1996), na promoção de estratégias para ocultar o que seria a cidade real. Para essa autora, isso se concretiza, principalmente, nas contradições das legislações, na distribuição de recursos e nas medidas públicas que tendem a não contemplar a realidade de fato.

Isso gera a permanência e até a intensificação da fragmentação espacial das cidades, uma vez que, na maioria dos casos, “a oferta de bens de consumo coletivo é atrelada ao poder de barganha política da sua população” (MONTE-MÓR; BHERING, 2006, p. 292). Isso quer dizer que o Estado promove “uma política de fachada para uma prática de ‘faz-de-conta’ em uma cidade de ficção” (MARICATO, 1996, p. 69). Fato que fica explícito na subserviência do Estado ao capital econômico, que transforma as cidades em mercadorias, em que se tem o investimento em infraestrutura urbana em regiões estratégicas, como o Centro, a região de comércio, os bairros residenciais das classes altas etc. Esses investimentos alteram significativamente o valor do solo, promovendo, então, o deslocamento de pessoas que ocuparão os espaços físicos que sua renda lhes permitir.

O capital imobiliário é outro ator importante nas análises da construção do espaço urbano, pois tem na posse e negociação do solo a sua fonte de renda. Por esse princípio, o que se observa é a forte pressão imobiliária pelos lucros na comercialização e administração do solo urbano que, muitas vezes, acabam por deixar os interesses sociais de lado, contribuindo para um conjunto urbano fragmentado, onde o valor é dado pelo critério da localização. Assim, “a demanda de solo urbano para fins de habitação também distingue vantagens locacionais, determinadas principalmente pelo maior ou menor acesso a serviços urbanos” (SINGER 1979, p. 27). É dentro dessa lógica imobiliária que as camadas mais altas e

médias da sociedade tendem a se segregar, pois podem pagar pelo preço alto da terra, efetivando os efeitos de proximidade que Bourdieu (1998) definiu.

As camadas populares e as camadas sociais que detêm maior poder aquisitivo participam, dessa forma, dos interesses que estruturam o solo urbano, sendo a lógica de ocupação do solo a mesma para ambas, ou seja, definida pela posse de capital econômico (c.f. MONTE-MÓR; BHERING, 2006). Assim, diante das ações do Estado e do mercado imobiliário que tendem a refletir a pressão feita pelas camadas de renda alta, a população de baixa renda tende a ser guiada pela lógica da necessidade e, motivada pela pobreza, decide criar sua própria moradia, gerando a ilegalidade. A articulação desses dois interesses reforça a antiga dicotomia entre ricos e pobres, que se funda na posse de capital econômico e produz uma cidade desagregada e segmentada. A cidade capitalista apresenta-se, portanto, social e territorialmente dividida, onde, na prática “não tem lugar para os pobres” (SINGER, 1979, p. 33). Isso se dá porque a propriedade privada do solo se faz pela posse de capital econômico, expresso pela renda, e a economia capitalista acaba por não assegurar renda a todos.

Frutos de articulações econômicas e políticas, essas relações estabelecidas criam um espaço fragmentado e bem demarcado de diferenças e de exclusão revelado na segregação socioespacial de grande parte das cidades brasileiras. Tal quadro leva a uma realidade de tensão, pois “a existência e a permanência no tempo de contrastes profundos entre condições urbanas radicalmente distintas, convivendo e, muitas vezes, conflitando no interior da mesma cidade” (ROLNIK, 2004, p.111), produzem a violência urbana, tão característica da vida nas cidades, principalmente as maiores, como afirmou Maricato (1996).

2.2. A lógica da segregação socioespacial

A análise da segregação espacial manifestada na maioria das cidades brasileiras está atrelada à análise dos processos de exclusão. De acordo com Martins, “não existe ‘exclusão’, existe contradição, existem vítimas de processos sociais, políticos e econômicos excludentes” (MARTINS, 1997, p.14). Assim, não se tem como analisar toda essa realidade segregacionista que marca o urbanismo brasileiro, como afirmou Maricato (1996), sem contemplar que a exclusão é um processo e não uma realidade estática, e que é justamente na ideia de “processo” que se encontra a

chave para a compreensão dessa questão (cf. MARTINS, 1997). Quando a ideia de processo não é contemplada nas questões sobre exclusão, a realidade acaba por se apresentar como algo estático, como coisa fixa, deixando de ser a expressão de uma contradição e, o que é mais grave, deixando de fora das discussões as formas insuficientes e precárias de inclusão.

É o questionamento sobre essa ideia que levou Maricato (1996) a afirmar que o que acontece nas cidades hoje é a existência de um profundo desconhecimento do que se chama de “cidade concreta”. No entanto, deveria ser essa realidade a condutora de toda a ação não só de planejamento em todas as instâncias, como também de real intervenção no espaço urbano. Esse desconhecimento que se manifesta na informalidade, tão presente nas cidades brasileiras, muitas vezes é amparado pelo poder do Estado, como acontece quando se vê grande diferença entre a legislação e as suas práticas efetivas.

Essas reflexões levaram Monte-Mór e Bhering (2006) a concluir, em suas pesquisas sobre os condomínios fechados na região metropolitana de Belo Horizonte, que o acesso ao solo urbano pelas diferentes camadas sociais obedece a três lógicas distintas: a do Estado, onde estão submissos a um poder público; a do Mercado, onde, com base na renda, se relacionam quem vende e quem compra; e a da Necessidade, onde a população motivada pela pobreza decide criar a própria moradia. Evidentemente, as camadas médias da população, por possuírem capital econômico, não partilham da última lógica de acesso ao solo. Essa última lógica, no entanto, produz territórios excluídos que “constituíram-se à revelia da presença do Estado, ou de qualquer esfera pública, portanto se desenvolvem sem qualquer tipo de controle ou assistência” (ROLNIK, 2006, p.124), havendo, assim, a produção de uma cidade fragmentada e segmentada.

Para Maricato (1996), há grande diferença entre o que seja a cidade real e a cidade legal. Isso acontece porque, de forma geral, não há um conhecimento social, nas ações cotidianas do Estado, sobre o que seria a cidade concreta. Assim, a “exclusão territorial na cidade brasileira é mais do que a imagem da desigualdade, é a condenação da cidade como um todo a um urbanismo de risco” (ROLNIK, 2006, p.112), levando Maricato (1996) a afirmar que “aos poucos os sonhos [progresso urbanístico] viraram pesadelos [violência exacerbada]” (MARICATO, 1996, p. 55). Reconhecendo que a cidade é um espaço segregado, a violência urbana acaba sendo a manifestação mais explícita desse problema. Isso tem modificado

significativamente as concepções de cidade e as relações sociais entre as pessoas e aquelas que se estabelecem com e no espaço urbano.

Uma das características mais marcantes das cidades contemporâneas é a perda da visão de cidade como unidade autônoma, devido aos processos de globalização e fragmentação, como argumentaram Monte-Mór e Bhering (2006). Assim, esses autores identificaram como perfil da expansão urbana hoje o fato de que se “recria para além das cidades formas que lhes são assemelhadas” (MONTE-MÓR; BHERING, 2006, p. 295).

É com a ideia de um modo de vida urbano que se observa o número crescente de unidades de condomínios residenciais fechados como processo não somente nas cidades de grande porte, mas também nas de médio e pequeno portes.

Os estudos desenvolvidos, a exemplo dos de Monte-Mór (2006), Souza (2004) e Caldeira (2000), têm situado a emergência dos condomínios fechados ao encontro de interesses daqueles que podem arcar com seus custos elevados. Assim, atrela-se ao desejo de estabelecer um *status* social diferenciado em relação às pessoas que não têm recursos econômicos para arcar com os custos dessa moradia, bem como ao desejo de proximidade entre os afins e ao desejo de distanciamento em relação aos que permanecem no espaço público da cidade. Além desses fatores, as análises têm associado os condomínios à violência urbana, à busca pelo *status* e isolamento (ou autossegregação) e à degradação do espaço público nas grandes cidades como causas para o avanço dessa tipologia habitacional nas grandes cidades.

E assim, tendo a concepção de cidade como espaço segregado, onde se têm manifestações de violências indiscriminadas, com o poder público não conseguindo contê-las, como pano de fundo geral começa-se a criar na mentalidade humana a lógica de que a vida saudável e segura está presente nas condições apresentadas por lugares, mesmo que segregados, onde a segurança é prioridade (cf. SOUZA, 2004). E, para espacializar essa afirmação, as cidades têm passado por transformações morfológicas com o aumento do número de condomínios residenciais fechados, por exemplo.

É a partir da década de 1990 que a opção de moradia em condomínios residenciais fechados passou a fazer parte do universo da classe média urbana brasileira, pois até então essa realidade era prática mais comum entre a classe alta (cf. TRAMONTANO, 2001). Tal escolha, nesse momento, está intimamente atrelada à mudança política no país, como discutiu Souza (2004), em que a transição da

ditadura militar para um sistema democrático, na década de 1980, trouxe instabilidade política e econômica muito grande, tendo “fortes repercussões negativas sobre o nível de empregos” (SOUZA, 2004, p. 59). Tais processos geraram marcante desigualdade econômica entre as camadas sociais que habitam as cidades brasileiras, pois “a disparidade de renda tornou-se mais séria” (SOUZA, 2004, p. 61).

Lefebvre (1999) desenvolveu a ideia de que o espaço não é uma realidade imutável onde o homem age de forma passiva, mas sim como a construção de um “real” fruto das ações práticas do cotidiano. Assim, para ele o urbano é fruto das relações sociais e se configura socialmente determinado, e, sendo “o urbano lugar do drama, pode converter-se em drama do urbano” (LEFEBVRE, 1999, p.117), podemos observar como se conduzem, então, os reflexos, no urbano, das disparidades de renda.

Como consequências diretas dessas disparidades, as cidades tornaram-se palcos de manifestações de vários tipos de violência, levando, então, as camadas que possuem maior poder aquisitivo a tentar se afastar dessas práticas, isolando-se do espaço público da cidade. Mas é preciso extrapolar a ideia da fuga da violência que se refere apenas a uma solução física, para incluir uma dimensão abstrata de vida urbana. Isso quer dizer que não é só um deslocamento físico, embora isso também se verifique, mas uma revisão de conceitos, em que fugir das cidades significa fugir da maneira que se vive em uma cidade hoje, como argumentou Lefebvre (1999).

Há uma força dominante invisível, determinante no sentido de condicionar o comportamento social, da qual quase sempre somos alheios, individualmente e enquanto poder político, que configura as relações sociais, dizendo quem pode ser dominante e quem deve ser dominado. Essa força, no contexto desta pesquisa, tem uma de suas origens na posse do capital econômico, como apontou Bourdieu (1998), que garante o controle da terra urbana entre ser legal e ilegal, que gera uma das mais cruéis violências humanas, a impossibilidade de se viver dignamente por falta de recursos econômicos, claramente espelhada na grande dicotomia urbana entre condomínios e favelas.

Nesse contexto, falar em condomínios fechados é falar de habitação para quem possui renda que possibilita a escolha e manutenção dessa tipologia. Ou seja, falar em condomínios fechados é falar em habitação destinada, sobretudo, às camadas de renda alta. Caldeira (2000), analisando as características específicas

dessa modalidade e sua relação com a segregação espacial e o crime, cunhou o termo “enclaves fortificados”¹³, para designar os condomínios fechados em São Paulo.

Recentemente, as camadas médias da população também começaram a buscar outras formas de habitação. Justificadas pelo discurso do isolamento dos problemas de violência urbana, vêm-se apropriando de espaços e territórios fechados como os condomínios, a exemplo das camadas superiores da sociedade.

Coloca-se, assim, o desafio para o planejamento urbano sustentável, à medida que essas tipologias habitacionais trazem alterações à morfologia das cidades. A implantação de condomínios nas cidades muda sua dinâmica e coloca, muitas vezes, em risco sua sustentabilidade. Implantados, quase sempre, nas regiões de periferia do tecido urbano (cf. MONTE-MÓR; BHERING, 2006), ou seja, nos limites do território, eles acabam por forçar um fluxo de pessoas e bens que seja útil aos seus moradores. Forçam, por assim dizer, a expansão da cidade, fragmentando-a.

Para todas as partes envolvidas, o objetivo é o mesmo: obedecendo à lógica capitalista na qual estão inseridos, obter vantagem em todas as instâncias. Nesse contexto, o papel do Estado é muito importante, pois sendo ele o ator que poderia, num sistema como o nosso de representatividade democrática, atender às demandas das camadas pobres, este se torna subserviente ao capital, uma vez que “o modelo que gerencia o processo de crescimento das periferias é a materialização do sistema capitalista” (MONTE-MÓR; BHERING, 2006, p. 299).

E é por esse motivo que é nítida a distinção da apropriação do solo urbano. Conduzido pelo capital econômico, o acesso ao solo evidencia a maior contradição urbana, que são os espaços para os pobres e os espaços para os ricos, nitidamente demarcados, em processo de exclusão.

2.3. A sociabilidade urbana: entre ser “estranho” ou “semelhante”

Para que possamos tentar discutir a importância dos diferentes processos envolvidos na construção dos modos de sociabilidade dos moradores de condomínios, é preciso antes entender como esses mesmos processos se dão no espaço das cidades, ou seja, no urbano. Para isso é preciso recuperar a ideia de urbano e, principalmente, como essa ideia moldou esses processos.

¹³ Segundo Caldeira, enclaves fortificados são espaços privatizados, fechados e monitorados para residência, consumo, lazer ou trabalho (c.f. CALDEIRA, 2000).

Evidentemente que tratar do urbano enquanto fenômeno é muito mais que trazer somente a abordagem sociológica. No entanto, essa abordagem nos oferece subsídios reais sobre o comportamento daqueles que definem cotidianamente o que seria o urbano, os moradores das cidades e todas as suas relações estabelecidas.

A abordagem sociológica sobre as questões relacionadas ao urbano possui muitas tradições metodológicas. Para iniciarmos nossa discussão, optamos por recuperar a clássica abordagem da Escola de Chicago, uma vez que ela nos faz remontar a referências importantes e, até mesmo cruciais, relacionadas à construção de um “modo de vida urbano”, contexto macro deste trabalho.

Como apontou Eufrásio (1999), a tradição sociológica americana da Escola de Chicago caracterizou-se por uma sociologia complexa e original, sendo “a primeira Escola de sociologia urbana” (EUFRASIO, 1999, p.10). Na sua origem, a sociologia urbana não nasceu de uma necessidade teórica, mas da necessidade de enfrentar problemas práticos urgentes dentro do contexto norteamericano do final do século XIX e início do século XX. Esses problemas versavam sobre o enorme crescimento das grandes cidades, frutos da industrialização e do desenvolvimento capitalista, que traziam problemas como sub-habitação, delinquência, marginalidade, choques culturais e, pela primeira vez, problemas de planejamento urbano.

Mesmo diante de sua limitação metodológica, uma vez que os autores da Escola de Chicago tenderam a compreender a cidade dentro do quadro filosófico da passagem do século, trazendo análises higienistas, darwinistas, behavioristas e até mesmo positivistas, sua atenção metódica pela vida social e a possibilidade da coleta de dados por imersão direta (c.f. EUFRASIO, 1999) permitiram que se desenvolvesse o conceito de sociabilidade que nos ajuda neste trabalho. A Escola de Chicago compreendeu a sociabilidade “como padrões e formas de relacionamento concreto que ocorrem em contextos ou em círculos de interação e de convívio social determinados” (PINTO, 2002, p. 2).

Esse conceito, que atrelou sociologia a um modo de vida urbano que se configurava, foi ricamente trabalhado por alguns autores dessa escola como Louis Wirth, que teve influências do europeu George Simmel. Wirth é considerado um dos maiores sociólogos do urbano, interpretando-o enquanto categoria explicativa *per se*, o que torna sua abordagem sociológica muito próxima da abordagem psicossociológica de Simmel, para quem a sociabilidade não se resume apenas ao

social. Assim, a contribuição dos dois autores nos conduz a uma compreensão do urbano enquanto modo de vida.

Para Wirth (1938), o início do século XX foi acompanhado por significativo crescimento das cidades que acabou por afastar seus moradores de uma vida orgânica, como o campo propiciava. Os grupos deixaram de ser pequenos e isolados e passaram a interagir e se misturar mais intensamente nas cidades.

Esse autor compreendeu o urbano como o conjunto das influências que a cidade exerce sobre o modo de vida social do homem (cf. WIRTH, 1938), englobando o controle econômico, político e cultural, que acaba, então, interligando tudo em um único universo. É esse único universo que ele denomina de urbano, que acaba não se prendendo aos limites físicos de uma cidade, porque os núcleos de povoamento, sejam grandes ou pequenos, nas cidades ou no meio rural, acabam por incorporar, em diferentes escalas, evidentemente, certos comportamentos semelhantes em sua percepção de si e dos outros.

O ponto de semelhança identificado por Wirth, bem como por Simmel, que é o caráter transitório das relações que se estabelecem no urbano, esteve presente também ao longo do século XX e ainda hoje é identificado, tornando-se o ponto de reflexão da sociologia contemporânea, em autores como Bauman.

Wirth (1938) propôs três características distintas para que seja feita uma análise sociológica sobre o que entende por urbanismo e suas relações com o cotidiano das formas de sociabilidade dos moradores das cidades, que são: tamanho, densidade e heterogeneidade. Na sua perspectiva, o aumento do número de habitantes afeta as relações que estabelecem entre si, tornando-se maiores os polos de separação entre eles, pela impossibilidade física da convivência. Para esse autor, a separação física dos indivíduos enfraquece as relações que esses estabelecem, passando, assim, a cidade a se caracterizar “mais por contatos secundários do que primários” (WIRTH, 1938, p.101), evidenciando o caráter de superficialidade, anonimato e transitoriedade dessas relações. O fator densidade reforça os efeitos do tamanho, pois tende a produzir diferenciações e especializações, segundo Wirth (1938). Citando Simmel (1902), quando este expôs que os contatos físicos se estreitam, mas os contatos sociais se distanciam (cf. SIMMEL, 1902), Wirth concluiu que, na cidade, há uma disputa pelos seus espaços, fazendo com que esta “tenda a parecer um mosaico de mundos sociais” (WIRTH, 1938, p. 103), cuja principal consequência imediata é a concorrência, o engrandecimento e a exploração mútua.

Todos esses apontamentos, ele resume em um único fenômeno, que é a solidão, fruto da falta de contatos¹⁴.

A questão da heterogeneidade acaba levando às diferenciações e estratificações sociais, em que as pessoas se segregam mais em virtude do que possuem do que por elas mesmas (cf. WIRTH, 1938). Esse comportamento que agrupa pelo quesito “posse de algo”, seja material, como capital econômico, ou imaterial, como a tradição, tende a enfraquecer a percepção do indivíduo de si mesmo, pois tudo é tratado como “média”. Assim, a cidade nivela os indivíduos, através de um processo de despersonalização, que tenderá a duas ações antagônicas, a de reforçar o fenômeno da solidão e a de promover reivindicações coletivas. No entanto, Simmel (1902) vai identificar uma motivação básica agindo nos indivíduos: “a pessoa resiste a ser nivelada e uniformizada por um mecanismo sociotecnológico” (SIMMEL, 1902, p. 9). Para esse autor, o mais importante é identificar como o indivíduo reage às forças externas a ele; no caso, ao fenômeno do urbano.

Mais forte do que as questões espaciais físicas ou numéricas na discussão da sociabilidade no urbano, como propôs Wirth, Simmel (1902) acreditava que são as forças psicológicas e os fatores espirituais os responsáveis pela proximidade e o distanciamento entre as pessoas, uma vez que vê a sociedade como a resultante das ações e reações dos indivíduos entre si, ou seja, das interações. Para esse autor, “os problemas mais graves da vida moderna derivam da reivindicação que faz o indivíduo de preservar a autonomia e a individualidade de sua existência em face das esmagadoras forças sociais” (SIMMEL, 1902, p.11). Essas duas tendências podem, quando presentes em um mesmo indivíduo ou em um grupo, gerar tensão e instabilidade.

Assim, a consequência do crescimento das cidades através do aumento da população e da incorporação de princípios capitalistas que a tudo transforma em mercadoria faz que o dinheiro se torne o mais assustador de todos os niveladores. “Com toda sua ausência de cor e indiferença, torna-se o denominador comum de todos os valores; arranca irreparavelmente a essência das coisas, sua individualidade, seu valor específico e sua incomparabilidade” (SIMMEL, 1902, p.16). São exatamente essas características que conferem a cada homem ou grupo o seu modo

¹⁴ Voltaremos a este ponto mais à frente, para discuti-lo em nossa sociedade atual.

de vida e a sua identidade. Dessa forma, “o indivíduo se tornou um mero elo em uma enorme organização de coisas e poderes que arrancam de suas mãos todo o progresso, espiritualidade e valores, para transformá-los de sua forma subjetiva na forma de uma vida puramente objetiva” (SIMMEL, 1902, p. 23).

Embora o dinheiro, como colocou Simmel (1902), no início do século XX, seja capaz de destituir a identidade, temos que hoje, início do século XXI, as camadas médias da sociedade acabam por se distinguirem justamente pela condição de consumo, conferida pela posse do capital econômico, como conclui ODougherty em sua pesquisa sobre a classe média em São Paulo (cf. ODOUGHERTY, 1998).

Rever as reflexões dos autores da Escola de Chicago hoje sensibiliza e direciona o nosso olhar para uma realidade atual que é consequência de processos cumulativos de sedimentação de um modo de vida urbano. Os nossos problemas atuais, como a segregação socioespacial e a relação com o fenômeno dos condomínios fechados que esta pesquisa reflete, podem encontrar suas primeiras reflexões nesses autores.

As contribuições da Escola de Chicago, no início do século XX, são muito importantes, dessa forma, para discutirmos as tendências sociológicas atuais e as reflexões que os autores contemporâneos vêm realizando sobre o urbano na passagem do século XX para o século XXI.

A sociologia hoje, bem como qualquer disciplina, já não trabalha sozinha em suas reflexões. A multidisciplinaridade é, cada vez mais, uma tendência nas reflexões científicas, imprescindível em assuntos que envolvem múltiplos fenômenos, como é o caso desta pesquisa. Assim, a sociologia é apenas um olhar, como o são a geografia, a antropologia, a arquitetura e outras. No entanto, as diferentes abordagens, fruto de evoluções em suas metodologias e a partir de seus resultados, guardam um apuro em seu olhar, que, interagindo com outros olhares, nos fornecem bases de discussões mais aprofundadas. Assim, hoje a abordagem sociológica do urbano e de seus fenômenos incorpora essa tendência.

Temos, dessa forma, autores como Zygmunt Bauman, sociólogo polonês, que tem atuado e contribuído significativamente com reflexões sobre o comportamento social das pessoas ao longo do século XX. Sua produção sociológica a partir de uma abordagem da “sociologia humanística” nos traz reflexões que não são simplesmente abstrações ou análises e levantamentos estatísticos, mas uma reflexão sobre todo o tipo de ideia ou abordagem que pode contribuir na tarefa de compreender a

complexidade e a diversidade da vida humana (c.f. PALLARES-BURKE, 2004). Por isso, as várias ciências, como sociologia, filosofia, antropologia e história, numa abordagem multidisciplinar, se unem nessa tentativa.

A sociologia humanística foca suas reflexões na entidade do “indivíduo”, por acreditar que é justamente sobre ele que está toda a responsabilidade da fluidez da vida em nossos tempos. Assim, ao objetivar explicar como as coisas funcionam, ele amplia a visão limitada do indivíduo, dando a ele condições de enxergar mais longe. Essa perspectiva leva Bauman a afirmar que seu objetivo “é mostrar a seus leitores que o mundo pode ser diferente e melhor do que é” (PALLARES-BURKE, 2004). Partindo desse princípio, o autor desenvolve extensa argumentação analítica sobre a ideia da necessidade da pureza, tão presente nas ações cotidianas durante o século XX, e a maneira como ela modela o comportamento social das pessoas ao produzir dois tipos diferentes: os “semelhantes” e os “estranhos”.

A presença desses “estranhos” quebra, solapa, rompe com a harmonia dos “semelhantes”, que é mantida sob uma ideia de “ordem”. Isso existe porque os ‘semelhantes’ teriam interesses comuns que estariam acima dos indivíduos, ou seja, de uma ideia de individualização, que precisa ser mantida para que os “semelhantes” permaneçam “semelhantes”. Assim, Bauman justificou que:

Não há nenhum meio de pensar sobre a pureza sem ter uma imagem da “ordem”, sem atribuir às coisas seus lugares “justos” e “convenientes” – que ocorre serem aqueles lugares que elas não preencheriam “naturalmente”, por sua livre vontade (BAUMAN, 1998, p.14).

Sob essa perspectiva, temos que as relações sociais que as pessoas, e no caso específico do contexto desta pesquisa, que os grupos estabelecem entre si são relações construídas socialmente. Isso significa que o que se estabelece enquanto realidade é fruto de escolhas, em que estão em jogo os interesses dos grupos envolvidos e nada é dado por acaso, de forma natural, como se o que se observa tivesse que ser sempre assim.

Mas de qualquer forma será a presença do “estranho” que obrigará a reflexão da não semelhança, pois é o “estranho” que “despedaça a rocha sobre a qual repousa a segurança da vida diária” (BAUMAN, 1998, p.19). Assim, para que a ordem permaneça, para que os “semelhantes” permaneçam seguros, para os “estranhos” há apenas dois caminhos: a eliminação ou a anulação.

Sob esse olhar, Bauman começou um dos capítulos de seu livro com a afirmação de que “todas as sociedades produzem estranhos” (BAUMAN, 1998, p. 27). Ele implicitamente afirmou que viver em sociedade é um movimento dialético entre criar e anular os estranhos. Entendendo estranhos como sendo os diferentes, ou seja, aqueles que “não se encaixam” no sistema dominante ou aqueles “que deixam turvo o que deve ser transparente... e impedem a satisfação de ser totalmente satisfatória” (BAUMAN, 1998, p. 27). Nesse contexto, a organização da sociedade, com todos os seus sistemas hierarquicamente sedimentados, tende a querer eliminar os diferentes ou simplesmente assimilá-los pela sua anulação, padecendo, assim, de um processo de exclusão.

Os diferentes são aqueles que transgridem limites, são aqueles que não se encaixam nas regras do jogo, aqueles que pelo simples fato de existirem explicitam o que deveria ser camuflado; são os que não conseguem manter a ordem, uma vez que, “quando se traçam linhas divisórias e se separa o assim dividido, tudo o que borra as linhas e atravessa as divisões solapa esse trabalho e destroça-lhe os produtos” (BAUMAN, 1998, p. 28); esses são os estranhos de uma sociedade.

Para Bauman, a principal consequência dessas relações é que:

O sentimento dominante, agora, é a sensação de um novo tipo de incerteza, não limitada à própria sorte e aos dons de uma pessoa, mas igualmente a respeito da futura configuração do mundo, a maneira correta de viver nele e os critérios pelos quais julgar os acertos e erros da maneira de viver (BAUMAN, 1998, p. 32).

A incerteza sobre a futura configuração do mundo, como refletiu Bauman, é reflexo direto da inconstância das identidades, tanto individuais quanto coletivas. Para esse autor, em nosso tempo, que classificou como pós-moderno¹⁵, a identidade “precisa ser construída e reconstruída, e construída mais uma vez, e de novo reconstruída” (BAUMAN, 1998, p. 37). Segundo ele, “identidade significa aparecer:

¹⁵ Bauman sofreu várias críticas quanto ao uso do termo “pós-moderno”, principalmente por uma falta de definição conceitual mais clara dentro da comunidade científica. Assim, passou a utilizar termos como “modernidade líquida” em seus escritos posteriores. A situação da “modernidade líquida” seria *a era da reconciliação com a perspectiva da coexistência perpétua e, portanto, uma condição que acima de tudo precisa da arte da coabitação pacífica e caridosa; uma era em que não se pode mais ter (ou mesmo querer ter) a esperança de uma erradicação completa e radical da miséria humana, seguida de uma condição humana livre de conflitos e de sofrimentos* (BAUMAN, 2003, p. 73). No entanto, o conteúdo argumentativo de suas análises segue a mesma linha, refletindo sobre as condicionantes de nossa sociedade atual.

ser diferente e, por essa diferença, singular – e assim a procura da identidade não pode deixar de dividir e separar” (BAUMAN, 2003, p. 21).

Seguindo esse raciocínio, temos que, dependendo dos interesses que se deseja manter, ser “estranho” ou ser “semelhante” torna-se uma classificação flexível, ou seja, dependente do ponto de vista. E, assim, ser “estranho” é um meio, mas também uma consequência da construção da identidade, que em si tende a ser um processo de segregação.

É essa ideia de estar sempre em construção, desse gasto de energia constante em saber como lidar com os “estranhos”, permanecendo-se “semelhante”, que faz parte do nosso cotidiano, levando Bauman a refletir sobre o sentimento de angústia que envolve muitas pessoas e grupos, que envolve a sociedade. E, nessa constante troca, os “estranhos” são anulados e assimilados. Bauman (1998) afirmou que uma das formas de assimilá-los é ter com eles uma relação pacífica, desde que mantidos muito bem definidos os limites de cada um. Afinal, os estranhos são necessários e, muitas vezes, até bem-vindos, pois:

Dirigem restaurantes...vendem objetos de aspecto esquisito e misterioso, ... oferecem serviços que outras pessoas não se rebaixariam ou se dignariam a oferecer.... Os estranhos são pessoas que você paga pelos serviços que elas prestam e pelo direito de terminar com os serviços delas logo já não tragam prazer ... Inequivocamente, os estranhos são fornecedores de prazeres. Sua presença é uma interrupção do tédio (BAUMAN, 1998, p. 41).

No entanto, segundo esse autor, existe um tipo de “estranho” que não estabelece essa relação de alteridade com os “semelhantes”, ou seja, quando entra em contato não permite à identidade se manter, não permite a troca de experiências sem desfazer de si. Esse é o grande problema dos “estranhos” que não são assimilados; eles não estabelecem relações de alteridade com grupos que também lhes são “estranhos”. E em uma sociedade como a nossa, com grupos hierarquicamente divididos em função de seus interesses, esse é um grande problema coletivo.

Esse tipo de “estranho” se relaciona socialmente dessa forma porque padece, em uma sociedade como a nossa, de poder, seja ele de que tipo for, que lhe proporcione liberdade para mudar de posição, ou simplesmente ser feliz onde está; a liberdade que lhe permitiria segurança.

O problema, no entanto, é como viver com a alteridade, diária e permanente, que os “estranhos” e “semelhantes” são continuamente obrigados a estabelecerem

entre si no ambiente urbano. Saber que suas identidades são instáveis, pois são construídas e reconstruídas e que todas as diferenças são produtos culturais da vida humana. Cada um precisa, nesse contexto, lutar para manter, por mais tempo possível, o seu caráter de distinção.

A discussão de Elias e Scotson (2000) sobre as relações entre os “estabelecidos” e os *outsiders* muito nos ajuda a compreender como se estabelecem as relações entre os “semelhantes” e os “estranhos”. A reflexão sociológica desses autores acerca do que denominam ser o grupo dos “estabelecidos” é entendida por nós como os “semelhantes”, na discussão de Bauna (1998), e o grupo *outsider*, como os “estranhos”.

Dentro da tradição inglesa, segundo esses autores, um grupo considerado como "estabelecido" é um grupo que se autopercebe e, assim o fazendo, se considera como uma sociedade mais poderosa e melhor. Sua identidade social foi construída a partir de uma combinação singular de tradição, autoridade e influência. O contrário de um grupo “estabelecido” são os *outsiders*, ou seja, os que não pertencem a uma boa sociedade, os que estão de fora.

O agrupamento do tipo *outsiders* é sempre um conjunto heterogêneo, cujos laços sociais são tênues em relação aos grupos dos “estabelecidos”, e por isso não chegam a constituir um grupo coeso. Assim, no contexto social os “estabelecidos” podem ser considerados a “minoridade dos melhores” e os *outsiders* a “maioria dos piores” (cf. ELIAS; SCOTSON, 2000).

Para fazermos uma leitura de Bourdieu (1998) na compreensão desses dois conceitos desenvolvidos sociologicamente por Elias e Scotson (2000), teríamos que os *outsiders* são desprovidos de algum tipo de capital, não necessariamente o econômico, que, numa relação de poder com os “estabelecidos”, os enfraqueceria nas disputas com esses. Dessa forma, uma relação que se estabelece entre um grupo “estabelecido” e um grupo *outsiders* é sempre uma relação de desigualdade, sempre uma relação de disputas de poder.

Segundo Elias e Scotson (2000), “a exclusão e a estigmatização dos *outsiders* pelo grupo estabelecido eram armas poderosas para que este último preservasse sua identidade e afirmasse sua superioridade, mantendo os outros firmemente em seu lugar” (ELIAS; SCOTSON, 2000, p. 22). A superioridade social ou, pelo menos, o sentimento dessa que se baseia, de alguma forma, em posse de um poder distintivo é

aquela que faz o sujeito se perceber como “semelhante” e perceber o outro como “estranho”, ou seja, é sempre uma configuração estabelecido-*outsiders*.

A estigmatização do grupo *outsiders* não vinha, segundo sua pesquisa, na comunidade inglesa de Winston Parva, necessariamente por suas características individuais como seres humanos, mas, sim, pelo fato de pertencerem a um grupo coletivamente considerado diferente e inferior, ou seja, por um grupo que por ameaçar uma configuração já pré-estabelecida, a dos “estabelecidos”, era considerado um grupo “estranho”. Assim, “um grupo só pode estigmatizar outro com eficácia quando está bem instalado em posições de poder das quais o grupo estigmatizado é excluído” (ELIAS; SCOTSON, 2000, p. 23).

Nesse sentido, Elias e Scotson (2000), em seu estudo sobre Winston Parva, percebem que a chegada de seus novos moradores era sentida como uma ameaça ao estilo de vida do grupo já estabelecido. Isso se dava mesmo que aparentemente não houvesse nenhuma característica que os distinguisse desses, como cor da pele, opção sexual, política ou política e nível econômico. E, como os recém-chegados eram desconhecidos também entre si, não possuíam coesão enquanto grupo, não tendo como revidar ou questionar esse tipo de comportamento do grupo estabelecido.

Segundo Elias e Scotson (2000),

Não é fácil entender a mecânica da estigmatização sem um exame mais rigoroso do papel desempenhado pela imagem que cada pessoa faz da posição de seu grupo entre outros e, por conseguinte, de seu próprio status como membro desse grupo (ELIAS; SCOTSON, 2000, p. 26).

No entanto,

... a evitação de qualquer contato social mais estreito com os membros do grupo outsider tem todas as características emocionais do que, num outro contexto, aprendeu-se a chamar de “medo da poluição”. Como os outsiders são tidos como anômicos, o contato íntimo com eles faz pairar sobre os membros do grupo estabelecido a ameaça de uma ‘infecção anômica!... (ELIAS; SCOTSON, 2000, p. 26).

Assim, os referidos autores constataram que os “outsiders” eram sempre vistos pelo grupo dos “estabelecidos” como indignos de confiança, como portadores de um comportamento indisciplinar. Isso fazia que os grupos *outsiders* tendessem a vivenciar efetivamente sua inferioridade de poder como um sinal de inferioridade humana. Ou seja, há por parte do grupo dos “estabelecidos” forte pressão, que,

associada à falta de coesão do próprio grupo *outsiders*, permite o processo de estigmatização.

Acontece que alguns grupos *outsiders* são importantes para os grupos “estabelecidos”, assim como os “estranhos assimilados” que Bauman (1998) discutiu são importantes para fazer funcionar a dinâmica cotidiana dos semelhantes, pois esses têm função utilitária para o grupo dominante. No entanto, nesse sentido acabam por estabelecer um vínculo que, segundo Elias e Scotson (2000, p. 33), os leva a afirmar que “a superioridade de poder confere vantagens aos grupos que a possuem”, sendo apenas uma questão de saber articulá-lo a seu favor.

Seguindo essa orientação teórica, tanto de Bauman (1998) quanto de Elias e Scotson (2000), podemos também compreender a dinâmica das relações sociais dos moradores de condomínios fechados. Isso porque, em sociedades hierarquizadas como a nossa, as relações sociais tendem a se basear também em hierarquias, e, assim, estabelecerem relações de poder desigual entre as classes sociais. Temos, então, que o poder econômico das classes mais altas de renda os configuram por um comportamento sociocultural como um grupo distinto, ou seja, os “semelhantes” ou os “estabelecidos”, e em relação às classes mais baixas de renda, os que se configuram como os “estranhos” ou os *outsiders*.

2.4. Os condomínios residenciais fechados

Um exemplo interessante das contradições presentes em nossa sociedade, que refletem a questão da diferença de poder entre os distintos grupos que a compõem, é a possibilidade de escolha que as camadas médias possuem, graças à sua riqueza em capital econômico.

A opção por morar em condomínios fechados, por exemplo, onde os moradores têm a segurança de sua própria identidade enquanto classe social, no *status* conferido pelo imóvel, passando a ter esse mesmo *status* como um fim em si mesmo, tornando-se um perigo perdê-lo, pois se perde a identidade (cf. MOURA, 2006), se perde o caráter da distinção, nos permite identificarmos como articulamos o poder que possuem.

Quando Moura (2006) apresentou no título de sua obra a concepção de urbanidade como perigo, ela explicitou a ideia de Velho (1981) de que em nossa sociedade a proliferação de ideologias individualistas nem sempre propõe

convivência pacífica entre os diferentes, muito menos prevê modos de superação dessa diferença, apenas de distanciamento, no caso dos condomínios, por meio das várias formas de segurança.

Segundo Moura (2006), temos hoje para descrever a vida urbana uma série de palavras, como insegurança, violência, medo, risco e perigo, fazendo parte de nosso vocabulário (cf. MOURA, 2006). E, principalmente, tendo nessas argumentações as justificativas para a disseminação das habitações como os condomínios fechados, que, pelo discurso geral, são locais cujo principal objetivo é a segurança de seus moradores.

Esses são espaços “semipúblicos purificados e vigiados” (MOURA, 2006), onde a ideia de ordem é mantida pela presença dos “semelhantes” e dos “estranhos assimilados”, para usar os termos de Bauman. É uma realidade mantida e alimentada, como argumentou Moura (2006), pela “cultura do medo”, ou seja, há no imaginário urbano, principalmente das grandes cidades, mas não somente a ideia fixa de que o espaço urbano é violento e destrutivo, sendo, para isso, preciso se precaver de todas as formas possíveis para se preservar. São discursos apelativos, em que muitas vezes não existe real correspondência dos fatos com a realidade, como concluiu Moura em seus estudos sobre a cidade de Goiânia (cf. MOURA, 2006). Assim, cria-se uma realidade, alimenta-a e dela se tira proveito econômico, ou seja, faz girar a economia capitalista.

É por esse motivo que Caldeira (2000) afirmou que o mais importante é tentar enxergar a violência não como causa da proliferação dos condomínios fechados, mas, sim, uma linguagem simplificadora que identifica diversos tipos de medos (cf. CALDEIRA, 2000).

E o como viver nessa nova sociedade, fruto de ações que privilegiam o “eu” em detrimento do “nós”, é que se torna motivo de muitas das angústias, da falta de identificação por que passam os indivíduos hoje. Nessa sociedade, como discutiu Baudrillard (1995), é mais “importante travar contatos e ser aprovado pelos outros, solicitar o seu juízo e afinidade positiva” (BAUDRILLARD, 1995, p.182), o que leva a um relativismo de valores que tendem a não mais ser absoluto e servir como âncora, por isso muitos se sentem perdidos diante de inúmeras possibilidades.

Para Lefebvre (1999), “a grande cidade consagra a desigualdade” (LEFEBVRE, 1999, p. 89) e gera, principalmente pelo número, uma sociedade de

massas. E, para que essas sejam mantidas sob a ordem que organiza o cotidiano, há a dissimulação de muitos pontos críticos, pois:

A grande cidade não é apenas vícios, poluições, doença (mental, moral, social). A alienação urbana envolve e perpetua todas as alienações. Nela, por ela, a segregação generaliza-se: por classe, bairro, profissão, idade, etnia, sexo. Multidão e solidão. Nela o espaço torna-se raro: bem valioso, luxo e privilégio (LEFEBVRE, 1999, p. 89).

Essa desordem, a alienação urbana como colocou Lefebvre (1999), para Souza (2006) possui forte ligação com a falta de qualidade dos espaços públicos das cidades. Para esse autor, isso leva diretamente a todo o processo de autosegregação, que não se encerra necessariamente nas diferentes tipologias habitacionais, como a opção em condomínios fechados, mas se manifesta fortemente no estabelecimento de diferentes formas de sociabilidade, ora privilegiando o indivíduo (cf. VELHO, 1981), ora tendendo privilegiar o coletivo, ou seja, a comunidade (cf. BAUMAN, 20003), de acordo com o interesse. No entanto, maior autonomia individual e coletiva tem sido minada pela violência, pelo sentimento de insegurança, gerando a “deterioração do clima social no cotidiano”, uma vez que “os cidadãos sentem-se intimidados nos espaços públicos” (SOUZA, 2006, p. 66).

Para Baudrillard (1995), na nossa sociedade não é a característica da escassez que conduz ao mal-estar, que se manifesta na violência, mas sim toda uma ideia de abundância que está vinculada aos benefícios do consumo (cf. BAUDRILLARD, 1995), permitindo a sociedade viver de uma ilusão moral sobre a finalidade de todas as coisas, já que tudo se torna relativo e superficial. Isso quer dizer que se ignora o processo em si, fazendo que seja classificado como problema aquilo que é apenas a manifestação deste, como o que acontece com a questão da violência urbana hoje. Essa é uma “violência incontável que o bem-estar segrega na sua própria realização” (BAUDRILLARD, 1995, p.185).

Se a questão da violência deve ser analisada junto com a da abundância, como propôs esse autor, precisaríamos concentrar-nos, então, nas contradições fundamentais que essa encerra em si, cujo mais cruel dos efeitos é não permitir uma identidade, não permitir uma referência, ou seja, deixar o homem à mercê do mercado. Assim, vai-se:

Da destrutividade (violência, delinquência) à depressividade contagiosa (fadiga, suicídios, nevroses), passando pelas condutas coletivas de evasão (droga, ‘hippies’, não-violência). Todos esses aspectos característicos da

‘affluent society’ ou da ‘permissível society’ põem, cada qual à sua maneira, o problema de fundamental desequilíbrio (BAUDRILLARD, 1995, p.186).

E é a questão do desequilíbrio que marca a vida urbana hoje, em todos os seus aspectos, onde “debaixo de tantas pressões adversas o indivíduo desintegra-se” (BAUDRILLARD, 1995, p.194), fazendo-se necessário compreender a dimensão do urbano, seja físico ou social, espacializado nas cidades, sendo estas concebidas em seus “efeitos totais, que se estende para além de seus limites imediatos. Apenas esse âmbito é a verdadeira extensão da cidade, em que sua existência se expressa” (SIMELL, 1902, p. 20).

Como forma de exemplificar uma dessas extensões da discussão do urbano e que se configura como uma manifestação do poder dos grupos dominantes, tem-se a discussão acerca da legalidade e da ilegalidade dos condomínios fechados. Nesse ponto, o que se observa é um desequilíbrio na força de atuação do poder do Estado, o que tende a favorecer as camadas mais altas de renda.

Um grande problema está na articulação entre Estado, capital imobiliário e as camadas sociais, que tendem a configurar os espaços urbanos seguindo uma hierarquia de interesses que se pauta pela posse do capital econômico. No entanto, ao analisarmos os frutos dessas articulações, que podemos encontrar expressos através das leis, nos deparamos com procedimentos muito similares na configuração desses espaços para ricos e para pobres, que, sob um olhar ingênuo, nos levaria a perceber a ilegalidade e irregularidade apenas dos espaços para os pobres. Maricato (1996), refletindo sobre a ilegalidade dos assentamentos nas cidades hoje, apontou a semelhança entre esses diferentes espaços, que levará Silva (2008) a afirmar que “há controvérsias a respeito da legalidade dos chamados ‘condomínios fechados’”.

Ora, os condomínios fechados são espaços de exclusividade, que se mantêm com ricos investimentos. Exatamente por isso, a questão jurídica dos condomínios fechados torna-se relevante para apreendermos como os interesses dos diversos atores se concretizam de fato no cotidiano urbano, e o quão distante estão de um comprometimento da função da cidade de manter o bem-estar de seus habitantes.

A primeira distinção que se faz necessária, em termos de legislação, é o que venha a ser, de fato, “um condomínio fechado”, que não deve ser confundido com o

“condomínio edilício”¹⁶ previsto nos artigos 1.331 a 1.358 do novo Código Civil. Segundo Silva (2008), tecnicamente o “condomínio fechado”, como verificamos em nossas cidades hoje, é um loteamento e não um condomínio, a menos que ele se configurasse conforme o artigo 8º da Lei nº 4.591/64.

Segundo essa lei, que trata dos condomínios em edificações e em incorporações imobiliárias, é possível ter um condomínio de casas isoladas, de propriedade particular, com áreas privadas de jardins e quintal e áreas comuns, como salões de jogos ou acessos às vias públicas e circulações internas. De acordo com essa lei, “tudo o que integra o condomínio é de propriedade exclusiva dos condôminos, que não têm a obrigação legal de trasladar os espaços internos comuns ao município, quando da aprovação e do registro do empreendimento” (SILVA, 2008).

O grande debate hoje está, no entanto, na questão de que não é mais a Lei nº 4.591, de 1964, que rege sobre os condomínios, e sim a Lei Federal nº 6.766, de 1979, que legisla sobre o parcelamento da terra, que deve ser aplicada e obedecida quando o objeto são os condomínios fechados como se configuram em nossas cidades.

O artigo 22 da Lei nº 6.766/79, que é uma lei federal, diz que, a partir do registro do loteamento no Cartório de Registro de Imóveis, passam a ser do domínio do município todas as vias e praças, bem como todos os espaços livres e as áreas destinadas para edifícios de caráter público e os equipamentos urbanos, que constem no memorial descritivo do loteamento. Assim, há espaços nos condomínios que são, juridicamente, públicos e não privados, o que caracteriza certa irregularidade. Todavia, a questão complica um pouco mais. Legalmente, o município tem autonomia para legislar sobre assuntos de interesse local, como ressaltou Silva (2008), e promover adequado ordenamento do território, planejando e controlando o uso do solo, seu parcelamento e sua ocupação. Isso quer dizer que, se houver interesse local, o município, através da aprovação de seus vereadores, pode autorizar um loteamento que se configure em um condomínio fechado.

¹⁶ Condomínio edilício é também conhecido como condomínio vertical e, popularmente, como condomínio em edifício. Conceitualmente, o condomínio edilício caracteriza-se pela coexistência de áreas de propriedade particular (unidades autônomas), e áreas comuns, titularizadas por mais de um co-proprietário, segundo uma convenção previamente estabelecida. Assim, o novo Código Civil, de 2002, dispõe que pode haver, em edificações, partes que são propriedade exclusiva e partes que são propriedades comuns dos condôminos.

Evidentemente, esses espaços, vias de circulação e equipamentos públicos, continuam sendo do domínio público, conforme a Lei 6.766, mas “a Administração do Município pode afetá-los, destiná-los, ao aprovar o loteamento fechado por ato administrativo, para outra categoria de bens – os de uso especial (n. II do art. 66 do CC) – e permitir ou conceder o seu uso para os proprietários dos lotes do loteamento fechado” (SILVA, 2008).

Outro ponto importante nessa discussão sobre a ilegalidade dos condomínios fechados está atrelado com o direito que todo cidadão tem em relação à segurança, conforme a Constituição Federal de 1988. Se os espaços públicos das cidades já não conferem, por um ordenamento público, segurança a seus moradores, é direito do cidadão articular sua segurança pessoal.

O debate acentua-se quando nos deparamos com uma legislação municipal que contradiz a legislação federal. No entanto, hoje, pelas brechas das legislações, se o poder municipal, ou por lei ou por ato administrativo, aprova o loteamento para condomínios fechados, eles estão juridicamente assegurados. Os condomínios fechados irregulares, então, seriam aqueles que não possuem registro no Cartório de Imóveis.

Mesmo não sendo objetivo de nossa pesquisa aprofundar essas questões jurídicas relacionadas aos condomínios fechados, consideramos extremamente importantes esses esclarecimentos para que o seu contexto possa ser mais bem compreendido, pois é uma forma concreta de demonstrarmos como os interesses se articulam e, principalmente, como o Estado participa, muitas vezes negligentemente, dessas articulações, pois existem fortes interesses econômicos conduzindo essas ações.

3. A CIDADE DE VIÇOSA-MG

As ruas lamacentas, iluminadas a lampiões de bicos de querosene, as tardes amenas, as noites frias, as casas de telhados de biqueiras, as festas da Igreja, o padre, o juiz, os teatros de amadores viçosenses, as bandas de música e os conjuntos musicais sacros e profanos, o cinema mudo, o 'footing' na pracinha, as comadres, os coronéis e o senso de humor 'sui generis' do viçosense faziam de Viçosa uma pequena comunidade idêntica e, ao mesmo tempo, diferente de suas vizinhas mineiras.

- Paniago -

Neste capítulo, nosso objetivo foi apresentar a evolução da urbanização e do modo de vida urbano de Viçosa. De uma pequena cidade marcada pelas atividades rurais no início do século XX a uma cidade universitária, com uma população real de mais de 80.000 habitantes¹⁷ e que se configura como grande centro de pesquisas latinoamericano no início do século XXI. Ao construirmos esse histórico urbano, enfatizamos as relações estabelecidas entre os diferentes grupos que compõem essa sociedade, relações sociais de poder e distinção, e a forma com que elas se espacializam no território, produzindo espaço e sociedade marcados pela segregação.

¹⁷ Segundo IGBE (2007), a população de Viçosa é de 73.121 habitantes residentes. No entanto, estima-se que exista mais 12.000 pessoas, formando uma população flutuante, constituída de estudantes universitários de graduação e pós-graduação, técnicos em treinamento na UFV, participantes de congressos e eventos técnico-científicos e culturais e outros, proporcionando uma população que, na prática, ultrapassa os 80.000 habitantes (cf. site PMV).

3.1. A construção do espaço urbano viçosense

A cidade de Viçosa localiza-se na região da Zona da Mata mineira. Seus limites geográficos são os Municípios de Teixeiras e Guaraciaba, ao norte; Paula Cândido e Coimbra, ao sul; Cajuri e São Miguel do Anta, a leste; e Porto Firme, a oeste(Figura 10). Essas são, segundo o IBGE, classificadas como cidades de pequeno porte, enquanto Viçosa se configura como uma cidade de médio porte, ou seja, possui influência não apenas local, mas também regional. Isso se dá uma vez que é, entre as cidades dessa região geográfica, a que concentra os melhores equipamentos de serviços, tornando-se assim um polo regional de referência, é a cidade de Viçosa. Hoje, a população do município é predominantemente urbana, com mais de 92% residindo e vivendo das atividades na zona urbana (cf. IBGE).

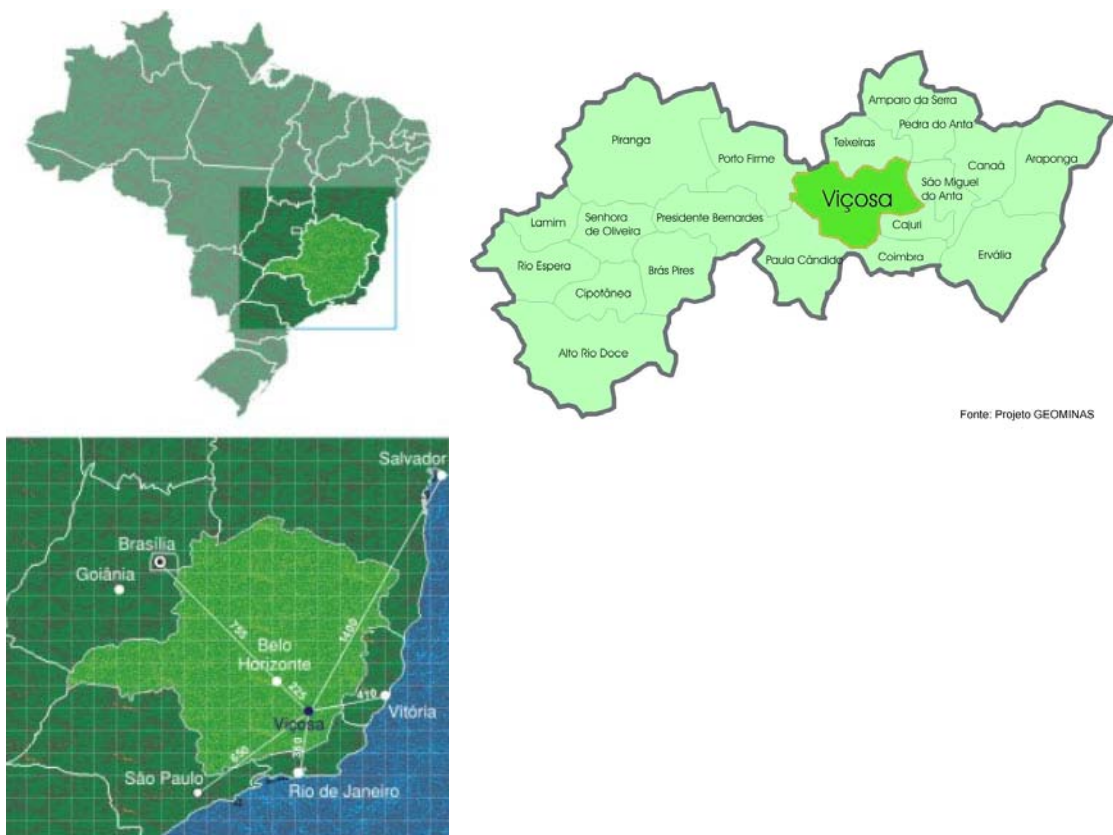


Figura 10 – Mapas da localização da cidade de Viçosa, Minas Gerais.

Os primeiros colonizadores das margens do Rio Turvo, primeiro núcleo de povoação de Viçosa, só vieram morar na região devido à decadência das zonas auríferas mineiras, ainda no século XVIII (cf. MELLO, 2002). Em homenagem a esse rio, o primeiro nome do povoado foi Santa Rita do Turvo.

A cidade de Viçosa, em seus primórdios, configurou-se como uma “cidade patrimônio”, conforme atribuiu Paniago (1990). Essa denominação conforme esclareceu essa autora, quer dizer que o território físico do município foi resultado de uma doação de terras feita por fazendeiros para a Igreja, a fim de que se pudesse construir uma capela. Nesse tipo de patrimônio, as dimensões são preestabelecidas dentro de um quadrilátero esquemático, configurando apenas um espaço suficiente para uma praça com algumas casas em volta. A capela fica normalmente em uma lateral, e volta-se para a praça, que é central. Dos limites desse contorno saem ruas e, mesmo tendo a função social da Igreja, não estão ausentes as atividades comerciais nesse pequeno núcleo (cf. PANIAGO, 1990).

No caso de Viçosa, tivemos três patrimônios cedidos inicialmente, que constituem hoje a região central da cidade, a qual concentra a maioria das atividades de prestação de serviços, incluindo a administração pública. O primeiro, e mais antigo, foi onde hoje se localiza a Capela dos Passos, antiga Capela de Santa Rita, na Praça da Rua dos Passos, próximo ao Ribeirão São Bartolomeu, afluente do Rio Turvo (cf. MELLO, 2002). As ruas que saem desse quadrilátero, já bastante modificadas hoje devido ao reordenamento espacial para suportar o tráfego de carros, são a própria Rua dos Passos, a Rua Dr. Brito e a Rua Joseli Aguiar. O segundo (Figura 11), onde hoje é a Praça Silviano Brandão, foi um povoado que “teve início ao redor da capela do patrimônio de Santa Rita, daí saindo as ruas Senador Vaz de Mello, Arthur Bernardes, Virgílio Val e Benjamim Araújo (vértices do quadrilátero)” (PANIAGO, 1990, p. 32).

O terceiro patrimônio, o que mais se modificou com o tempo, o antigo Largo de São Francisco, era praticamente um prolongamento do segundo. A Rua Arthur Bernardes levava, através de uma continuação da Rua do Cruzeiro, a atual Rua Padre Serafim, ao que é hoje a Praça Dr. Cristóvão Lopes de Carvalho (cf. MELLO, 2002). Esse era o antigo Largo de São Francisco, próximo a onde é hoje o Cemitério Dom Viçoso.



Figura 11 – Largo do Rosário com a Capela do patrimônio de Santa Rita. Foto do final do séc. XIX.

Esses três núcleos iniciais acabaram perdendo os seus limites, com o processo natural de crescimento dos povoados, e passaram a formar um único aglomerado. O povoado de Santa Rita do Turvo foi elevado a município em 1871 e, em 1876, passou a ser cidade, cujo nome se modificou para Viçosa de Sana Rita, em homenagem ao bispo Dom Antônio Ferreira Viçoso, da arquidiocese de Mariana, a qual o território pertencia. Foi em 1911 que o nome atual, Viçosa, passou a ser usado (cf. site PMV).

O sentido da expansão urbana desse núcleo inicial de Viçosa, geograficamente, esteve limitado aos vales que circundavam o Rio Turvo e o Ribeirão São Bartolomeu. Assim, seu crescimento inicial foi de forma natural, seguindo a topografia, e, segundo Mello (2002), esse processo natural de crescimento modificou-se a partir da década de 1960, quando, devido a um aumento significativo da população, as encostas dos vales começam a ser ocupadas¹⁸.

Nos primeiros anos do século XX, o crescimento direcionou-se para onde é hoje a Avenida Santa Rita e a Rua Dr. Antônio Gomes Barbosa, antigo Pasto dos Barros, mais próximo ao terceiro patrimônio. O poder municipal doou terrenos nessa região para que se construíssem locais de residência. Segundo Mello (2002), o desenho da Avenida Santa Rita, com 25 m de largura, foi traçado segundo os moldes dos bulevares franceses, dentro de uma ideia sanitaria que privilegiava a circulação de ar e a entrada de luz, muito típica no início do século XX (cf. MELLO, 2002). Até

¹⁸ Mais à frente, destacaremos e descreveremos esse processo de expansão urbana de Viçosa.

hoje, ela se destaca no espaço urbano central de Viçosa, com seus canteiros e passeios centrais, bem como com suas residências em lotes amplos¹⁹ (Figura 12).



Figura 12 – Imagem da Avenida Santa Rita, na atualidade.

Outro marco importante e que ajudou a configurar um ambiente mais urbano ao povoamento inicial foi a instalação, em 1914, da estação ferroviária, na hoje Praça Marechal Deodoro, próxima à Praça Silviano Brandão (segundo patrimônio), interligando com outra estação já existente, no então Distrito de Silvestre, ainda parte do perímetro rural.

É importante ressaltar que a estrada de ferro já cortava o município desde 1884, mas ainda não contava, em seu núcleo urbano, com uma estação. “Em Viçosa, as estações foram polos atrativos para as aglomerações humanas, impulsionando e direcionando a ocupação de novas áreas no perímetro urbano” (MELLO, 2002, p. 50).

¹⁹ Hoje, podemos perceber que há uma demanda pela construção de edifícios de múltiplos apartamentos, tanto na Av. Santa Rita quanto na Rua Gomes Barbosa, mas essa região é, dentro da cidade de Viçosa, a localidade que mais tem resistido às pressões imobiliárias, se comparada, por exemplo, com a Av. Bueno Brandão.

Com a então instalação da estação ferroviária central, em 1914 (Figura 13), a ocupação das áreas adjacentes, Av. Santa Rita e Av. Bueno Brandão, esta conhecida como balaústre, passam a ter seus lotes valorizados, e, assim, as famílias das camadas mais abastadas, as dos então fazendeiros da região, começaram a construção de suas residências urbanas. Esse pode ser considerado um dos primeiros momentos de distinção social, que é refletido no espaço físico, para assim usarmos os mesmos conceitos de Bourdieu (1998).



Figura 13 – Foto tirada na década de 1910 da Praça da Estação Ferroviária. Ao fundo, Hotel Viçosa.

Impulsionados pela estação ferroviária, essas famílias passam a residir em casas amplas, locadas em lotes maiores, privilegiando o saneamento dos espaços domésticos. Normalmente, a decoração interior era privilegiada, fazendo uso de muitos móveis e objetos importados, bem como um cotidiano doméstico influenciado pelos costumes das capitais. Essas casas²⁰ também fizeram parte da ideia de embelezamento urbano muito presente no início do século XX, e por isso suas

²⁰ Infelizmente, hoje existem pouquíssimos exemplares ainda intactos dessas residências da Av. Santa Rita e Av. Bueno Brandão. Com o crescimento da cidade e a demanda por habitação na parte central, muitas dessas edificações foram destruídas em prol da construção de edifícios de múltiplos apartamentos ou, então, passaram por processos de reforma para atender a uma nova demanda urbana.

fachadas eram ricamente decoradas com diversos motivos, compondo o que, na Arquitetura, se denomina Ecletismo²¹.

Uma das grandes contribuições da ferrovia para a cidade de Viçosa foi que com ela “os agricultores viçosenses obtinham mais lucros e, conseqüentemente, houve maior desenvolvimento do município” (SILVA, 2007, p. 57). Isso permitiu que a cidade se tornasse, ainda no início do século, um pequeno polo econômico que, juntamente com as cidades de Ponte Nova e Ubá, formou um significativo polo regional da produção e escoamento de café (cf. SILVA, 2007).

Seguindo essa tendência de expansão, e já sendo uma cidade abastecida por um dos melhores transportes no início do século, o ferroviário, o então presidente da república, Arthur da Silva Bernardes, nascido em Viçosa, aproveitando de seu poder e influência política, deu início à implantação, na cidade, da Escola Superior de Agricultura e Veterinária do Estado de Minas Gerais – ESAV, que foi inaugurada em 1926 (Figura 14). Segundo Paniago (1990), a ESAV viria a ser o principal elemento que impulsionou o desenvolvimento da cidade, uma vez que, depois de sua criação, todo o processo de expansão urbana de Viçosa esteve ligado ao próprio processo de expansão dessa Instituição.



Figura 14 – Vista geral das primeiras edificações da ESAV. À esquerda o prédio dos alojamentos e à direita o edifício das salas de aula e administrativa, bem como dos laboratórios, o edifício Arthur da Silva Bernardes.

²¹ O estilo eclético compôs o pensamento arquitetônico do século XIX e boa parte do século XX. Caracterizava-se por um grande momento de experimentação, tanto nas formas arquitetônicas, com a convivência de diversos estilos anteriores em uma mesma edificação, quanto nos materiais utilizados, normalmente importados. Essas características vão levar autores como Luciano Patetta a afirmar que o ecletismo foi o estilo da burguesia (ver PATETTA, Luciano: "Considerações sobre o ecletismo na Europa". In: FABRIS, Annateresa (Org.). **Ecletismo na arquitetura brasileira**. São Paulo: Nobel & EDUSP, 1987.

À época, foi elaborada uma comissão, composta pelos futuros professores, técnicos e o então presidente da república, que após definirem a cidade também seria responsável pela definição da melhor localidade para a instalação da nova instituição. Distante alguns quilômetros ao sul do então centro da cidade, escolheu-se uma grande várzea, uma das áreas mais nobres topograficamente falando, que pertencia a alguns fazendeiros.

As negociações para aquisição desses terrenos foi, acima de tudo, uma jogada política, uma vez que, ao encarregado dessa missão,

o Presidente Bernardes recomendara-lhe evitar ao máximo desapropriações, adquirindo os terrenos pela compra, porque, entre outros motivos, alguns dos proprietários eram seus adversários políticos e ele não queria gerar suscetibilidades (PANIAGO, 1990, p. 148).

A localidade da Escola contava com extensa área para a produção e a realização dos trabalhos de pesquisa, e, pela sua dimensão, fez-se necessária a construção de vilas residenciais que, além de serem moradias para os servidores da Instituição, permitiam que estes servissem como vigia do patrimônio. Para os professores foi construída a Vila Gianetti, bem no limite da Escola com a cidade, com casas amplas, jardins, varandas, aos moldes das típicas casas norte-americanas do início do século. E para os demais funcionários foram construídas a Vila Sete Casas e a Vila Secundino²², com casas mais simples localizadas nos limites da Escola com as áreas rurais. Essas características de diferenciação das Vilas evidenciam a distinção social conferida aos professores, nesse primeiro momento da Escola, que tende a perdurar e a fazer parte do imaginário social da população de Viçosa.

Ainda nessa primeira fase da ESAV, que possuía na entrada de sua avenida as emblemáticas quatro pilastras²³ (Figura 15), a cidade estava distante fisicamente da Escola, e havia um vazio entre as duas localidades. Isso porque a ESAV funcionava como escola com internos, em que o campus supria a maioria das necessidades dos alunos, como alimentação, lazer e moradia, e eles se relacionavam pouco com a então estrutura da cidade que ainda continuava com características rurais (cf. site UFV).

²² A Vila Gianetti, desde a década de 1990, já não funciona como moradia. Hoje, após várias intervenções arquitetônicas, por motivos de reformas, abriga museus, sedes de algumas instituições parceiras da UFV, entre outros. As demais vilas estão, neste momento, sendo desocupadas para servirem a outros interesses da UFV, e seus antigos moradores estão sendo indenizados.

²³ As quatro pilastras, hoje o símbolo mais visível de separação do espaço físico da UFV em relação à cidade de Viçosa, foi literalmente uma cópia da entrada da então Yowa State College, hoje Yowa State University, Instituição de origem de Peter Henry Rolfs, norte-americano, doutor em Agricultura, que foi convidado pelo então presidente da República para organizar e dirigir a ESAV (cf. site UFV).



Figura 15 – Vista do contexto atual das quatro pilastras. Como pano de fundo, os edifícios de múltiplos apartamentos das imediações, na região central.

Outro momento também importante para a expansão da cidade foi em 1948, quando a ESAV viria a se tornar importante instituição de ensino com a ampliação dos seus cursos e de sua infraestrutura. A ESAV foi transformada em Universidade Rural do Estado de Minas Gerais (UREMG). Essa mudança trouxe significativo impulso na urbanização da cidade não só pelos novos funcionários, mas também porque a Instituição deixava de ser exclusivamente internato. Houve a necessidade maior em relação à prestação de serviços, que também impulsionou o comércio local. Mas esse crescimento urbano ainda foi considerado de pouca expressão. Segundo Mello (2002), não houve expansão da malha urbana, e sim a intensificação populacional nas regiões já ocupadas até então.

Segundo Jesus (2007), foi a partir de 1960 que “a cidade de Viçosa/MG presenciou um crescimento acelerado de sua área urbana e, ao mesmo tempo, uma consolidação, em termos de urbanização e ocupação de áreas já existentes” (JESUS, 2007, p.13). Essas mudanças estão relacionadas com o desenvolvimento da pós-graduação na UREMG, no final da década de 1950, e com a sua federalização em 1969, ocorrendo grande incremento nas atividades de ensino e, sobretudo, de pesquisa na Universidade. A combinação desses dois importantes acontecimentos resultou numa confluência significativa de recursos financeiros e humanos para o município. A partir daí, um novo perfil de moradores começava a se formar, com

nível cultural elevado e remuneração que ficava acima da média da população da cidade.

Todavia, “a estrutura urbana não se encontrava preparada para absorver o crescimento populacional motivado pela federalização da Universidade” (MELLO, 2002, p. 6). Era necessário investimento na infraestrutura da cidade, o que não aconteceu. No processo de ocupação do espaço, observou-se como tendência a intensificação da ocupação do Centro urbano, que acabou ficando à mercê da especulação imobiliária (cf. MELLO, 2002), bem como a construção de residências em áreas, topograficamente, impróprias, com declividades muito acentuadas, a exemplo dos bairros Fátima, Santa Clara e Betânia.

Nesse momento, outro eixo de expansão da malha urbana foi a construção da Av. Marechal Castelo Branco, já na década de 1970, uma saída rodoviária a norte do Centro, que permitiu o desenvolvimento de alguns bairros mais afastados do Centro, como Santo Antônio, João Braz e Silvestre, e nas últimas décadas o bairro Violeira, onde se localiza o Condomínio Residencial Recanto da Serra. Caracteristicamente residencial em sua origem²⁴, esses bairros foram ocupados, sobretudo, pelas classes mais baixas de renda que trabalhavam no Centro ou na UFV.

“Ao contrário da maioria das cidades brasileiras em que a indústria promovia o desenvolvimento, em Viçosa a instalação da UFV é que proporcionou a oferta de empregos, dinamizando a economia local” (JESUS, 2007, p. 14). Essa configuração trouxe grande contraste entre a cidade e a universidade, entre a população mais bem remunerada e os assalariados, situações que extrapolaram o espaço social para, então, configurar um padrão físico do solo urbano que revelou grandes desigualdades sociais. Para ilustrar essa afirmação, observa-se que na década de 1970 foi criado o primeiro condomínio residencial fechado em Viçosa, o Parque do Ipê. Logo após essa experiência, um segundo condomínio foi criado, o Condomínio Bosque Acamari, nas imediações da Universidade, inicialmente destinado à ocupação pelos professores da Universidade. O condomínio foi construído nos moldes dos subúrbios americanos, com casas amplas e baixas, igualmente distantes umas das outras, e sem muros entre si; todas as edificações com jardins na parte de trás e na frente, dando para um arruamento interno asfaltado. Foi também construída significativa área de lazer (Figuras 16 e 17).

²⁴ É importante ressaltar que, hoje, esses bairros possuem muitas atividades comerciais, perdendo o caráter tipicamente residencial de suas primeiras ocupações. Nota-se, também, que há uma tendência de ocupação por parte das classes mais abastadas, que numa tentativa de escapar da forte verticalização do Centro optam pelos lotes mais amplos que são oferecidos e constroem, assim, suas residências.



Figura 16 – Vista de uma das ruas do Acamari, onde se pode ver o padrão das casas.



Figura 17 – Detalhe da área de lazer do Acamari: área de piscinas, quadras, campos, *playground*.

Também nessa década, com o intuito de trazer mão de obra que desse suporte ao setor de serviços para essa nova população, o então prefeito Antônio Chequer, numa iniciativa pessoal, loteou e distribuiu terras sem nenhum tipo de planejamento, configurando, por exemplo, o bairro Nova Viçosa. Esse bairro também teve parte de seu loteamento feito por iniciativa privada. Totalmente afastado da zona urbana, inclusive sendo dela separado por elemento geográfico, uma montanha. Esse bairro abrigava e, ainda, abriga uma população de baixa renda que para tudo depende do centro da cidade (cf. site PMV).

A população do município que até o ano de 1960 era de 20.846, sendo a maioria do meio rural. Pelo gráfico do crescimento populacional em Viçosa (Figura 18), vemos como nos anos subsequentes à década de 1960 o número de pessoas não só cresceu quantitativamente, como também se tornou essencialmente urbana. O Censo de 2000, do IBGE, contabilizava 64.854 pessoas, sendo 5.062 na zona rural (cf. site IBGE).

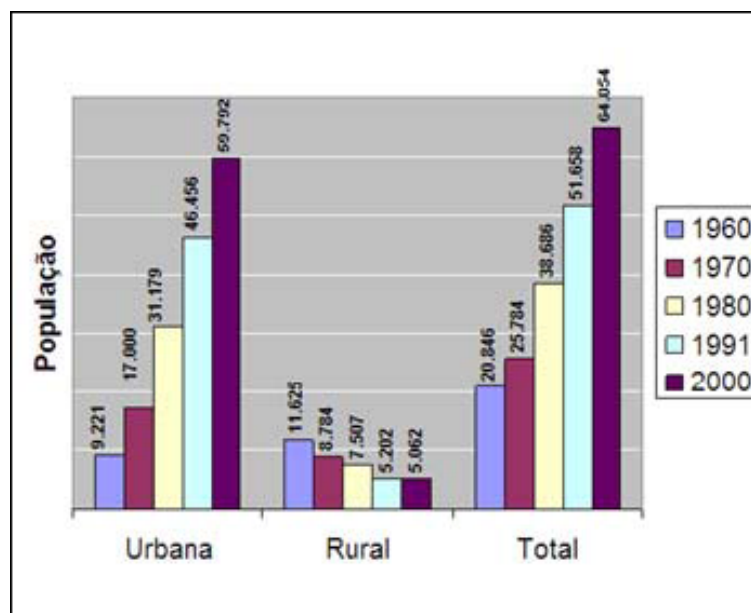


Figura 18 – Nesse gráfico não está considerada a população de estudantes em Viçosa, pois essa é uma população flutuante.
Fonte: IBGE. CENSO, 2000.

Nesse processo, o município experimentou um grande surto de expansão das atividades econômicas, principalmente da construção civil, para prover habitações para essa nova população, que chegava à cidade atraída pelas ofertas de trabalho (cf. site PMV). O processo de urbanização que se seguiu a partir daí teve como elemento primordial o fator econômico. Com isso, produziram-se espaços característicos para os diferentes segmentos sociais que habitavam a cidade, de modo que o centro e as imediações do campus universitário foram privilegiados, e as periferias da cidade não tiveram significativos investimentos.

Segundo Mello (2002), “a partir da década de 1970 Viçosa vem experimentando um crescimento depredatório como a maioria das cidades brasileiras” (MELLO, 2002, p. 57). Assim, verificou-se rápida ocupação das áreas planas ainda disponíveis, e o mercado imobiliário experimentou rápida e crescente expansão. “A valorização dos imóveis urbanos atingiu níveis muito superiores aos da região e, até mesmo, equivalentes aos de alguns bairros da capital” (STEPHAN; RIBEIRO FILHO, 2001). Com isso, ficava evidente que a tendência de ocupação dessas áreas, a julgar pelo alto custo das construções, se daria como de fato se deu, pelas camadas médias da sociedade.

A partir da década de 1990, Viçosa tem passado por forte processo de verticalização de seu centro e imediações, tendo suas antigas construções, de um ou dois pavimentos, sido substituídas por edifícios de múltiplos apartamentos com o primeiro andar destinado ao comércio ou, mesmo, edifícios inteiros direcionados a essas atividades (Figura 19). Assim, pode-se perceber outro momento em que a moradia e sua localização são, em Viçosa, um meio de distinção social, pois como

Frutos da especulação imobiliária, os altos edifícios que vêm sendo construídos ocupam os poucos vazios urbanos que ainda restam na área central da cidade, principalmente as encostas próximas ao centro e a faixa de proteção ao longo dos cursos hídricos. Por causa da localização na estrutura urbana, os condomínios verticais destinam-se às classes médias e altas (MELLO, 2002, p. 57).

É dessa forma que, segundo Pereira (2005), “em Viçosa, a população local acaba tornando-se vítima de um duplo processo de especulação imobiliária, visto que a área central, já valorizada por natureza, acaba se tornando mais valorizada por conta da proximidade com o campus da universidade federal” (PEREIRA, 2005, p. 201).



Figura 19 – Vista da tendência à verticalização da Rua Virgílio Val. Podemos perceber como as casas baixas, mais antigas, têm sido literalmente engolidas pelos prédios.

Esse processo de ocupação urbana aleatória, pelo qual Viçosa tem passado, mais fortemente a partir da década de 1970, e intensificado no final da década de 1990, foi fortemente influenciado pela inexistência no município, até 1998, de um Plano Diretor²⁵, cujos impactos negativos afetam a cidade até o momento. Isso quer dizer que até o final do século XX não se tinham efetivamente instrumentos legais de planejamento urbano, ainda que a existência desses não efetive, de fato, a falta de problemas. Dessa forma, novos bairros foram se constituindo, e a carência de infraestrutura urbana é uma realidade, pois, ao contrário de como ocorreu nos núcleos iniciais, onde o local era cuidadosamente escolhido e os possíveis eixos de expansão planejados, com espaços destinados às praças e largos, nos novos bairros ocupados por classes mais baixas dificilmente encontramos qualquer tipo de

²⁵ O Plano Diretor deve ser o resultado de um levantamento, em todas as instâncias, que compete ao poder público atuar, e das condições de vida de um lugar. Assim, ele é uma resposta, na forma legal, que deve ser capaz de contemplar o desenvolvimento da cidade, e aqui se deve entender esse conceito como algo que engloba a qualidade de vida. O Plano Diretor é a principal lei do município que trata da organização e ocupação do território. No Estatuto da Cidade, lei federal de 2001, que regulamenta os capítulos sobre Política Urbana da Constituição, o Plano Diretor é resultado de um processo político dinâmico e participativo que mobiliza o conjunto da sociedade para discutir e estabelecer um pacto sobre o projeto de desenvolvimento do município. Esse é um processo político de formação da cidadania (cf. STEPHAN; BROWNE, 2001).

investimento nesse sentido, forçando uma mobilização de seus moradores para tentar algum investimento com a prefeitura.

Ocorre, então que a cada ano, com o crescimento natural da cidade promovido pela expansão da Universidade, a demanda por serviços se intensificou. A busca por trabalho atraiu os mais diferentes segmentos sociais, desde as pessoas que vieram atuar como professores na Universidade ou empresários locais, como os trabalhadores das camadas populares. A ocupação do solo urbano evidenciou essa diversidade e expansão por meio do aumento no número dos condomínios fechados²⁶, bem como pela intensificação da ocupação de áreas impróprias que proliferaram na periferia e no Centro da cidade, conforme apontou Pereira (2005).

Segundo Jesus (2007), dessa forma é possível identificar dois marcos históricos para significativa expansão da malha urbana da cidade, sendo o primeiro deles da época da criação da UFV, no final da década de 1960; e o segundo, identificado “nos dias atuais, posterior à concentração do centro, onde a expansão ocorre cada vez maior nos bairros afastados da cidade, devido à grande concentração e especulação imobiliária verificada no Centro de Viçosa” (JESUS, 2007, p.15), onde também podem ser identificadas áreas de loteamentos clandestinos.

Enfim, podemos ver como o processo de urbanização de Viçosa acabou por construir uma cidade com lugares de diversas vivências e contradições. Recuperando as reflexões de Lefebvre (1999), podemos afirmar que “as diferenças que emergem e se instauram no espaço não provêm do espaço enquanto tal, mas do que nele se instala” (LEFEBVRE, 1999, p.117). E o que no espaço se instala é a materialização das relações estabelecidas pelos indivíduos.

Com esses levantamentos, identificamos Viçosa como uma cidade onde a segregação socioespacial é uma realidade que se firmou ao longo de sua história e que tende a ser cada vez mais evidente, principalmente pela permanência e intensificação dos processos de distinção social presentes.

²⁶ O Condomínio Bosque do Acamari, criado por iniciativa dos professores na década de 1960, fica nas imediações do campus da UFV, porém distante da área central, e os outros também se localizam em áreas distantes da região central.

3.2. A sociabilidade em Viçosa: a relação entre os distintos grupos sociais

As relações estabelecidas pelos diferentes grupos sociais que compuseram e compuseram a sociedade urbana de Viçosa trazem, em sua história, grande tendência à distinção social. Podemos identificar momentos distintos, em que a sociabilidade urbana em Viçosa viveu essa realidade, a exemplo de quando se chegou à estação ferroviária, da federalização da Universidade e, por último, nos dias atuais, da expansão da UFRV e da sedimentação do caráter científico da cidade, como afirmou Pereira (2005).

Evidentemente, todos esses momentos foram responsáveis pela produção de um espaço físico urbano distinto, como discutido no item anterior, mas também foram responsáveis pelo caráter peculiar do comportamento social da população, que sempre esteve exposta a uma “longa e permanente convivência com estrangeiros de todos os continentes” (site PMV). Também, trata-se de uma população que sempre conviveu com a chegada de pessoas de outras cidades que vieram em busca de oportunidades de emprego, trazendo consigo seus costumes e sua cultura.

A pesquisa realizada por Paniago (1990) foi feita no final da década de 1980, mas ainda podemos perceber que muitas das reflexões feitas são uma constante em nossos dias, a exemplo de quando afirmou que “a Universidade Federal de Viçosa está contribuindo para a formação de verdadeiras castas no município, no setor econômico” (PANIAGO, 1990, p. 207). Ela destacou os altos salários pagos aos professores e aos funcionários da alta administração, bem como ao aumento do número de médicos, dentistas e advogados, entre outros profissionais que possuem renda acima da média da maioria das pessoas da cidade, que sobrevivem principalmente do comércio.

Inicialmente, a população local tinha caráter mais rural, ligada exclusivamente às práticas agrícolas e, portanto, não tinha no núcleo urbano o seu local de moradia, mas a ele acorria em datas específicas. Como afirmou Paniago (1990),

Se em 1830 a população era pequena na sede do povoado, ela era bem numerosa nas propriedades rurais, e as pessoas deslocavam-se para a sede por ocasião das festas religiosas. Em tais ocasiões as pessoas se conheciam, negócios e casamentos eram tratados e a vida social da vila ia se formando entre conversas, procissões, missas, ranger de carros-de-boi e o tropel das tropas de muares (PANIAGO, 1990, p. 82).

Podemos perceber que Viçosa tem, desde o início de sua formação como núcleo urbano, forte ligação com as práticas religiosas da Igreja Católica, às quais inicialmente eram responsáveis por promover a interação social entre as pessoas do povoado, e uma economia baseada nas atividades agrícolas, principalmente na produção do café. Essas características foram responsáveis pela formação de um caráter tradicionalista na população (cf. PANIAGO, 1990).

As práticas religiosas desde o início sempre tiveram em Viçosa forte ligação com o aspecto de festas, muito mais voltadas para uma conotação social do que necessariamente para uma prática estritamente religiosa (cf. PANIAGO, 1990). As primeiras interações sociais da nova cidade foram derivadas delas e seguiam o seu ritmo.

Por ser um local de expressão na produção cafeeira no início do século XX e ter característica mais urbana, dada pela presença da ferrovia, da estação ferroviária no centro do povoado e da Igreja Católica e suas práticas, alguns grandes fazendeiros, especialmente os ligados com a cultura do café, e alguns comerciantes da região trouxeram seus filhos para que em Viçosa pudessem estudar. Assim, começava a figurar o que mais tarde seria a principal característica da cidade, a sua ligação com a Educação.

Para atender a essa demanda, em 1910 foi inaugurado o Colégio de Viçosa, que funcionou como escola até 1980. Também nessa época iniciou suas atividades a Escola Normal, que funciona até hoje. Essa última atendia apenas ao público feminino, enquanto o Colégio de Viçosa desde sua origem (cf. site PMV) foi formado por classes mistas. Essa característica era atípica no início do século.

Cria-se a ESAV²⁷, instituição de nível superior, e o Patronato Agrícola Arthur da Silva Bernardes, de nível técnico, focalizando as intervenções práticas no campo, para onde vieram estudar os filhos dos agricultores da região. No entanto, é a criação da ESAV, inaugurada em 1926, que será continuamente umas das responsáveis pelas principais mudanças, em todos os sentidos, na cidade de Viçosa.

Um das primeiras características da ESAV e que tiveram significativo impacto nas relações sociais da população local foi que, além dos alunos, que não eram da população local, para organizar e inaugurar a Escola, foi trazido um norteamericano, o Professor Peter Henry Rolfs. Com ele se formou uma equipe com

²⁷ Escola Superior de Agricultura e Veterinária do Estado de Minas Gerais.

alguns membros também norte-americanos, que acabaram por ficar na cidade e participar do crescimento da ESAV. Todavia, foi a criação dessas instituições de ensino que mantiveram parcerias entre si em seus primórdios, que permitiram resistir ao mau momento da produção agrícola pelo qual o país passava, fazendo Viçosa despontar como referência no cenário nacional, nas questões relativas ao desenvolvimento agrícola.

A construção de uma cidade voltada para a educação foi sempre o caráter que marcou as principais iniciativas na cidade e a ela tem atrelado toda a constituição de sua vida urbana. Por um longo período, essas instituições contaram com a presença de professores vindos de outros países. Isso, por um lado, dava credibilidade às instituições; por outro, forçava, por assim dizer, o convívio dessas pessoas com a população local. A interação entre elas nem sempre aconteceu da melhor forma possível, havendo dificuldades na adaptação ao meio urbano viçosense.

O simples fato de ficarem restritos às atividades da Escola fez que eles, profissionais da ESAV, tivessem poucas relações com os moradores locais, formando grupos distintos que pouco se relacionavam, até porque possuíam uma cultura totalmente diferente da local. Também contribuiu para isso o distanciamento físico inicial entre a Escola e a cidade, onde desde o início a estrutura física do campus já refletia esse caráter segregacionista entre a Escola e a cidade.

Outro fator também de segregação entre os profissionais diretamente ligados à ESAV e à comunidade local foi a construção de vilas habitacionais dentro do campus da Escola, como a Vila Gianetti, que por diferenciar-se completamente das características locais foi um fator de distinção social que perdurou até suas casas serem desativadas como moradias.

Segundo Silva (2007), as donas de casa da Vila Gianetti possuíam costumes domésticos diferentes, com fortes influências estrangeiras ou das capitais, além de, devido aos altos salários pagos pela Escola, pagarem salários para as empregadas domésticas muito acima do que a população local poderia pagar. Assim, havia grande disputa por esses empregos, ao mesmo tempo que as donas de casa de Viçosa se viam prejudicadas por não conseguirem competir com os altos salários.

Segundo Paniago (1990), “em Viçosa, a década de sessenta foi de crucial importância para o estudo das tendências a mudanças sócio-culturais” (PANIAGO, 1990, p.106). Segundo ela, podemos perceber mais nitidamente essas mudanças, tanto na educação quanto nas práticas religiosas. A cidade de Viçosa tem, até a

década de 1960, uma sociedade formada por praticantes da religião Católica, no entanto, a partir dessa data,

Começam a ser instaladas na cidade diversas seitas protestantes ... lojas maçônicas e seitas orientais. A vinda dessas novas agremiações religiosas, mormente das primeiras, acendeu o espírito de resistência a mudanças já observado no próprio seio do catolicismo, entre os viçosenses (PANIAGO, 1990, p.106).

Ainda segundo a referida autora, a principal justificativa para essa resistência é o fato de que essas inovações foram trazidas por pessoas estranhas à comunidade.

Nesse sentido, podemos recuperar as reflexões teóricas de Baumam (1998), que nesse contexto nos ajudam a entender o porquê da resistência inicial dos viçosenses em acolher em sua cidade as novas e diferentes religiões. É que elas pertenciam àquelas pessoas estranhas ao núcleo já estabelecido. Elas tenderiam, como de fato assim aconteceu, a promover mudanças na sociedade, reestruturar uma organização social, colocar em evidências situações em que a comunidade local precisaria se posicionar e, mais, elas seriam novas e diferentes opções a serem escolhidas. E, assim, as diferentes práticas religiosas acabaram por se figurarem como condicionantes de distinção social em Viçosa (cf. PANIAGO, 1990).

A população de Viçosa já estabelecida em seus costumes e práticas sociais tende a sentir-se ameaçada com o que lhe é diferente e parte para um comportamento de autodefesa, segundo Paniago (1990). O comportamento social, de inicial resistência em relação ao novo que chega, em Viçosa não diz respeito só à questão religiosa, mas também é muito presente no tocante às pessoas que vêm de outras localidades para fixarem residência na cidade. “Essa peculiaridade do viçosense pode ser percebida quando, na realização de festas e eventos sociais, nota-se a presença de grupos nitidamente separados” (PANIAGO, 1990, p.107).

Essas características de resistência, no entanto, tendem a se mostrar mais claras a partir da década de 1970, quando o processo de troca das atividades rurais pelas atividades urbanas, incluindo a moradia, foi muito intenso, o que se justificou, entre outras coisas, pelo processo de federalização da Universidade Federal de Viçosa. Com a ampliação da Instituição, novos cursos de graduação e pós-graduação, aumento do número de alunos e de funcionários, uma reestruturação física do campus, uma nova demanda por serviços se fez sentir na cidade de Viçosa, o que

atraiu não só as pessoas da região, como de outras localidades do Brasil, tornando Viçosa um pequeno foco migratório. No entanto,

Com o crescimento do setor de construção civil, consequência da expansão da UFV, que aumentou o poder aquisitivo do povo, muitos trabalhadores do campo têm vindo para a cidade trabalhar nas obras, inflando as favelas que proliferam nos morros da periferia (PANIAGO, 1990, p. 28).

“Essa diversidade de pessoas, com diferentes tipos de educação e ‘status’ sócio-econômico, interagindo com a população local de raízes tradicionalistas, formou um complexo humano heterogêneo” (PANIAGO, 1990, p. 28). Com essa população e com a grande oferta de empregos, o que não significava acessibilidade a todos, a localização de moradia das diferentes famílias dizia muito de seu *status* social. Dessa forma, quanto mais afastado do centro da cidade, menos renda a família possuía²⁸. É somente a partir desse momento que, segundo Paniago (1990), houve deslocamento das atividades agrícolas e religiosas, como delimitadoras da sociedade viçosense, para valores ligados à política e à educação, fato que está intimamente ligado à criação da UFV e à sua expansão.

Pereira (2005) destacou um aspecto interessante em relação à educação em Viçosa, onde “se a UFV atua como elemento de atração de estudantes de várias partes do país, grande parte dos estudantes do próprio município, e também do entorno de Viçosa, acabam por estudar em outras instituições de ensino existentes na cidade” (PEREIRA, 2005, p. 200), todas elas particulares. Esse fato tende a funcionar como característica de distinção social que ratifica o que já está presente no imaginário da população local, onde a UFV é, e sempre foi, desde sua origem, algo para “os de fora” e não para os viçosenses. Assim, podemos perceber como esses dois grupos têm dificuldades em interagir quando, por exemplo, promovem e frequentam festas distintas.

Predominantemente urbana (mais de 92%), a população tem cerca de 50% de seu total composto por estudantes, evidentemente não só universitários. Nas suas relações estabelecidas “enriquecem o ambiente da cidade, conferindo-lhe uma atmosfera criativa, dinâmica e intelectualmente estimuladora” (cf. site PMV), dando a sensação do cosmopolitismo, tão presente nas metrópoles, ou grandes cidades.

²⁸ No entanto, hoje essa lógica é diferente. As pessoas que têm maior renda tendem a ocupar as regiões distantes do centro, algo que é comum não só em Viçosa. Esse processo é discutido mais à frente.

Desta forma, Viçosa participa de um círculo de cooperação, em escala internacional, no que tange ao desenvolvimento da pesquisa científica com ênfase à pesquisa aplicada do setor agrícola e agropecuário. É assim que a cidade, mais uma vez através de atividades realizadas na UFV, se insere no circuito de produção científica nacional e mesmo colabora na redefinição de práticas e técnicas agrícolas em distintas partes do território brasileiro (PEREIRA, 2005, p. 205)

Segundo Paniago (1990), a influência da UFV no município é fato incontestável. Ela destaca aspectos positivos, como a possibilidade de emprego para muitas pessoas, mas também expõe aspectos negativos. Muitas vezes, a “população enxerga-a como agente de invasão cultural, sente-se lesada em suas aspirações e direitos” (PANIAGO, 1990, p. 207), principalmente pela presença de pessoas que para aqui migram e tiram oportunidades das pessoas locais. É como uma forma de reação que dificulta, quase sempre, a integração entre as pessoas e a permanência de grupos locais que se fecham. Mas essa autora ressaltou que essa é a primeira reação e que, após a adaptação ao meio, a população local tende a acolher o que não é nativo.

A caracterização de Viçosa como cidade universitária, aliada com as condições de urbanização limitada pela topografia acidentada e por uma economia dependente da UFV, dá o atual perfil da cidade: um fluxo de pessoas e veículos contínuo e maior do que a infraestrutura urbana possa suportar. Dessa forma, Viçosa distingue-se das cidades de seu porte na Zona da Mata mineira, como Ponte Nova, Ubá e Barbacena.

O cotidiano urbano, devido ao intenso fluxo de veículos, chega em determinados momentos, como no horário do almoço ou, mesmo, no final do expediente comercial, a parecer, na percepção dos moradores de Viçosa, com o das cidades maiores. Isso nos faz perder a sensação de uma típica cidade do interior de Minas, parecendo que estamos em uma grande metrópole. “Parece que a diversidade humana do ambiente, tanto étnica quanto cultural, conferiu-lhe natureza cosmopolita que perdura até hoje no ambiente da cidade” (cf. site PMV).

Essas características tão peculiares da cidade de Viçosa levam Jesus (2007) a afirmar que a cidade, que se expandiu por causa da UFV, passou, e passa, por um acelerado aprofundamento de uma série de modificações econômicas e sociais pelo volume e diversificação da divisão de trabalho.

É por poder justificar o discurso nesses impactos negativos, ou seja, o espaço urbano como lugar de múltiplas vivências e contradições, que se espelha no físico de forma hierárquica e segregada, resultando em sérios problemas, como a exclusão e

violência, que a partir da década de 1990 a população das camadas médias tem demandado ao mercado imobiliário o loteamento e a construção de condomínios residenciais fechados (cf. site PMV). E, assim, Viçosa se insere nas discussões atuais sobre os impactos socioespaciais de segregação e exclusão dos quais a realidade dos condomínios fechados faz parte.

4. A CONSTRUÇÃO DE UM LUGAR: O Condomínio Recanto da Serra

Assim o bem-estar devolve-nos à primitividade do refúgio. Fisicamente, o ser que acolhe o sentimento do refúgio fecha-se sobre si mesmo, retira-se, encolhe-se, esconde-se, entoca-se... Na felicidade física, o ser gosta de recolher-se.

- BACHELARD –

Na cidade de Viçosa, os bairros Violeira e João Braz, dos quais o Condomínio Recanto da Serra é um dos limites físicos, fazem parte do processo de crescimento e expansão por que a cidade passou a partir da década de 1970, quando da abertura da Avenida Marechal Castelo Branco (Figura 20), principal eixo rodoviário que ligou o centro da cidade aos bairros Santo Antonio, João Braz, Violeira e Silvestre. Até esse momento, os citados bairros possuíam características rurais ou, quando urbanizados, eram ocupados pelas famílias de classes mais baixas.

Nesse contexto, podemos perceber como as modificações trazidas pelo crescimento urbano de Viçosa se assemelharam ao que as outras cidades brasileiras vivenciaram, principalmente as metrópoles, a partir da década de 1980, como nos relatou Souza (2004). Esse autor evidenciou a fragmentação do tecido urbano com o crescimento da malha urbana, no sentido das periferias, e destacou a segregação socioespacial que esse crescimento espacializou, ao caracterizar os espaços ocupados pelas diferentes classes sociais (cf. SOUZA, 2004).



Figura 20 – Vista da Marechal Castelo Branco na chegada do Bairro João Braz.

O crescimento urbano de Viçosa, nesse momento, não foi acompanhado por políticas de planejamento, pois somente no ano 2000 o Plano Diretor do município foi aprovado. No entanto, os bairros já estavam com suas áreas bastante ocupadas, à época da implantação desse Plano Diretor, e evidenciavam a tendência de ocupação e de uso do solo independentemente de planejamento (Figura 21). Dessa forma, os bairros Violeira e João Braz, entre outros da cidade de Viçosa, inserindo-se nesse contexto, revelaram-se espaços heterogêneos, tanto física quanto socialmente, conforme analisado a seguir.



Figura 21 – Vista da Marechal Castelo Branco na altura do bairro Santo Antônio, onde se percebe o potencial construtivo da região. Essa é uma das regiões da cidade que mais têm crescido.

4.1. Entre dois mundos distintos: o Violeira e o João Braz²⁹

A descrição da localização geográfica do Condomínio Recanto da Serra é imprescindível para as análises das formas de sociabilidade que seus moradores estabelecem com a vizinhança e com a cidade como um todo, bem como para refletirmos sobre a construção de um “estilo de vida” dos seus moradores. Isso se deve ao fato de que o condomínio se situa no limite geográfico entre dois bairros muito diferentes, que são o Violeira e o João Braz (Figura 22). Dois modos de vida, dois perfis de população, duas infraestruturas, dois ambientes urbanos – em tudo – distintos.

²⁹ Uma das fontes para a discussão sobre os bairros João Braz e Violeira foram os Relatórios de Reunião Setorial para a confecção do Plano Diretor da cidade. Especificamente sobre o João Braz, a reunião foi realizada em 19 de julho de 1998, e seu conteúdo está disponibilizado no site oficial do Plano Diretor da cidade de Viçosa. Com a finalidade de atualização desses dados, para suprir a possível defasagem cronológica, algumas questões foram checadas *in loco*. No caso do bairro Violeira, no momento da realização das reuniões, 3 de dezembro de 1998, ele ainda pertencia à região rural da cidade, portanto seu relatório se encontra junto com os das comunidades rurais (cf. www.ufv.br/pdv).

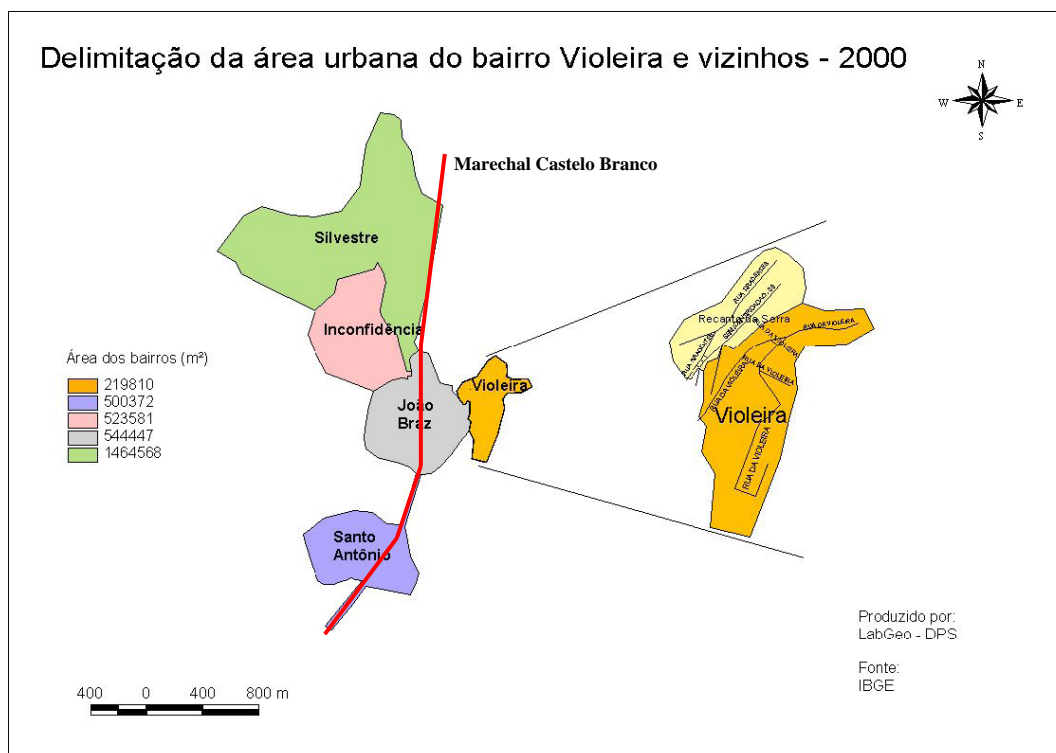


Figura 22 – Esquema mostrando os bairros que cresceram ao longo do eixo da Avenida Marechal Castelo Branco. No detalhe, destaque para a Implantação do Condomínio Recanto da Serra (em amarelo).

O Bairro Violeira pode ser considerado um bairro da periferia de Viçosa, distanciando-se 6 km de seu Centro. Suas edificações são, em sua maioria, edifícios residenciais, mas, como ainda é marcante o seu caráter rural, encontram-se dentro de seus limites, que fazem parte do perímetro urbano de Viçosa³⁰, pequenas chácaras e sítios, demonstrando que sua ocupação não é densa e guarda seu caráter rural originário. Segundo Jesus (2007, p.19), no Violeira, “mais de 50% do bairro é constituído de lotes vazios” (Figuras 23 e 24).

³⁰ O Violeira passou a ser parte do perímetro urbano de Viçosa, mesmo tendo a maioria de seus lotes não regularizados no registro de imóveis quando a ele foi incorporado, através do Plano Diretor, em 2007 (cf. JESUS, 2007).



Figura 23 – Uma das casas no setor que pagam ITR no Viçosa. A rua não é pavimentada, e a iluminação pouca e o grande vazio na ocupação trazem o caráter rural desse bairro.



Figura 24 – Rua que dá acesso ao bairro Viçosa. O asfalto e o calçamento são recentes, 2008. Observa-se o grande vazio de ocupação logo na chegada do bairro. O Condomínio Recanto da Serra está à esquerda.

A realidade jurídica do bairro não necessariamente encontra correspondência com a realidade cotidiana, como apontou a pesquisa de Jesus (2007), uma vez que o Violeira é “híbrido, pois na parte denominada urbana ‘Vilinha’ os moradores pagam IPTU, e na parte considerada rural, região da Estação de Tratamento de Água-2 (ETA-2), os moradores pagam ITR”³¹ (JESUS, 2007, p. 20) (Figura 25). Isso demonstra que o bairro ainda está em processo de urbanização, e sua inserção no perímetro urbano é, entre outras coisas, uma tentativa de trazer o desenvolvimento para o bairro, como apontaram os moradores do Violeira nas reuniões do Plano Diretor.



Figura 25 – Vista, a partir do condomínio, da parte que paga IPTU no Violeira. Esse aglomerado é conhecido como Vilinha, e suas casas são bem mais simples que as do condomínio.

De fato isso ocorreu, se não totalmente, pois o bairro ainda possui muito fortes suas características rurais, pelo menos pontualmente algumas modificações foram feitas no sentido de melhoria da sua infraestrutura física. E um dos motivos responsáveis por essas melhorias foi justamente a implantação do Condomínio Recanto da Serra, que acabou trazendo para o Violeira benefícios como a luz elétrica e o calçamento de algumas ruas, principalmente as de acesso ao bairro.

³¹ IPTU – Imposto Predial e Territorial Urbano; ITR – Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural.

Nesse sentido, vimos como as reflexões de Monte-Mór e Bhering (2006) sobre a implantação de condomínios fechados nas periferias de Belo Horizonte, ou de Caldeira (2000) em relação a essa realidade em São Paulo, também se encontram presentes no caso de Viçosa. Também aqui vemos como a opção das famílias de classe mais alta em deslocar-se do centro para bairros mais afastados tende a forçar a melhoria desses bairros, no sentido da infraestrutura urbana, para que suas necessidades sejam satisfeitas. Todavia, essa é apenas uma face da moeda. Se, por um lado, os moradores locais, na maioria de classe econômica mais baixa do que os do condomínio, esperam pelos benefícios que o condomínio trará, por outro os moradores do condomínio precisam conviver com os limites que essa escolha geográfica lhes impõe. São ruas sem calçamento, falta de iluminação pública, de transporte coletivo, ou este possui escassos horários, falta de espaços públicos, de espaços de lazer, enfim, precisam lidar com o fato de que o espaço que circunda os muros do condomínio é muito diferente do que desejam para si mesmos. Essas ausências, inclusive, justificam ações dos moradores de equipar o interior do condomínio com os recursos que julgam necessários para seu bem-estar e sua qualidade de vida.

Muitas dessas limitações do bairro Viçosa nos foram apontados nas entrevistas de campo, principalmente no quesito da prestação de serviços. Cem por cento da nossa amostra se justificou quanto ao fato de não frequentar o bairro em razão da falta de estrutura, em termos de prestação de serviços, que lhes atendessem em suas necessidades, como exemplificado na seguinte fala:

Porque lá não tem, entendeu? Tinha um restaurante lá, mas fechou... Se tivesse ali um mercadinho com pão a gente frequentaria, mas não tem, entendeu?... O bairro não tem estrutura, se tivesse com certeza a gente frequentaria. Padaria... A padaria que tem é lá perto do posto... lá no Pit Stop... Mas se ela fosse mais próxima com certeza a gente pegaria pão, tudo lá. Mas não tem! (João, 44 anos).

Sendo assim, os moradores buscam o bairro João Braz para o atendimento das necessidades mais básicas de serviços e o centro da cidade para o suprimento das necessidades mais diversas. É no Centro que não só os moradores do condomínio vão buscar o atendimento desses itens, como também os moradores do bairro Viçosa. Esse pequeno suporte que o bairro João Braz oferece, indicado em todas as falas da nossa amostra, pode ser observado em declarações como a seguinte:

... bom, aí já não sei se é o bairro, porque ali embaixo já é considerado João Braz. Na verdade, do condomínio pra cá já é considerado Violeira. Do condomínio pra lá é considerado João Brás. Então com o João Braz a gente interage muito, porque tem a mercearia, tem a locadora, tem padaria... que a gente tem utilizado (Célia, 44 anos).

O bairro João Braz, que tem área limítrofe ao Violeira, possui caráter urbano mais identificável, com diversidade de pequenos comércios, além de uma área mais densamente ocupada. Se, de um lado, o bairro apresenta características urbanas mais marcantes, de outro o crescimento urbano se deu sem planejamento e controle. Nesse bairro, seus próprios moradores, através das reuniões do Plano Diretor, apontaram a violência como característica do bairro, forçando, assim, preocupações com a segurança. Chegaram, inclusive, a apontar que há no bairro pontos de venda de drogas. Essa realidade é potencializada pelo fato de o bairro ser dividido ao meio pela Avenida Marechal Castelo Branco, que é um grande eixo de ligação ao Centro, facilitando a circulação de veículos e pedestres nesse trecho.

O João Braz também padece de problemas com sua infraestrutura física, como falta de calçamento em muitas ruas, presença de muitos lotes em áreas de ocupações ilegais, principalmente pela declividade das encostas, existência de um número crescente de implantação de prédios de múltiplos andares e falta de áreas públicas, como praças (Figuras 26 e 27).

Observa-se uma tendência desse bairro a incorporar em seus estabelecimentos de prestação de serviços, locais para o lazer noturno, atendendo toda a cidade de Viçosa. São pequenos restaurantes, locais para pequenos *shows* ou, mesmo, festas particulares, enfim, é um bairro que possui movimento noturno intensificado. Tanto que seus moradores apontaram nas reuniões do Plano Diretor a poluição sonora como outro aspecto negativo relacionado ao bairro. Evidentemente que essa não vem somente desse movimento noturno, mas é intensificada pelo fluxo intenso de veículos.

A maioria dos moradores desse bairro é, contudo, pertencente às camadas de rendas mais baixas, embora se observe uma tendência de elitização do bairro com a construção de prédios e casas mais bem equipados neste início de século, para atender ao deslocamento da classe média para esse bairro. Apesar desse aspecto ainda incipiente, podemos dizer que o bairro João Braz é mais homogêneo em sua estrutura urbana do que o Violeira (Figura 28).



Figura 26 – Estabelecimentos comerciais do João Braz ao longo da Avenida Marechal Castelo Branco. Observa-se a falta de calçamento e segurança para os pedestres.



Figura 27 – Um das ruas do João Braz. Além da falta de infraestrutura como calçamento, percebe-se ao fundo a ocupação de uma área com declividade acentuada.



Figura 28 – Vista do João Braz, onde se percebem o eixo da Marechal Castelo Branco no centro da foto, região mais baixa, e a ocupação a partir dessa avenida. Os edifícios recentes têm estrutura para atender à classe média.

Mesmo diante das diferenças que pudemos observar nos dois bairros, os moradores do Condomínio Recanto da Serra ora se denominam pertencentes ao Violeira, ora ao João Braz. Nesse ponto, podemos ver como o estilo de vida, apontado por Bourdieu (1998) como algo a ser mantido, principalmente para a construção e manutenção da identidade, é de fato móvel e precisa ser continuamente refeita e mantida, como justificou Bauman (1998).

Quando as falas relacionadas à descrição do seu local de moradia se encaminham para uma justificativa da escolha do condomínio pela qualidade de vida, com um ambiente agradável, silencioso, bonito e até mesmo bucólico (Figura 29), o Violeira torna-se a primeira referência a contemplar essas prioridades. Com seu ambiente ainda de características rurais, serve às necessidades psicológicas dos moradores como um local “bonito” e agradável, onde vale a pena pagar o preço, por exemplo, de estar distante do Centro da cidade³². Esse bairro se coloca, sobretudo, de acordo com as falas dos moradores, na necessidade de deslocamento por um trânsito que tende a tornar-se cada vez mais lento. Todavia, essa dinâmica é de inteiro conhecimento dos moradores, como descrito a seguir:

³² Evidentemente, essa questão da distância do Condomínio em relação ao Centro de Viçosa traz outras implicações para as relações desses moradores com a cidade, principalmente interferindo em sua rotina diária. No entanto, essas questões são discutidas mais a frente, quando refletimos mais profundamente sobre a sociabilidade dos moradores do condomínio.

... as pessoas que não moram no condomínio e que estão acostumadas em Viçosa, dizem que lá é longe. Entendeu? Demora muito! Pegar o trânsito... A distância é compensada com sobra por outros benefícios que a gente ganha lá (Raul).



Figura 29 – Esta foto, tirada da rua mais alta do Recanto da Serra, mostra a vista bucólica do bairro Violeira que se tem do condomínio.

Um desses benefícios demarcados pelos moradores referiu-se à paisagem bucólica do bairro Violeira e tudo o que a ela se relaciona, a exemplo do contato com a natureza, com o verde, bem diferente da poluição visual e sonora que se encontra no Centro. Todavia, conforme se observou a partir da dinâmica dos moradores, esse contato era apenas visual, pois, de fato, os moradores ficam muito restritos ao condomínio, não participando do cotidiano do bairro. Muitas vezes, nem chegam a frequentá-lo, nem como passagem – o que já não acontece com o João Braz, pois para chegar ao condomínio se atravessa parte desse bairro, e após a entrada do Recanto da Serra é que se continuaria em direção ao Violeira.

Oficialmente, o condomínio encontra-se com o seu endereço na Rua Tiradentes, no bairro João Braz. Porém, dificilmente os moradores afirmariam essa identidade. Acredita-se que isso se deva ao *status* que o Violeira oferece, pelo menos em termos do imaginário social, de uma “vida alternativa”, com a qualidade do campo. Fugindo desse padrão, o bairro João Braz é um bairro mais densamente

povoado, onde as casas ocupam lotes menores e se percebe uma intensificação da urbanização sem planejamento.

Em termos de percepção do espaço, havia uma sensação de que o bairro João Braz se assemelhava muito mais à cidade de Viçosa, principalmente com o Centro, na questão do comércio, na proximidade das residências, na variedade de serviços presentes, ainda que não tanto quanto no Centro. Em relação ao Violeira, a percepção é contrária, pois, não havendo essas características mais urbanas no bairro, os moradores tendem a ter sensação de que esse espaço não se assemelha aos bairros mais urbanos de Viçosa, como o próprio João Braz ou, mesmo, o Centro da cidade. No entanto, quando o que está em pauta é a necessidade de consumo, uma vez que os moradores do condomínio não são autossustentáveis, a totalidade de nossa amostra se mostrou descontente com o Violeira. Por necessidade, relaciona-se com a estrutura do João Braz, um pouco mais equipada e bem mais urbana. Assim, os moradores acionam essa identidade quando querem expressar que fazem parte da dinâmica urbana da cidade de Viçosa.

Outro fator que chama a atenção em relação aos dois bairros é a composição dos seus moradores. Os moradores do condomínio tendem a se identificar com o perfil dos residentes no Violeira, muito mais do que com os do João Braz, pois esse é um povo mais simples, de classe econômica mais baixa, e que geralmente constituem a mão de obra até mesmo para as necessidades do condomínio, como pedreiro, costureira, caseiro etc. Dessa forma, os moradores do condomínio mantêm duas identidades distintas, que estão diretamente ligadas com os dois bairros limitados pelo condomínio. Fala-se em pertencer ao Violeira quando o que está em jogo é a qualidade de vida, o usufruto de um espaço mais agradável. Fala-se em pertencer ao João Braz quando o que está em discussão é a dinâmica de vida urbana, principalmente com os estabelecimentos de prestação de serviços. O Violeira não traz o caráter do urbano, do cosmopolitismo ou do “mundo da cidade”. São duas perspectivas diferentes, dois *status* distintos que precisam ser, e de fato são, articulados pelos moradores do condomínio conforme o interesse.

No caso dos moradores do Recanto da Serra, o uso da vizinhança para prestação de serviços é muito restrito, até mesmo pela escassez destes, então acabam tendo que fazer uso do Centro da cidade ou da UFV para as necessidades de trabalho, saúde, escola, lazer etc. É importante ressaltar que, no caso de Viçosa, cidade média, é somente o Centro que oferece esses recursos. Talvez, diante de maiores possibilidades de escolhas, por exemplo, se tivéssemos outros bairros que

oferecessem esses recursos, como nas cidades maiores que possuem múltiplos centros, os moradores do condomínio pudessem optar por não utilizar o Centro da cidade. Observamos essa dinâmica nos estudos sobre as metrópoles, como é o caso de Belo Horizonte (cf. MONTE-MÓR; BHERING, 2006) e São Paulo (cf. CALDEIRA, 2000). Tem-se que os bairros onde os condomínios foram implantados, ou os bairros vizinhos, equiparam-se com serviços para atender à demanda desses novos moradores. No entanto, isso ainda não é o que se observa na dinâmica urbana de Viçosa.

4.2. O Condomínio Residencial Recanto da Serra

Para que possamos compreender como os moradores do Condomínio Recanto da Serra (Figura 30) construíram e sedimentaram as suas relações sociais, ou seja, suas formas de sociabilidade, mesmo considerando que esse é um processo contínuo, consideramos importante construirmos uma perspectiva histórica sobre o processo de construção do condomínio. Através dessa perspectiva, pudemos identificar de que forma fatores como a localidade, processo de compra e venda, construção das casas, construção das áreas coletivas e perfil dos moradores interferiram ou, pelo menos, influenciaram as relações estabelecidas pelos moradores em três escalas diferentes: intramuros, com o bairro e com a cidade como um todo.



Figura 30 – Placa de identificação na Portaria do condomínio.

Segundo Jesus (2007), o loteamento para a construção do condomínio foi aprovado pela Prefeitura em 1989, quando a imobiliária Fonte Fértil, cujo proprietário tinha interesse particular em promover a construção de um condomínio fechado, onde ele pudesse residir, assumiu a organização e condução da obra (cf. JESUS, 2007).

O condomínio foi criado com 40 lotes para construção de casas residenciais que foram sendo ocupados desde o início do loteamento. Atualmente, duas casas não estão ainda terminadas, ou seja, há 38 casas construídas (Figuras 31, 32 e 33). No entanto, uma delas funciona como casa de final de semana para um casal que reside, por opção, conforme relatado em uma das entrevistas, no Centro de Viçosa.

O condomínio possui uma Portaria, sendo essa o seu único acesso. A entrada conta com um sistema de controle via porteiro e câmeras, além do contato direto com o morador, que é quem decide a liberação da entrada ou não, através de comunicado por interfone. Nesse sentido, há um melhor suporte, a fim de garantir um mínimo de segurança, segundo a percepção coletiva de seus moradores; o conceito de condomínio residencial fechado se aplica no Recanto da Serra.

Hoje, o Recanto da Serra possui sete funcionários coletivos³³, que atendem às necessidades de controle, vigilância e paisagismo das áreas coletivas do condomínio. São cinco porteiros que revezam na Portaria 24 horas, dividindo-se em três turnos por dia. Há, também, um jardineiro responsável pela manutenção do paisagismo interno do condomínio, mas que não atua nos limites dos jardins privados. E, por fim, um ronda noturno, responsável por circular entre os limites do condomínio, fazendo a vigilância.

Quanto às barreiras colocadas para definição dos limites do condomínio, observamos duas situações diversas em termos de configuração. No limite com a rua de acesso ao Viçosa, há a presença apenas de cerca eletrificada, e nas outras divisas, além dessas, há muros de concreto que, em alguns pontos, possuem vegetação (Figuras 34, 35 e 36).

³³ Os outros funcionários que presentes no condomínio são contratados pelas próprias famílias, ou seja, realizam trabalhos privados.



Figura 31 – Uma das casas em construção no condomínio.



Figura 32 – Uma das casas do Recanto da Serra.



Figura 33 – Imagem aérea do Condomínio Recanto da Serra. Rosa: Portaria; e lilás: rua de acesso ao Violeira. Ruas internas em vermelho (rua de baixo), azul (rua do meio) e amarelo (rua de cima).



Figura 34 – Limite, em forma de cerca eletrificada, na divisa de acesso ao Violeira.



Figura 35 – Limite, em forma de muro, na área do *playground*, numa das extremidades do condomínio.



Figura 36 – Limite, em forma de muro, com vegetação nas partes mais elevadas do condomínio.

Essas duas opções de configuração das divisas não se deram por acaso. Como o condomínio foi implantado na parte mais alta, com vista para o bairro Violeira, seus limites com esse bairro não foram cercados com muros para que não houvesse nenhum tipo de barreira visual para o Violeira. Isso se justifica porque, para os moradores, essa vista era considerada um dos pontos mais fortes do condomínio. Mesmo que as casas do Recanto da Serra sejam construções que se localizam na parte mais alta que a parte ocupada do Violeira, ainda assim houve a opção de não murar as divisas nesse ponto. Outra interpretação que pudemos apreender desse fato foi a escolha em não se fazer uma fronteira que fosse opaca entre as duas realidades, Violeira e Recanto da Serra, ou seja, não se deixou um elemento, a exemplo do muro, como evidência segregadora, mas, sim, cerca de arame, que mais demarca um território do que necessariamente cumpre a função de proteção. Os outros limites, aqueles que não têm vista para o bairro Violeira, principalmente porque estão na parte mais alta e possuem limites com áreas de vegetação, não possibilitando nenhuma visada bucólica, foram, então, cercados com muros de concreto.

O terreno destinado à implantação do condomínio possuía variações em suas curvas de nível, o que gerou arruamento interno asfaltado, com apenas três ruas, com declives e aclives, muitas vezes acentuados para vencer as diferenças de nível. As

ruas foram denominadas pelos moradores como Rua de Baixo, Rua de Cima e Rua do Meio. Os lotes distribuem-se apenas de um lado da via, ficando o outro livre para as visadas do Viroleira (Figura 37).



Figura 37 – Vista da inclinação das ruas do Recanto da Serra; no caso, a rua do meio.

Uma vez que o condomínio possui média de quatro pessoas por família, como pudemos ver em nossa amostra, e temos um máximo de 40 lotes apenas, quando todos eles estiverem ocupados podemos deduzir que a população total do Recanto da Serra gravitará em torno de 120 moradores, caracterizando-o, assim, como um condomínio de pequeno porte, se comparado com outro condomínio da cidade, o Condomínio Bosque do Acamari, que possui 117 casas. A comparação com o Acamari nos foi fornecida pelos próprios moradores quando usavam sempre como parâmetro comparativo esse condomínio, inclusive ressaltando que o caráter da “pequenez” seria o ponto positivo do Recanto da Serra, como podemos perceber na fala seguinte:

Onde eu moraria? Ah... no Acamari. Tranquilidade também. Mas eu prefiro aqui, tá? O Acamari é um condomínio muito grande, o pessoal lá já é mais... Não é assim igual onde eu moro. Onde eu moro é perfeito. Não tem problema de vizinho. Ninguém briga com ninguém. Já no Acamari, talvez por ser um lugar maior dá mais problema, né? (Raul).

A questão do tamanho é, na percepção de Wirth (1938), ressaltada como fator que tende a favorecer ou não a sociabilidade. Esse autor apontava, ainda no início do século XX, essa variável como grande definidora das formas relacionais que se estabelecem nas cidades. Nessa perspectiva, quanto menor o número de moradores, ou de pessoas de convívio, menores os polos de separação entre eles, porque a convivência tenderia a ser facilitada, e os laços entre eles seriam mais fortes (cf. WIRTH, 1938).

Bauman (2003), quando discutiu sobre o conceito de “comunidade”, ressaltou que uma das características dessa realidade é a “pequenez”, em termos quantitativos, pois essa seria capaz de proporcionar comunicação interna muito eficaz (cf. BAUMAN, 2003), o que nos leva a entender que a sociabilidade entre os componentes seria favorecida.

Compondo uma visão romântica da ideia de vizinhança, de forma implícita ou explícita, nas falas dos moradores do Recanto da Serra a percepção da “pequenez” do condomínio esteve atrelada à ideia de “lugar perfeito”. Ao serem questionados sobre o que mais gostavam no condomínio, a resposta era sempre curta e objetiva:

O fato de ser pequeno, o que facilita o convívio. Eu não trocaria aqui de jeito nenhum pelo Acamari que é um condomínio maior. E tem mais áreas de lazer lá, né? Lá tem quadras, por exemplo, mas eu prefiro assim, menor (Ana).

Com essa perspectiva da pequenez como fator que favoreceria as relações entre os vizinhos, os lotes começaram a ser ocupados pelos moradores ainda no início da construção das casas. Nessa época, conforme os depoimentos, não havia a estrutura de um condomínio fechado, no que diz respeito à privatização do espaço e à segurança do local, como nos relatou uma das primeiras moradoras:

Na época ainda não tinha essa característica de condomínio... Ainda não era um condomínio fechado. Nós não tínhamos uma guarita, ronda toda noite... Então, no início, era outra história.... Acho que a gente foi fazendo o condomínio acontecer aos poucos. Não foi uma mudança brusca. Embora se fale em condomínio, não era um condomínio. A gente foi fazendo o condomínio existir. E até, eu acho que nos últimos cinco anos, a gente não se sentia como dentro de um condomínio fechado (Núbia).

O fato de grande parte dos moradores ter residido no condomínio concomitantemente, o seu processo de construção foi uma característica específica desse condomínio que muito influenciou os primeiros moradores. Não só o fato de

passarem pelas mesmas situações, como também o de partilharem da construção de um mesmo lugar, ou seja, conferir ao espaço físico a identidade de seus moradores, de caracterizá-lo com os detalhes que têm significado e importância para aqueles que seriam os seus usuários. Essa mesma entrevistada citou o fato de ter grande apego ao lugar por ter participado de sua construção. Quando perguntada se gostava do condomínio, iniciou sua resposta assim:

Muito. Não só o condomínio pelo que ele é hoje, mas também porque no condomínio, as árvores que têm lá, foram as árvores que a gente plantou. Tem uma coisa gostosa de... Poxa!... Eu construí aquilo ali!!! (Núbia, 48 anos, 15 de condomínio).

Essa afetividade com o espaço, que caracteriza uma afetividade do morador com o seu espaço de morar, que nos foi trazida pela entrevistada, é bastante significativa, pois ela acaba sendo a força, e a justificativa, para a superação dos eventuais problemas que ocorreram, principalmente nos primeiros anos de construção.

Foi-nos relatado pelos moradores mais antigos, os que participaram desse processo inicial de ocupação do condomínio, que houve uma série de imprevistos com as obras. As famílias haviam-se organizado dentro de um prazo de três anos oferecido pela construtora, porém as obras atrasaram, e, ainda, o término das casas passou para as mãos dos próprios moradores. Esse episódio foi relatado por uma moradora que teve toda a dinâmica de sua rotina familiar modificada por esses imprevistos:

Foi até engraçado! A gente queria uma casa. O condomínio foi uma coisa projetada para terminar em três anos. Era o projeto inicial. Então nós pensamos que ficaríamos três anos fora e quando a gente voltasse teria a casa. Foi isso que nós pensamos. Voltando a gente teria a casa. Nossa! Atrasou! Foi uma confusão! Aí nós ficamos mais quatro anos e quando nós voltamos ainda não tínhamos a casa pronta, porque separou... O condomínio separou! E aí cada um cuidou da sua casa. Aí nós não mexemos com a nossa casa porque estávamos fora. Só quando nós retornamos é que terminamos a construção. Nosso projeto era de voltarmos com a casa pronta. Foi essa a razão de comprarmos o lote lá no condomínio. Só que no meio do caminho tivemos que ficar num apartamento aqui no Centro. Demorou um ano pra gente ir pra lá (Rute, 45 anos, 12 anos de condomínio).

Mesmo diante desses percalços iniciais, ainda assim as motivações desses moradores em possuir um local de moradia como esse justificaram sua permanência no negócio. Várias foram as razões que levaram os moradores a optar por esse tipo

de moradia no Recanto da Serra. Em nossa amostra, conseguimos identificar cinco motivações, que estão indicadas no Quadro 1.

Quadro 1 – Síntese das motivações. Viçosa, MG, 2009

Motivações:	Segurança	Espaço externo	Casa	Tranquilidade	Vista bonita
% de ocorrência	55,6%	55,6%	44,5%	33,3%	33,3%

Essas justificativas³⁴ foram as razões pelas quais os moradores disseram ter optado pelo condomínio. Na análise da satisfação atual com a moradia, percebemos que ela foi contemplada, uma vez que todos os entrevistados ressaltaram o prazer que tinham em morar no condomínio. Porém, é interessante observarmos que, por trás dessas motivações, havia outra justificativa que os orientava, que era a necessidade de distanciar-se do Centro da cidade. Uma das entrevistadas foi explícita ao apontar essa questão no momento em que justificava a sua opção de morar no condomínio,

Tranquilidade e fugi um pouco do Centro, que já naquela época [17 anos atrás] a gente já tava vislumbrando que ia ficar congestionado, complicado (Telma).

Para os moradores do Recanto da Serra, as variáveis apontadas como motivações para se morar em um condomínio fechado: segurança, espaço externo, o fato de ser uma casa, tranquilidade, vista bonita, dificilmente estão disponibilizadas no Centro da cidade de Viçosa, mas estavam presentes no condomínio, compradas a partir dos recursos financeiros que possuíam.

Bauman (2003), ao refletir sobre a “secessão dos bem-sucedidos”³⁵ dos dias de hoje, vai afirmar que:

As “comunidades cercadas” pesadamente guardadas e eletronicamente controladas que eles compram no momento em que têm dinheiro ou

³⁴ Essas variáveis são discutidas ao longo de nossas reflexões e retornaremos mais vezes a esse quadro.

³⁵ “Secessão dos bem-sucedidos” é a expressão utilizada por Bauman para refletir sobre o processo de autoss segregação das camadas altas de renda nas cidades (cf. BAUMAN, 2003).

crédito suficiente para manter distância da “confusa intimidade” da vida comum da cidade são “comunidades” só no nome. O que seus moradores estão dispostos a comprar ao preço de um braço ou uma perna é o direito de manter-se à distância e viver livre de intrusos (BAUMAN, 2003, p. 52).

A ideia de “manter-se à distância e viver livre de intrusos”, conforme propôs Bauman (2003), de estabelecer um “modo de vida próprio” e seguro talvez sejam os elementos mais fortes entre as justificativas apresentadas pelos condôminos. E, na percepção da maioria, a concretude desse lugar só se efetivaria longe do Centro, como a melhor alternativa para se morar em casa, como se percebe em falas como a da Meire:

E pra se ter uma casa aqui em Viçosa, onde você possa criar os seus filhos... eu acho que tem que ser um condomínio. Tem que ser uma área afastada. E geralmente uma área afastada, a melhor condição de se morar é condomínio. É mais seguro do que morar lá sozinha, afastada da cidade. Concorde comigo? Nós reunimos vários fatores. Morar numa casa, mas também ter segurança. O condomínio nos dá segurança. Não vou te falar que aqui não tenha assalto, porque já teve. Mas é mais seguro. É mais seguro que você morar na beirada de rua e deixar a porta aberta (Meire).

Temos, assim, o impacto da implicação sociológica dessa escolha. Há também, de forma implícita nos discursos, uma busca de distinção social, através de um estilo de vida diferenciado, por parte dos moradores de condomínios fechados, cujas formas visíveis se concretizam pela autossegregação (cf. MONTE-MÓR; BHERING, 2006). Esse estilo de vida pode ser percebido não só pelas relações que os moradores estabelecem, mas também pela constituição do seu lugar de moradia, ou seja, pela estruturação física do condomínio.

4.2.1. Preparando um espaço comum

A infraestrutura física do Condomínio Recanto da Serra não contempla, hoje, espaços coletivos totalmente acabados, uma vez que eles se encontram, ainda, em construção. O projeto original da implantação do condomínio já previa espaços para as áreas coletivas, embora não identificasse exatamente o que seria instalado, sendo algo que seria construído de acordo com os próprios interesses dos moradores.

Nos espaços coletivos estão as possibilidades de lazer que o condomínio oferece como o *playground* infantil, um campo de futebol, um espaço gramado para

peteca ou vôlei e um salão de festas equipado com churrasqueira, denominado pelos moradores como sede social (Figuras 38, 39, 40 e 41).



Figura 38 – Vista do *playground* que se situa em um dos limites murados do condomínio. Sua locação fica na parte mais alta.



Figura 39 – Vista do campo de futebol, que se limita com o acesso ao Viroleira, e, por isso, os limites do condomínio são marcados com cerca. Sua locação fica na parte mais baixa.



Figura 40 – Sede social, e ao lado podemos ver o espaço para vôlei e peteca.



Figura 41 – Espaço para vôlei e peteca.

Esses espaços coletivos de lazer são, por excelência, os locais onde os condôminos têm a maior possibilidade de se socializarem entre si. Isso fica evidente em falas como a de Sandra, ao dizer sobre o que gosta no condomínio:

Ah é dessas festas! (risos). O ano passado foi tão legal o dia dos namorados, sabe? No início a gente fazia tudo. Ia lá pra baixo, pra sede, e isso também juntava mais a gente, sabe? A gente que enfeitava. A gente que decorava. A gente que arrumava. Ano passado não, ano passado já veio... já arrumou tudo, já veio pronto, bonitinho. A gente contratou a pessoa. E o que eu mais gosto do condomínio é isso. Você vê que as pessoas gostam (Sandra).

Algumas festas passaram a acontecer como evento promovido pelo condomínio, como a festa de confraternização do final de ano, a comemoração do dia dos namorados e a festa junina que atualmente acontecem no espaço da sede social. Elas foram citadas por todos os entrevistados como atividades que faziam questão de participar. Para muitos, eram nessas confraternizações que, de forma mais efetiva, se davam os momentos de sociabilidade com os vizinhos. Apesar disso, pudemos notar um esforço muito grande, para conciliar esses momentos com as muitas atribuições do dia a dia, conforme observamos na fala de uma das moradoras:

A gente se dá bem com todo mundo! Nunca tivemos problemas com ninguém! Cada um vive sua vida também, trabalha, não tem muito tempo... Ninguém tem tempo. Quando encontra é pra fazer um churrasco. Aí vai todo mundo lá pra baixo [sede] e se encontra, bate um papo, mas também acabou ali, não tem mais contato (Ana).

Apesar de esses encontros terem sido muito valorizados nas falas dos moradores, observou-se que, de fato, as festas eram momentos raros ao longo do ano – apenas três. Os moradores disseram que, “caso houvesse mais atividades conjuntas, eles teriam um contato muito maior com os vizinhos”, maiores oportunidades de convivência. No entanto, não se observou nenhuma mobilização nesse sentido.

Ah, eu acho que ter mais... organizar mais encontros que as pessoas pudessem... **Tem festas, mas são poucas.** Por ano são... que as pessoas fazem no condomínio **são três.** Podia ter mais encontros. Momentos pra fazer alguma coisa. No condomínio eu acho que ainda falta uma quadra de esportes. Piscina eu nem sei. Acho que ia ser bom. As pessoas iam se encontrar mais. Hoje são as mulheres que se encontram. **Pra ver se os homens saem mais de casa. Tenham mais convivência** (Rute).

Alguns acreditavam que o aumento dos espaços coletivos talvez possibilitasse maior entrosamento entre os vizinhos:

Talvez se tivesse uma piscina, tem churrasqueira, mas... não é aquela coisa que vem todo mundo, mas na piscina vai ser, tomar um sol... vem um vem outro... um vizinho fala vem fulano comigo e tal... aí leva uma coisinha, entendeu? Aí eu acho que vai ser outro ponto que a gente vai ter legal aqui (Sandra)

A área destinada para os espaços coletivos a serem construídos localiza-se ao lado do campo de futebol, margeando a divisa com a rua de acesso ao bairro Violeira (Figura 42). É interessante observar que os moradores do Recanto da Serra vislumbram as possibilidades de encontros e convívio futuros através de propostas para a melhoria da área de lazer. No entanto, hoje não se percebe intensa sociabilidade entre eles. No entanto, não podemos afirmar se de fato os novos espaços coletivos trariam, *per si*, maior sociabilidade entre eles.



Figura 42 – Vista da área destinada a instalações dos futuros espaços coletivos.

Lopes (2008), em sua pesquisa sobre a sociabilidade dos moradores de condomínios fechados em Recife, PE, chegou à conclusão de que, em vez de uma coletivização, o que se observou foi uma individualização dos moradores dentro do condomínio (cf. LOPES, 2008). Apesar de alguns esforços localizados em alguns dos condôminos, essa pode ser uma tendência também no Condomínio Recanto da Serra.

Além das possibilidades de socialização demarcadas nas festas ou na prática de esportes nas áreas do condomínio, buscamos analisar sobre as possibilidades dos encontros fortuitos, efetivados principalmente pelos encontros nas ruas³⁶ ou outros locais onde esses encontros pudessem se efetivar.

As ruas internas do condomínio são pavimentadas com asfalto, e o passeio está presente apenas no lado onde se dispõem as residências (Figura 43). Nas três ruas do condomínio há belas visadas sobre o bairro Violeira, destacando-se o caráter bucólico da localização. As vias, além de servirem como circulação no interior do condomínio não só de veículos quanto de pedestres, servem como espaços de lazer para as crianças brincar, principalmente andar de bicicleta. As falas seguintes evidenciam o espaço da rua como espaço de lazer para as crianças:

Principalmente para as meninas, brincadeira de rua. Então eu vou falar das meninas: brincar na rua. Brincar na rua com os coleguinhas, lá elas sentem liberdade total. Então eu acho que a principal coisa do dia-a-dia delas é isso (João).

O condomínio nosso não tem uma área de lazer... Os meninos brincam de frente a casa, né? É só mesmo em comemoração que aí conta o salão de festas. Mas no dia-a-dia não tem não. O melhor é para as crianças que vão pra rua, né? Fica brincando com outras crianças e tal (Raul).



Figura 43 – Uma das ruas internas do Recanto da Serra. As crianças utilizam as ruas como espaço de lazer.

³⁶ Uma belíssima obra que discorre sobre a riqueza da função das ruas em promover encontros é a obra do carioca João do Rio, **A alma encantadora das ruas** (cf. www.dominiopublico.gov.br).

Os bancos que se localizam sempre na frente das residências, no outro lado da via estão dispostos em todo o condomínio (Figura 44). Esses recursos poderiam ser utilizados como locais de permanência em possíveis encontros. Em todas as ruas eles se espalham como se fossem extensões das casas, espaços privados, em direção aos espaços coletivos. No entanto, pareceu que sua função – proporcionar espaço de permanência e convívio fora das casas – não tem sido cumprida, pois foram lembrados apenas por uma das entrevistadas e também porque permanecem sem uso.



Figura 44 – Um dos bancos com a vista a partir do condomínio.

Notamos o cuidado no paisagismo do condomínio, o que se justificou pela presença de um jardineiro como funcionário fixo. É importante ressaltar que nas argumentações dos moradores o aspecto da “beleza” foi, para todos os entrevistados, um aspecto positivo do lugar.

O aspecto da beleza atrelada à beleza natural normalmente não se observa nos centros das cidades, tão densamente ocupados e com problemas, entre outros, de poluição visual e sonora, como argumentaram Monte-Mór e Bhering (2006), Souza (2004) e Caldeira (2000). O caráter bucólico dos espaços externos do condomínio Recanto da Serra assemelha-se muito com a ideia de condomínio como um espaço

diferenciado mais próximo da natureza, o que garantiria, pela diferenciação dos outros espaços da cidade, no caso Viçosa, o *status* desse grupo distinto. Nesse sentido, a qualidade do espaço externo não só para o contato visual, mas principalmente para o usufruto, tornou-se um dos motivos que justificaram as escolhas em favor desse tipo de moradia, visando a uma melhor qualidade de vida.

4.2.2. Minha casa, meu canto, meu mundo

As casas do Recanto da Serra, inicialmente, seguiriam um projeto-padrão, que foi o disponibilizado no início das negociações do condomínio. Esse projeto contava com uma edificação de dois andares, sendo o superior reservado para o setor íntimo, tendo o destaque de duas varandas semicirculares que dão para a rua, e o inferior para os setores social e de serviços. Havia a previsão para um quintal, nos fundos, e uma área de jardim privativo dando para a rua e marcando o acesso principal. Ainda podemos observar no condomínio muitas casas que apresentam essa configuração original (Figura 45).



Figura 45 – Nesta imagem, podemos perceber parte da rua onde as casas têm a fachada de acordo com o projeto-padrão original.

No entanto, devido a problemas com a construtora, a partir do segundo ano do empreendimento a finalização das obras das residências passou para a responsabilidade dos proprietários. Como muitas das casas ainda nem haviam começado a serem construídas, os moradores resolveram interferir e modificar o projeto-padrão, configurando, assim, residências que em muitos casos guardaram os limites do primeiro projeto, como área de ocupação do lote, dimensão da fachada, gabarito e posições de aberturas. Por mais que os moradores pudessem modificar o projeto das casas, esses limites se impuseram, fazendo-se perceber em todos os casos de modificação (Figuras 46 e 47).

Nesse sentido, percebemos que, mesmo se mostrando satisfeitos com a casa, enquanto o “seu lugar”, lugar de sua intimidade, os moradores entrevistados também apontaram uma série de modificações que gostariam de fazer, como podemos ver em:

E no mais a casa assim em si, embora a gente tenha construído, a gente ficou muito preso ao projeto inicial da casa, então não deu tanta flexibilidade. Eu faria uma casa diferente. Mas mesmo dentro desse projeto inicial, uma coisa que a gente fez questão e que a gente curte muito, são as janelas amplas, casa clara, arejada. Então isso aí me faz sentir bem. Ficar dentro de casa não me faz sentir presa, isolada (Núbia).

Adoro. Adoro (risos). Só queria assim... poder ampliar ela mais. Fazer uma área de lazer lá atrás que eu não tenho, porque... Eu adoro a minha casa, adoro cuidar dela. Adoro cuidar do meu jardim (Sandra).

Muitos não interferiram no projeto, ou porque não fizeram isso no início das construções ou, então, porque eram moradores novos e já adquiriram o imóvel totalmente acabado. Por causa disso, a metade dos entrevistados apontou que o ponto mais forte em sua casa era, de fato, a vista que essa proporcionava, como observamos em:

Eu não gosto [da casa], assim, 1000% porque eu comprei pronta, né? Mas eu gosto do... ponto forte lá? Acho que eu gosto da vista. O que eu mais gosto é da vista (Raul).



Figura 46 – Aqui percebemos que o andar de baixo foi fechado com panos de vidro, o acesso principal possuía uma pequena mureta e, no andar de cima, a janela entre as varandas foi substituída por rasgos verticais. Houve, também, modificação no peitoril das varandas.



Figura 47 – Talvez essa seja a residência que mais se diferencia do projeto original, principalmente por ser a única com três andares. A varanda simula um pórtico que marca o acesso principal, servido de uma significativa escada.

A possibilidade de modificar o projeto-padrão criou, principalmente entre os moradores mais antigos, ou seja, aqueles que tiveram a oportunidade de interferir no projeto ainda no início, maior vínculo afetivo com sua residência. Assim, puderam imprimir em suas casas um pouco de seus gostos particulares, dando um toque mais pessoal e menos padronizado nas edificações, conforme nos falou Célia:

Sem dúvida é uma casa charmosa, né? Poxa vida! É uma casa muito legal. A gente fez o acabamento. A gente pode escolher o piso, a cerâmica, os azulejos. Eu tenho um lavabo ali que é uma gracinha. A cozinha, eu amo! Gosto do quintal, ele é muito gostoso! (Célia).

As limitações de áreas e programas de lazer dentro do condomínio foram justificativas apresentadas pelos moradores para o fato de permanecerem em casa. Segundo eles, essas limitações os levavam a fazer do “estar em casa” uma opção de lazer, principalmente pela oportunidade de se estar com todos da família. No entanto, as falas evidenciaram que a permanência em casa era uma opção fortemente requerida pelos moradores, sobretudo pelo ritmo de vida intensificado pelas atividades de trabalho, que levava a que as pessoas permanecessem pouco tempo em casa ou, então, a utilizassem como local de trabalho. Assim, a sociabilidade ficava bastante restrita aos ambientes privativos da casa, com tendência a fechar-se sobre a própria família, dificultando o convívio fora da casa, ou seja, nos espaços coletivos do condomínio, conforme evidencia a fala de João:

Olha, a gente adora ficar em casa, a gente é muito caseiro. É o lazer que a gente tem. Então é um lazer ficar em casa com os meninos brincando (João).

Apesar das limitações impostas por um projeto-padrão, as ocasiões em que os moradores remetiam-se à “casa” eram momentos acompanhados de uma forte carga emocional. Eram momentos acompanhados de sorrisos, brincadeiras, suspiros, lamentações, recordações, enfim, emoções que nos fizeram entender esse universo privado, pessoal e íntimo da casa, que é, de fato, como Bachelard (1993) afirmou:

Sem ela [casa], o homem seria um ser disperso. Ela mantém o homem através das tempestades do céu e das tempestades da vida. É corpo e é alma. É o primeiro mundo do ser humano. Antes de ser “jogado no mundo”, como o professam as metafísicas apressadas, o homem é colocado no berço da casa. E sempre, nos nossos devaneios, ela é um grande berço (BACHELARD, 1993, p. 26).

O signo de proteção que Bachelard (1993) compreende como parte do significado da casa nos permitiu analisar as falas dos entrevistados. Assim, o fato de gostarem de ficar em casa, conforme evidenciado na fala do João, enquanto “momento de ficar com a família”, trouxe a ideia de que aquele era um lugar “seguro e protegido”. Assim, a “casa abriga o devaneio, a casa protege o sonhador, a casa permite sonhar em paz. Só os pensamentos e os devaneios sancionam os valores humanos” (BACHELARD, 1993, p. 26). A expressão máxima desse signo se fez sentir em falas como:

Então aqui [casa] eu tenho liberdade. Tenho liberdade em minha casa (Mara).

Enfim, o sentir-se seguro, acolhido, confortável, livre, se dá “porque a casa é o nosso canto no mundo. Ela é, como se diz amiúde, o nosso primeiro universo. É um verdadeiro cosmos” (BACHELARD, 1993, p. 24). E, nesse sentido, ela nos oferece, via simples análise de sua configuração física, possibilidades de compreender o comportamento e os valores de seu dono.

Essa perspectiva nos foi muito interessante para o contexto de nossa pesquisa, pois o tema sociabilidade, quando tratado na dimensão do microcosmo das relações de vizinhança dentro do condomínio, tornava-se um assunto melindroso. Isso se deu pelo fato de que os moradores não queriam deixar transparecer a ideia de uma vivência individualista, de uma sociedade que pensa mais no “eu”, conforme discutiu Velho (1981), e que tem nos valores do consumismo os princípios que lhe dão forma, como concluiu Bauman (2008). Isso exigiu de nós extrapolarmos um pouco as análises que não poderiam ficar somente nas falas dos moradores entrevistados. Foi-nos necessário tentar “ouvir” o que os moradores diziam sobre suas casas.

Na descrição das casas, tanto dos seus pontos negativos ou da configuração física do condomínio, os moradores explicitaram os aspectos que valorizavam ou que consideravam como aspectos limitados na habitação ou no condomínio, deixando entrever a valorização da privacidade e da busca pela intimidade e pelo isolamento:

Aquela casa é legal, é bonitinha, mas tem um problema que me incomoda muito. Ela tem todos os quartos voltados para rua. Ela não te oferece privacidade. Se você espirrou os vizinhos, os dois vizinhos de lado, sabem. Então, ela é muito aberta, muito ampla, muito próxima. Isso me incomoda demais, porque eu adoro privacidade (Célia).

Adoro a arquitetura da minha casa! A cara de Brasília! Tudo envidraçado, pé direito de oito metros. Sou apaixonado! Gosto muito de lá. E que ninguém me chega nela sem tocar na campainha na portaria, pra que eu não tenha que atender (Gil).

Das colocações anteriores percebemos que a casa funcionava como refúgio, permitindo o isolar-se na família. Na descrição feita por Célia, a proximidade, atrelada com a possibilidade de visão interna da casa de pontos diferentes do lado de fora, incomodava e não permitia a privacidade da família, ao deixar visível a intimidade do usuário. Na descrição feita por Gil, a casa funcionava como fortaleza, onde o acesso era controlado e quase nunca permitido. Esses dois moradores nos indicaram uma tendência ao isolamento, ao se fecharem em si mesmos ou, então, no universo privado da família.

Velho (1981) e Sennet (1988) ressaltaram esses aspectos que tendem a uma valorização do universo privado e do universo do indivíduo, como o que se observa como resultante de uma sociedade como a nossa, que há muito vem priorizando o individual em detrimento do coletivo. Para Sennet (1988:413), “gradualmente essa força perigosa, misteriosa, que era o eu, passou a definir as relações sociais”. Tornou-se um princípio social, que acabou levando a sociedade capitalista a valorizar significativamente a dimensão privada, desvalorizando a dimensão pública da cidade, na tentativa de se proteger, não se expondo ao contato com os diferentes.

Todavia, a ideia de proteção poderia ser ampliada da dimensão da casa, para a dimensão do condomínio, para seus limites, e a veríamos materializada nas formas de garantir a segurança, como muros, cercas elétricas, câmeras, porteiros e rondas, como nos fez refletir Bauman (2003), pois:

Tendemos a procurar remédio para o desconforto da insegurança numa busca de proteção, isto é, com a integridade de nosso corpo e todas as suas extensões e trincheiras avançadas – nossa casa, nossas posses, nosso bairro (BAUMAN, 2003, p.130).

Até entre as próprias casas, dentro do condomínio, vimos como alguns moradores utilizavam recursos de muros internos, grades, portões, mostrando a tendência do segregar-se até mesmo dentro de um espaço já segregado, como o condomínio (Figura 48).



Figura 48 – Casa com grande na frente para a rua interna ao condomínio.

A identificação da casa como o lugar de morar, ou seja, o “seu lugar” é muito forte e capaz de promover uma ligação intensa com o seu morador, até mesmo de identidade, não obstante todos os pontos negativos já ressaltados pelos nossos sujeitos. Ao ser perguntada sobre qual outra cidade gostaria de morar, Mara enfatizou a identidade conferida pela sua casa:

Outra cidade? Nunca pensei nisso não. Minha família se resume toda aqui, então... minha casa é aqui (Mara).

Também pudemos ver, no caso de uma moradora que não tem suas origens em Viçosa, como a questão da casa transformou o seu olhar sobre a própria cidade:

Hoje, eu vou te ser sincera, eu acho que eu já virei uma viçosense [risos]. Porque eu gosto... eu sinto aquele prazer quando eu to chegando aqui na cidade. Não sei se é porque é aqui a minha casa, sabe? Eu sinto aquele prazer quando eu to voltando pra casa (Sandra).

Essas falas corroboram a perspectiva de Bachelard (1993) quando ele se remete ao poder afetivo da casa:

Volta-se a ela [casa], sonha-se voltar como o pássaro volta ao ninho, como a ovelha volta ao aprisco. Esse signo de volta marca infinitos devaneios, pois os regressos humanos acontecem de acordo com o grande ritmo da vida humana, ritmo que atravessa os anos, que luta pelo sonho contra todas as ausências (BACHELARD, 1993, p.111).

Assim, mesmo diante das ausências físicas, como uma estrutura que melhor atenda aos desejos do usuário, a casa enquanto dimensão psicológica é capaz de conferir identidade ao seu morador. Esse fato foi percebido em todos os moradores do Recanto das Serra que compuseram nossa amostra.

4.3. Perfil dos moradores: as diversidades configurando um grupo distinto

O Quadro 2 sintetiza o perfil socioeconômico dos moradores do Condomínio Recanto da Serra a partir de algumas variáveis. A definição desse perfil foi importante nessa pesquisa à medida que ele nos possibilitou desenvolver análises sobre a interferência de fatores, como presença de filhos e suas diferentes fases cronológicas, tempo de moradia no condomínio e cidade de origem dos moradores, na formação de grupos e, ou, subgrupos no condomínio ou fora dele.

Quadro 2 – Síntese do perfil socioeconômico dos moradores residentes no Recanto da Serra, Viçosa, MG, 2009

N° pessoas/família		Distribuição de sexo/família		Idade dos membros					Renda familiar	
Até 4 pessoas	Acima de 4 pessoas	Homens	Mulheres	0 a 10 anos	11 a 17 anos	18 a 30 anos	31 a 55 anos	Acima de 56 anos	De R\$5000,00 a R\$7500,00	Acima de R\$7500,00
61,5%	38,5%	51%	49%	20%	12,5%	20%	42%	5,5%	46%	54%

Escolaridade dos cônjuges			Profissão/Ocupação dos cônjuges			Local de trabalho		Situação da residência
Superior completo	Superior incompleto	Ensino médio completo	Professores	Demais ocupações remuneradas	Sem remuneração	UFV	Demais localidades	Própria
85%	7,5%	7,5%	50%	38,5%	11,5%	58%	42%	100%

N° de empregados/família	Função exercida condomínio		Cidade de origem dos membros			Tempo de moradia no condomínio		Religião da família		
2	Morador apenas	Cargos administrativos	Viçosa	Cidades pequenas	Cidades grandes	0 a 10 anos	Acima de 11 anos	Católica	Presbiteriana	Outras
Média por família	84,5%	15,5%	42%	34,5%	23,5%	54%	46%	69%	15,5%	15,5%

O maior percentual das famílias se concentrou nos arranjos do tipo nuclear, formados pelos pais e respectivos filhos, e o número de pessoas presentes na casa teve o seu maior percentual (61,5%), representado por quatro pessoas, ou seja, o casal e dois filhos.

Organizações familiares do tipo nuclear ainda se identificam com o perfil das famílias urbanas brasileiras na contemporaneidade, que têm sofrido diminuição nessa virada de século. Segundo Samara (2002), “as últimas estatísticas do IBGE mostram que hoje, no Brasil, predominam as famílias nucleares, com poucos integrantes, especialmente nas áreas urbanas”. Assim, na questão do número de pessoas residentes na casa, percebemos como as famílias do condomínio Recanto da Serra se enquadram na tendência brasileira.

Outras conformações puderam também ser encontradas revelando a diversidade e complexidade presentes na instituição familiar. No grupo, duas famílias ainda conservavam consigo os empregados que residiam na casa dos patrões. Numa das casas, a moradora destacou o tempo de permanência da empregada na família que chegava a 12 anos, mencionando os laços afetivos criados entre eles. Apesar da exceção que essas situações representam, elas evidenciam as marcas das heranças de trabalho que ainda hoje carregamos conosco desde o Brasil-Colônia³⁷. Naquele período, as famílias coabitavam com os empregados. Mesmo que essas situações não possam mais ser colocadas como tendência, elas ainda se mostram presentes, especialmente nas camadas de renda mais altas³⁸.

Em relação à idade dos moradores no condomínio Recanto da Serra, observamos uma concentração na faixa dos 30 a 50 anos, em relação aos casais residentes que tinham perfil familiar bastante distinto. Assim, nesse segmento identificamos um pequeno grupo, 15% da amostra, composto por casais que se constituíram mais cedo e, assim, tiveram seus filhos também mais cedo. Hoje, os filhos já se encontram adultos e, nessa condição, têm vida independente dos pais, ainda que parte ainda resida na mesma casa que eles. Notamos, em relação a esses casais, que o número de filhos foi acima da média; no caso, três filhos por casal, o

³⁷ Sobre o tema, registra-se a obra clássica de Gilberto Freyre: “Casa Grande e Senzala”, publicada pela primeira vez em 1933.

³⁸ “No início dos séculos XVI e XVII, a economia da Colônia esteve, basicamente, assentada nas plantações de cana localizadas no Nordeste. Nos engenhos do mundo rural, as famílias de elite viviam nas mansões assobradadas, cercadas de escravos e dependentes” (SAMARA, 2002).

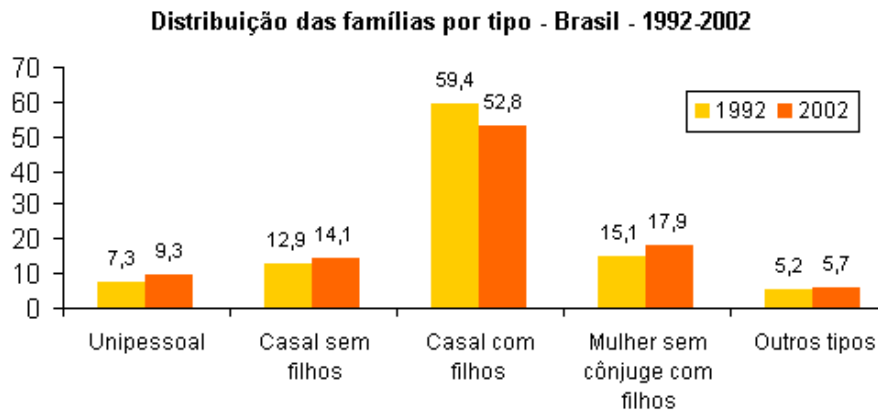
que demonstra um perfil, quanto ao número, mais comum na primeira metade do século XX, de acordo com os dados do IBGE.

Um segundo grupo, 62% da amostra, se contrapôs ao primeiro, evidenciando um perfil mais contemporâneo, em que os pais investiram primeiro na carreira profissional e depois de certa estabilidade, já mais velhos, tiveram seus filhos – número que não ultrapassou ao total de dois em todos os casais. O retardo na opção de ter os filhos se deve, sobretudo, à inserção da mulher no mercado de trabalho. Essa realidade da participação feminina na composição da renda familiar transformou-se em foco de pesquisas sociológicas no Brasil, a partir das décadas de 1970 e 1980, segundo Bilac (1995), quando os estudos da família passaram a ter enfoque econômico, principalmente nos estudos sobre composições familiares das classes de baixa renda. Samara (2002), identificando os sinais de mudança, no sentido de se ter um trabalho fora do âmbito doméstico, entre as mulheres da elite e das classes médias urbanas, afirmou que, “no início do século XX, mulheres profissionais foram, aos poucos, ocupando espaços, aparecendo, algumas atuando na área da Física, do Direito, da Farmácia e da Arquitetura” (SAMARA, 2002).

Identificamos entre as famílias dos moradores do Recanto da Serra um terceiro grupo, cuja média de filhos também foi de 2 e que se diferenciou do segundo grupo pelo papel econômico da mulher na renda familiar. Em relação à amostra total, 23% dos casais eram constituídos por mulheres que se dedicaram “ao lar” e tiveram os filhos mais jovens, compondo, assim, um padrão ainda mais tradicional de organização familiar, ou seja, aquele em que a esposa ficava restrita ao universo doméstico, sem contribuir financeiramente com a renda familiar.

Mesmo diante das diversidades presentes, pudemos observar como a constituição familiar dos moradores do Recanto da Serra partilha da média da realidade brasileira, como mostrado no gráfico da Figura 49.

Mesmo com esse perfil heterogêneo, no sentido de sua composição familiar, que se refletiram nas necessidades diferenciadas de cada família, pudemos identificar alguns pontos comuns entre elas. Foi a partir dessas interseções e semelhanças, conforme argumentou Bourdieu (1998), que o grupo dos moradores se formou para, juntos, ocuparem e utilizarem, de forma coletiva, o espaço do condomínio Recanto da Serra. Também é preciso considerar que a produção e ocupação do espaço revelam as condições econômicas dos segmentos sociais, conforme propôs, entre outros, Singer (1978).



Fonte: IBGE, Síntese de Indicadores Sociais 2003 e IBGE, Síntese de Indicadores Sociais 2000.

Figura 49 – Gráfico da distribuição das famílias por tipo no Brasil.

Fonte: IBGE, Síntese de Indicadores Sociais 2003 e IBGE, Síntese de Indicadores Sociais 2000.

Na análise da perspectiva do perfil econômico das famílias e das interseções que o grupo tinha em torno desse aspecto, constatou-se que todas as famílias do Recanto da Serra possuíam renda acima de 11 salários mínimos. Esse fato para uma cidade como Viçosa, cuja média por família é de no máximo cinco salários mínimos, segundo o IGBE (2007), já o coloca esse grupo como seletos dentro do perfil econômico da população da cidade.

Nesse sentido, a renda familiar é importante, no entanto, associado a ela identifica-se um padrão de comportamento de consumo, de lazer, de formação profissional, entre outros, que são delineados pela cultura desses moradores. É justamente a cultura, como o principal aglutinador, quem definirá esses padrões, que a ela estão correlacionados. Assim, torna-se importante ressaltar que a grande maioria dos moradores possuía o ensino superior completo, havendo entre eles muitos doutores. Esse padrão de formação profissional tende a gerar, dentro desse grupo específico, um comportamento social diferenciado, pois seus integrantes passaram a ter exigência maior no sentido de uma qualificação melhor dos serviços que demandaram, como podemos perceber nesta fala:

[Viçosa] oferece poucas coisas de atrativo pra coisas boas mesmo, por exemplo, de lazer. A gente gosta muito de cinema. Tem um cinema aqui. Aí a gente já viu o filme que ta passando há mais de uma semana. Quer dizer, você tem que esperar mudar o filme, e mudar pra um filme que você goste também, porque é um cinema que só vai uma vez. Quer dizer,

isso acontece, o que?, uma vez por mês. Tem poucas opções. Isso é típico de cidade pequena, mas seria interessante ah... se não tem isso, tem uma outra, outras possibilidades. E aqui se a gente sai do condomínio o que sobra de lazer pra gente fazer é ir na universidade andar de bicicleta. Porque não tem muitas coisas mais pra fazer. O comércio melhorou, mas tem andado um comércio que, no dia que a gente tem tempo, que é no sábado de manhã, por exemplo, tá lotado (Núbia).

A questão da formação profissional demonstra a homogeneidade de nossa amostra, uma vez que é formada pela maioria das pessoas com o mesmo grau de instrução, ou seja, 58% dos adultos tinham sua ocupação profissional como professores na Universidade Federal de Viçosa, evidentemente dos diferentes cursos. A implicação disso é que suas rotinas familiares tendem a seguir o calendário das atividades da Universidade, como período de férias, período em que viajam com a família, fazendo com que o condomínio fique vazio, principalmente nos meses de janeiro e fevereiro, como relataram os moradores.

Três outras características evidenciadas no quadro-síntese do perfil socioeconômico das famílias do Recanto da Serra – tempo de moradia no condomínio, cidade de origem e idade dos filhos – nos forneceram suporte para discutirmos a sociabilidade dos moradores. Foi o que fizemos nos tópicos subsequentes.

4.4. As relações construídas

Algumas características das famílias ou, mesmo, dos indivíduos residentes no condomínio Recanto da Serra nos permitiram identificar inicialmente três grupos, ainda que esses não fossem grupos presentes, necessariamente, na percepção consciente dos moradores. São grupos que se diferenciaram e se sobrepuseram ao mesmo tempo, além de poderem ser subdivididos internamente.

Foi observado que uma mesma família pôde gravitar até mesmo entre os três subgrupos, demonstrando a dinâmica das possibilidades de interação, o que as coloca em rotinas diferenciadas. Isso as leva a despender grande gasto de energia para promover a integração dos membros entre si e com os de fora da família. Nessas dinâmicas, os processos de sociabilidade foram desenvolvidos.

4.4.1. No microcosmo do condomínio, as sobreposições das diferenças

* *Idade dos Filhos*

Um primeiro e grande grupo se relacionava com a variável *idade dos filhos*. Nesse sentido, pudemos subdividi-lo em três subgrupos, que também se sobrepunham, pois numa mesma família se podem ter filhos em diferentes faixas etárias. São eles: famílias com crianças, famílias com adolescentes e famílias com os filhos adultos, saindo de casa ou que já saíram, como mostrado no Quadro 3.

Quadro 3 – Distribuição das famílias residentes no Condomínio Recanto da Serra pela idade dos filhos. Viçosa, MG, 2009

Até 10 anos	De 11 anos a 17 anos	Acima de 18 anos
6 famílias do total	6 famílias do total	8 famílias do total
46%	46%	61,5%

O tipo de agrupamento caracterizado por famílias com filhos até 10 de anos esteve presente em 46% da nossa amostra. Observamos que o fato de se terem crianças pequenas foi fator de aglutinação para as famílias, pois, de alguma forma, estas se assemelharam em certas rotinas, como o fato de levar crianças para a escola, de proporcionar lazer para elas dentro do condomínio – como *playground* –, frequentar a sede social ou, mesmo, brincar nas ruas. Isso acabou levando a uma interação com outras crianças, filhos de outros casais, forçando, assim, o relacionamento dos pais. Nesse sentido, pudemos perceber como a presença de crianças na família foi fator de sociabilidade para os pais, através de falas como:

Ah... a criança faz com que a gente se relacione mais do que você possa se relacionar. É... a gente se relaciona muito com família que tem criança, entendeu? O relacionamento é ótimo (Raul).

No caso específico da presença da criança como geradora de sociabilidade para os pais, temos o relato da moradora Núbia, explicando o surgimento da festa junina no condomínio. O fato de se terem crianças foi usado como justificativa para

os pais organizarem o primeiro evento coletivo do condomínio, a festa junina. A festa, que para as crianças seria importante, acabou agregando os pais, e a partir daí esse evento foi incorporando-se, gradativamente, à rotina do condomínio, forçando até mesmo a construção de um espaço específico para festas. Segundo ela,

Tem a festa junina que começou na nossa rua, assim, com dois, três amigos com as crianças na mesma idade, enfeitando a rua com bandeirinhas. Aí chamamos depois os vizinhos das outras ruas que tinham criança, pra ir pra lá. Cada um levava uma coisinha. E daí a gente foi sentindo como é que seria importante ter uma sede própria pra gente fazer nossas comemorações (Núbia).

Se, por um lado, a presença da criança favoreceu a sociabilidade dos pais, por outro tivemos os depoimentos de alguns pais, especificamente de mães, compondo famílias que têm ou já tiveram filhos adolescentes, que relataram ter a menor sociabilidade porque, no seu tempo livre, tiveram ou tinham que se dedicar aos filhos. Esse padrão foi encontrado no grupo de mulheres que trabalhavam fora ou que tiveram os filhos com pequeno intervalo de tempo entre eles.

No caso das mulheres que trabalhavam fora, ressaltamos, como exemplo, o relato de uma moradora que possuía uma criança de 2 anos além de outras duas, uma com 10 e outra com 11 anos de idade. Ao ser indagada sobre sua participação nas atividades comuns do condomínio, ela deixou transparecer a limitação em relacionar-se com os demais, justificando a sua postura pela presença da criança menor, afirmando, em tom descontraído, que:

É... elas [as duas crianças maiores] participam dos aniversários, que acontecem com uma certa frequência. Eu nem isso consigo participar ainda. Acho que ainda não voltei pra vida social não! Por causa da questão do pequeno, né? Mas as meninas frequentam os aniversários (Célia).

Entre as mulheres que tiveram filhos com pequeno espaço de tempo entre eles, tivemos o caso de uma moradora que foi para o condomínio quando os filhos ainda eram pequenos. Ela sentiu na necessidade de promover o bem-estar deles a justificativa para seu pouco relacionamento inicial com os vizinhos, caracterizando, assim, uma vivência estritamente para os filhos. Ela tem tentado modificar essa situação hoje, 12 anos após sua chegada ao condomínio, já que seus filhos se tornaram adultos, conforme seu relato:

Talvez eu tivesse agido diferente quando eu cheguei. Porque quando eu cheguei aqui eu tinha três meninos pequenos. O quê que acontece? Eu fiquei muito por conta deles! E não me fiz muito participativa do condomínio. Então isso, de certa forma, não me deixa ser assim, tão mais chegada a eles hoje, tá! Então eu conheço poucas pessoas aqui do condomínio. Então eu to tentando fazer isso agora (Meire).

É interessante notar que a rotina dessas mulheres, além dos filhos e da família, muitas vezes incluindo o trabalho fora de casa, é um aspecto que limita o seu tempo disponível e, conseqüentemente, a sociabilidade com a vizinhança do condomínio. Observamos, assim, que, em alguns relatos, o fator “criança pequena” foi para algumas famílias motivo de não ter tempo para se relacionar com os demais.

O segundo subgrupo constituiu-se em relação às famílias que possuíam filhos adolescentes, ou seja, entre 11 e 17 anos (46% de nossa amostra). Dessas famílias vieram os relatos mais tensos com relação às limitações que se podem ter por se morar em um condomínio fechado que se encontra afastado do Centro da cidade, como é o caso do Recanto da Serra. E foi por meio das falas dos componentes dessas famílias que pudemos perceber as principais limitações do condomínio no sentido de permitir o bem-estar dos adolescentes em seu espaço físico.

Se, por um lado, o condomínio possuía infraestrutura que supria, se não totalmente pelo menos em parte, a demanda de lazer para as crianças, ele ainda hoje não está equipado para as necessidades dos moradores adolescentes, que são, assim, forçados a satisfazerem seus interesses fora do condomínio. Tanto isso é verdade para esses moradores que a melhoria dos espaços de lazer, no sentido de abarcar as necessidades desse grupo, esteve presente nas indicações de possíveis mudanças para o condomínio, como os relatos a seguir justificam:

Eu acrescentaria. Uma quadra de basquete... uma quadra poliesportiva, porque é... A gente só tem um campinho de futebol e não é todo mundo que gosta de jogar futebol. Quando o Lucas era pequenininho era um caos! O bom é que o clube [Campestre] fica aqui perto, aqui do lado, e ele ia fazer o que ele gosta lá. E a quadra poliesportiva a gente ta... deve ta saindo por agora... Mas uma quadra aqui dentro faz falta. Até pros meninos patinarem, né? Uma quadra plana, uma quadra poliesportiva, é isso! (Telma).

E os meus meninos não são de jogar bola, então... o campo lá em baixo não adianta porque eles não vão. Vinte anos e dezesseis e então pra eles não tem muita opção (Sandra).

O fato de os adolescentes terem vida muito ativa fora do condomínio, por conta de seu ciclo de amizades, muitas vezes ligadas ao ambiente escolar, causa

grande desgaste para a família, uma vez que o condomínio é afastado do Centro. Aliado a esse fator, observou-se o fato de que os adolescentes ainda não podiam dirigir e, então, ficavam dependentes do uso do transporte coletivo ou dos veículos da família, o que se constituiu em dois grandes problemas para a família.

Quanto ao transporte coletivo, os moradores apontaram a questão do horário de circulação do ônibus que vai para o Violeira como incompatível com os horários dos adolescentes, principalmente os escolares. O ônibus que vai para o Violeira seria, no entanto, o que possui o itinerário mais interessante por passar, praticamente, em frente à Portaria do condomínio. No entanto, como os seus horários eram incompatíveis, os adolescentes acabavam por usarem mais os coletivos que passavam pela Marechal Castelo Branco, no João Braz. Nesse sentido, eram obrigados a subirem o pequeno morro de acesso ao Violeira, que foi asfaltado a menos de um ano (2008), e ainda terem que andar um pequeno trecho a pé até o condomínio, normalmente uma caminhada de 10 a 15 minutos.

Quando, de fato, a opção do ônibus era descartada, restava tentar compatibilizar os horários dos jovens com os da família. Ou seja, quando os pais trabalhavam fora e tinham que ir para o Centro, acabava por alguém se sacrificar, indo um pouco mais cedo para o Centro e esperando o seu horário específico. Assim, por exemplo, a família descia junta, num mesmo horário, e alguns terminavam por esperar o seu horário em espaços oferecidos pela cidade, como praças, lanchonetes, calçadão, casas de familiares e amigos. É importante salientar que esses casos não foram vistos como incômodo para as famílias que passavam por essa situação. No entanto, o que as famílias destacaram como situações incômodas eram aquelas em que se fugia da rotina familiar de frequência à cidade, como nos foi relatado:

Ah... outra coisa que eu senti de diferença aqui, foi porque eu vim com menino pequeno. Aí eles chegaram numa situação tal que tinha que namorar. Foi uma situação muito difícil. Porque aqui não tem ônibus toda hora pra cá. É difícil o acesso. Então eu tinha que me deslocar de madrugada pra buscar menino. **Essa foi a pior situação da minha vida!!** Foi onde eu fiquei com a formiga coçando com vontade de sair daqui. Por que? Eu não queria cortar o relacionamento social dos meus filhos. Namorado, colega, sair... ter o relacionamento social dele (Meire).

A intenção de preservar ou oferecer condições de sociabilidade para os filhos não implicava em apenas os adolescentes terem que sair do condomínio, mas de os amigos também precisarem frequentar o condomínio. Essa contrapartida também era desgastante, conforme o relato de uma das mães:

E depois teve a distância, porque quando os meninos começaram a ficar adolescentes... ai... foi um caos!!! Esse negócio de, ai meu coleguinha quer ir e... mas não pode porque aqui em casa é longe, e tem que vir de ônibus, e... sabe? Vai eu trazer às vezes os coleguinhas, providenciar o transporte pra trazer pra cá. Teve isso (Telma).

Assim, contornadas as questões relativas aos adolescentes, o terceiro subgrupo, aquele com os filhos em idade adulta ou que já saíram de casa, embora passassem pelo mesmo problema da falta de infraestrutura de lazer no condomínio, percebeu-se entre eles maior autonomia. O fato de poderem dirigir lhes dava autonomia em termos de locomoção, o que também era favorecido por trabalharem ou fazerem faculdade, ampliando significativamente o seu universo de relações estabelecidas. Esses condicionantes levavam a que tivessem a vida cada vez mais fora dos limites do condomínio e cada vez mais independente dos pais. Dessa forma, configuraram outro perfil de comportamento, como podemos perceber quando nos foram dadas algumas respostas sobre as práticas de lazer e locais de frequência no condomínio:

Ah... os meninos por serem adultos já saem muito. Então assim... saem pra casa do namorado no final de semana, ou então vão pro clube (Meire).

É porque é tudo adulto, então não tem. Quem tem criança vai para parquinho. Meu filho sai e chega de noite; meu marido trabalha e hoje nem veio almoçar (Mara).

No caso da moradora que nos fez esse último relato, ainda podemos perceber em sua rotina que o fato de não se ter mais criança em casa, atrelado ao fato de ela estar atualmente com 59 anos, fazia que sua sociabilidade no condomínio ficasse bem mais restrita. Ao ser indagada sobre as relações de afinidade com os moradores do condomínio, ela deixou transparecer essa nossa percepção:

Aqui na minha rua especificamente, não, nenhuma, porque eu sou mais velha. Todo mundo aqui... agora que eles estão tendo adolescentes. Então afinidade com eles não tenho nenhuma. A gente se conhece, participa todo mundo junto. Quando minha vizinha precisa de alguma coisa ela vem aqui... mas, só isso. A faixa etária é bem diferente (Mara).

Temos, assim, que nessas famílias, cujos filhos já saíram de casa e os casais são mais velhos, é como se eles tivessem perdido o elemento aglutinador, em relação à maioria dos outros moradores do condomínio, que são mais jovens e têm filhos, pequenos ou adolescentes.

** Tempo de moradia no condomínio*

O tempo de moradia no condomínio foi uma variável que interferiu significativamente na forma com que o morador se identificava com o local e, principalmente, esteve diretamente relacionada à construção e qualidade das relações sociais estabelecidas internamente no condomínio. Em relação a essa variável, nossa amostra distribuiu-se da seguinte forma (Quadro 4):

Quadro 4 – Tempo de residência dos moradores no condomínio

Até 5 anos	De 6 a 10 anos	Acima de 10 anos
3 famílias do total	4 famílias do total	6 famílias do total
23%	31%	46%

O tempo de moradia no condomínio esteve fortemente associado à intensidade e qualidade das relações sociais estabelecidas entre os moradores. O Quadro 5 sintetiza os vínculos que os moradores disseram estabelecer na vizinhança intramuros:

Quadro 5 – Vínculos estabelecidos intramuros pelos moradores do condomínio. Viçosa, MG, 2009

Amizade	Boa vizinhança	Pouco ou nenhum
5 entrevistados	6 entrevistados	2 entrevistados
38,5%	46%	15,5%

Assim, identificamos, a partir das entrevistas, que todos os vínculos de amizade estiveram presentes no cotidiano das pessoas que residiam no condomínio há mais de 10 anos, totalizando 38,5% da amostra. Nesse sentido, Bauman (2003) considerou que “nenhum agregado de seres humanos é sentido como ‘comunidade’,

a menos que seja bem tecido de biografias compartilhadas ao longo de uma história duradoura e uma expectativa ainda mais longa de interação frequente e intensa” (BAUMAN, 2003, p. 48). Essa perspectiva se fez presente no cotidiano desses moradores, como nos foi relatado:

Na época [início da construção do condomínio] ainda não tinha essa característica de condomínio. A não ser o fato de estarmos na mesma posição em termos de construção das casas. Os mesmos problemas. Na verdade, só tinha problemas. Com a construtora, com o atraso das obras, com o valor da obra. **E isso acabou aproximando muito a gente, e fazendo a gente se unir pra tentar resolver os problemas comuns. Então eu acho que foi a primeira coisa, essa idéia de fortalecer o grupo pra gente poder superar essas dificuldades que eram comuns a todos** (Núbia, 15 anos de condomínio).

Assim, vemos, como no caso de Núbia que há 15 anos reside no Recanto da Serra, o fato de ter compartilhado situações semelhantes com os primeiros moradores, fortaleceu o vínculo entre eles, tornando-os amigos, como relatou quando refletiu sobre as relações de afinidade que possui com os vizinhos de condomínio:

São os meus amigos. Lógico que não é todo mundo com a mesma intensidade. Tem uns que extrapolam o condomínio, que, por exemplo, a gente tem casa na praia e eles vão pra lá também. Que a gente sai junto por aí, pra fazer um programa com as crianças. Faz uma viagem juntos (Núbia).

Através dessa fala da moradora, vemos como as reflexões de Bauman (2003) também explicam os vínculos entre os moradores mais antigos. A variável “tempo de moradia” fez que os moradores residentes há mais tempo no Recanto da Serra pudessem partilhar de uma história em comum, a construção de seu lugar de morar. Toda carga afetiva que está imbuída no ato de habitar, como nos recordou Bachelard (1993), potencializou os vínculos daqueles que partilharam juntos da construção dessa realidade.

Nesse sentido, percebemos como os vínculos se fizeram muito mais fortes entre os moradores antigos do que entre aqueles que residem no condomínio mais recentemente. Há entre eles uma história em comum, que os fortalece enquanto grupo de convívio. Isso se assemelha muito com a discussão de Elias e Scotson (2000), em relação à comunidade de Winston Parva. Esses autores perceberam que na comunidade inglesa a variável que definia o grupo dos “estabelecidos” era exatamente o fato de partilharem de uma mesma história há várias gerações. Isso os fortalecia enquanto grupo e os distinguia, por uma questão de tradição, dos novos

moradores que chegavam à comunidade, que passaram a viver sob as condições de *outsiders*. Também, no Recanto da Serra, os moradores mais antigos se configuraram como um subgrupo dentro do condomínio, mas, ao contrário da realidade inglesa, no Recanto da Serra eles não articulam essa identidade para se segregar dos moradores mais novos.

Dentro dessa perspectiva de sociabilidade, vimos como é difícil para os moradores mais recentes o estabelecimento de vínculos de amizade, pois essa é uma característica que de fato se potencializa com o tempo de convivência. No entanto, por possuírem perfil compatível, principalmente cultural, como já discutimos, percebemos como se esforçam para que suas relações fiquem no âmbito da “boa vizinhança”. Assim, tivemos relatos como:

Também encontra quando tem alguma coisa. É alguma festa. No condomínio acaba encontrando, mas assim, de participar, ir uma na casa da outra, não. Nunca fui. Isso de ir um pra casa do outro não (Ana, 5 anos de condomínio).

Relação de vizinho, né? Tem uma festa de aniversário e aí você chama o vizinho... aquela coisa! Não chega a ser de amizade. Mas a gente... Um pouco menos que amizade e um pouco mais do que o convívio normal. É um intermediário (Raul, 2 anos de condomínio).

Todavia, maior tempo de condomínio não significa – necessariamente – mais vínculos de amizade. Esse foi o caso de um dos moradores que, mesmo residindo há 10 anos no condomínio, não estabeleceu vínculos de amizade. Segundo ele, isso se deu por opção pessoal, como nos relatou:

Apesar de que nós todos nos conhecemos, na verdade não tem uma amizade mais detalhada. Nós todos conversamos e tal. Então acho legal esse convívio sem passar demais. Eu não quero parente. Entendeu? Eu não gosto de parente. Eu não tenho parente. Eu não gosto de amizades muito profundas, não. Eu não gosto. Isso eu tenho ali. Uma convivência adequada para os ambientes sociais que eu faço, mas sem exagerar, entendeu? (Gil, 10 anos de condomínio).

Um caso muito específico o desse morador, Gil, mas que esteve presente e que nos diz como as identidades pessoais interferem na configuração do coletivo. Para esse morador, o isolamento que a configuração estrutural de um condomínio oferece é ideal para sua forma de viver, para seu estilo de vida, que acontece simultâneo aos das outras pessoas.

* *Cidade de origem dos moradores*

A cidade de origem dos moradores também foi percebida como uma variável que trazia identidade e possibilitava a formação dos grupos. Assim, o terceiro grupo entre os moradores do Recanto da Serra foi percebido a partir da variável “cidade de origem” dos casais das famílias que compuseram nossa amostra, que se distribuiu, de acordo com o Quadro 6:

Quadro 6 – Cidade de origem dos moradores do Condomínio. Viçosa, MG, 2009

Viçosa	Cidades menores que Viçosa	Cidades maiores que Viçosa
11 pessoas	5 pessoas	10 pessoas
42%	19%	39%

Entre os moradores, observamos tendência ao estabelecimento de vínculos de amizade dentro do condomínio mais preponderante entre aqueles que não tinham suas origens na cidade de Viçosa. Essa constatação esteve diretamente ligada ao fato de não possuírem na cidade vínculos familiares. Ou seja, pelo fato de não estarem próximos dos parentes, distantes das redes sociais que os vínculos do parentesco tendem a oferecer, os moradores buscavam o convívio com outros agrupamentos sociais que não o familiar, quando tinham intenção de estabelecer relações de afinidade na cidade que residem no momento.

Um dos agrupamentos que teve força nesse sentido foi o da vizinhança. No caso da amostra, as famílias que não tinham suas origens em Viçosa tenderam a ter um leque de relacionamento maior, pois seu convívio com outras pessoas ultrapassou a esfera familiar, como vemos em ponderações como:

É o interessante é que, no meu caso, por exemplo, não vou te falar que tenho muitos amigos em Viçosa, mas não tem um lugar que eu vá que eu não conheça alguém. Tem o pessoal da pelada de quarta-feira no Campestre, tem o pessoal da trilha de moto, tem o pessoal do vôlei, tem o pessoal da universidade, tem o pessoal que trabalha com minha esposa,

tem o pessoal da escola dos meus filhos. Então você acaba fazendo uma rede muito grande. Fora os meus amigos de condomínio (Carlos).

Agora a gente tem uma convivência muito boa, por exemplo, com a escola dos meninos, que é a Coeducar. Então os nossos amigos que não moram no condomínio a gente tem uma afinidade boa. Num outro momento... não eu exatamente, mas o Elias, por exemplo, ele tem uma afinidade muito grande com a feira [Santa Rita], com os pequenos agricultores daqui da cidade. Faz parte de grupo, como é que é? Conjunto de sopro da UFV. Então ele tem uma relação maior. No clube que a gente frequenta tem várias pessoas que ampliam esses contatos. Então eu posso classificar que temos um contato muito bom (Núbia).

Para esses moradores, Carlos e Núbia, que há 10 anos e 15 anos, respectivamente, moram no condomínio e em Viçosa, o fato de não ter vínculos familiares na cidade tinha seus efeitos negativos, fazendo que se sentissem como um *outsider*, conforme denominação de Elias e Scotson (2000). Considerando-se que o grupo dos *outsiders* é aquele em que seus integrantes, por não possuírem identidade comum com os grupos dos estabelecidos, acabam por não ser incorporados nas relações sociais, principalmente de estabelecimentos de vínculos com os integrantes do grupo estabelecido, teríamos para o caso de Viçosa que os moradores de origem viçosense seriam os “estabelecidos” e os moradores que não têm essa identidade, os *outsiders*. Embora esses dois moradores, Carlos e Núbia, tenham uma rede de relacionamentos muito grande, inclusive gravitando entre perfis de pessoas bem diferentes, eles não se sentiam, em alguns momentos, parte ou integrantes da cidade de Viçosa, e atribuíram isso à sua origem, como vemos nesta fala:

Então a relação em Viçosa se você tiver num grupo, você é tudo, se você tiver fora dele e você morrer, não faz a menor diferença. Isso me incomoda um pouquinho. As pessoas não têm muita pena dos outros. A solidariedade aqui, acho que é pouco. A preocupação com o outro aqui é pequena. É uma coisa que eu noto aqui (Carlos).

Apesar de que, de vez enquanto, a gente ainda se sente estrangeiro, né? Gringo, forasteiro, até mesmo porque nós não temos nenhum vínculo familiar aqui. As pessoas que moram no condomínio e que tem familiares na cidade, elas têm tentáculos muito maiores, né? (Núbia).

As pessoas, no entanto, que possuíam vínculos familiares na cidade de Viçosa ou, mesmo, que construíram suas histórias de amizade na cidade, anteriores ao ir morar no condomínio, enfatizaram o fato de ter esses vínculos como algo positivo em relação a morar na cidade, porque sua rede de relações já estava sedimentada antes de irem morar no condomínio. No entanto, ao contrário de a percepção de Núbia sobre a sociabilidade ser favorecida pelos vínculos familiares na cidade,

pudemos perceber como esse fato tendeu a restringir o universo das trocas sociais ao ambiente familiar dessas pessoas. O fato de já se ter uma rede de relações estabelecidas pela família não incentivou os moradores ao convívio mais intenso dentro do condomínio, como pudemos perceber no caso de João:

Muito pouco, muito pouco. A gente quase não tem contato com o pessoal do condomínio. Nossas amizades são todas fora do condomínio (João).

Nesse sentido, a cidade torna-se muito mais amistosa para quem possui as relações familiares, como Rute argumentou:

O que conta muito, eu acho, é você morar perto da família e das pessoas que você gosta. Então não é a cidade. Viçosa é essa bagunça, mas você acaba vivendo bem aqui porque você tem pessoas do seu convívio, tem família. Então isso é importante. Chega a ser mais importante do que a própria cidade. Pra mim é (Rute).

As percepções nesse caso se deram de forma contrária ao que pudemos identificar nas redes de relações das famílias dos moradores do Recanto da Serra. Se para a Núbia o fato de se terem vínculos familiares seria um fator para ampliar as redes de sociabilidade, para pessoas como Rute, que tem uma rede de relacionamentos muito bem sedimentada pautada na presença da família em Viçosa, tudo se dava de forma contrária. O fato de se terem relações familiares bem sedimentadas na cidade não a levou, no caso, sua família a necessitar ou a querer estabelecer relações fora desse ambiente.

4.4.2. Perto e distante: uma questão de interesse

Outra escala de nossas análises para a compreensão da sociabilidade exercida pelos moradores do Recanto da Serra se deu na dimensão do bairro em que este se situava. No caso, a identidade de moradia que afirmavam era a do Viçosa.

De forma geral, os moradores do Condomínio Recanto da Serra têm muito pouco contato com os moradores desse bairro. No entanto, na época da construção do condomínio, principalmente no início, havia maior contato entre eles, como nos relatou uma moradora:

Teve época da gente se relacionar mais. É época da implantação do condomínio e eles estavam também construindo a igreja, fazendo algumas obras assim coletivas. Então tinha um contato maior. É também porque na época tinha muitos pedreiros que trabalhavam no condomínio, que

moravam ali. Então a gente acabava tendo mais contato, que extrapolava que ia além dessa questão de obra (Núbia).

Todavia, como esses contatos acabaram não gerando vínculo de amizade ou, mesmo, intimidade entre os distintos moradores, pois foi uma relação baseada simplesmente na prestação de serviços, atualmente os únicos vínculos que os moradores do Recanto da Serra tendem a estabelecer com a população do Violeira continuam sendo dessa natureza. O que sobrou dessa relação inicial continua sendo o que se pauta na prestação de serviços, como podemos perceber no que se segue:

Sem contar que os antigos moradores daqui, é... tem um que sempre faz serviço de pedreiro aqui. Ele sempre vem fazer trabalho aqui (Telma).

E continua especificando o tipo de relação que se estabelece com a vizinhança do bairro:

Eu conheço, mas a gente não se relaciona não. Só quando tem uma demanda específica. Se a gente precisa de alguma mão de obra e tal (Telma).

Outra moradora também indicou a mesma postura:

É... olha... eu não sei o que você quer dizer com 'próxima'. [De amizade]. Não, não tenho. De ir à casa de alguém aqui mais perto, não. Só se for uma coisa assim de... de... serviço. Tem uma costureira que mora aqui e eu vou nela (Meire).

Com esses apontamentos, percebemos através de falas como as apresentadas anteriormente, como também em Viçosa os moradores de condomínio tendem a se distinguir dos moradores de seu entorno imediato, pois, normalmente, sendo esse recanto afastado do Centro da cidade, as classes econômicas que compõem essa população são mais baixas e compostas por mão de obra não qualificada. Monte-Mór e Bhering (2006, p. 299) concluíram sobre os condomínios que se instalaram nas regiões periféricas de Belo Horizonte que, “atraindo consigo novos assentamentos de classe baixa concentrando, no seu entorno, trabalhadores domésticos e pouco qualificados”.

No caso do bairro Violeira, especificamente, sua ocupação não aconteceu por causa da implantação do condomínio Recanto da Serra, mas, a partir de sua implantação, os moradores do Violeira acabaram sendo uma boa opção para suprir a necessidade de mão de obra do condomínio. E nesse tipo de relação, pautada na

prestação de serviços por pessoas de perfis socioeconômicos diferenciados, não houve nenhum estabelecimento de relações afetivas mais próximas, como observamos na descrição de Carlos sobre seus vínculos com os moradores do bairro:

De conhecer, de cumprimentar, de saber como tá. No início [de quando começou a morar no condomínio] eu ia até lá jogar uma pelada com eles, mas isso também acabou... De conhecimento, mas de convivência não, de amizade não (Carlos, 10 anos de condomínio).

É importante que ressaltemos o fato de que, no Violeira, não residem apenas pessoas de classe econômica mais baixa. Há tendência no bairro de ocupação pela população de classe mais alta, embora não tenha a mesma intensidade de ocupação do bairro João Braz, que prefere um estilo alternativo de vida, uma vez que esse bairro tem forte característica rural.

Temos, assim, por exemplo, o Sem Domínio, que é um condomínio sem muros, situado bem no meio do bairro, numa região quase sem casas. Seus moradores têm padrão alto de renda, formado por professores e funcionários da UFV e outros que não estão diretamente ligados à Universidade. Segundo Jesus (2007, p.33), para esses moradores, diante da “fundamentação dos princípios de relação com o meio em que vivem, pautam-se numa maior abertura e liberdade de relação com a população do entorno”.

Esse fato é interessante, pois, quando os moradores do Recanto da Serra eram questionados sobre as relações que mantinham com os moradores do Violeira, mesmo afirmando que não tinham vínculos de amizade nesse bairro, terminavam por mencionar o contato com os moradores do Sem Domínio. Podemos entender que, para os moradores do Recanto da Serra, a percepção é de que as pessoas que moram no Sem Domínio não fazem parte do perfil de pessoas do bairro Violeira, por isso eles eram mencionados à parte.

É interessante notar que 21% de nossa amostra ressaltou os vínculos de amizade estabelecidos com os moradores do Sem Domínio, tornando novamente constatável uma das reflexões de Bourdieu (1998) quanto à manutenção de um estilo de vida pelos contatos entre os afins:

Indo lá pra baixo tem o outro condomínio que chama Sem Domínio, na verdade. A gente tem muitos amigos que moram ali (Núbia, 15 anos de condomínio).

Mas... tem um condomínio lá embaixo é... Sem Domínio que ele chama. Quase todo mundo a gente conhece. Basicamente eles vieram pra aqui depois que esse condomínio [Recanto da Serra] se estabeleceu. Eles compraram os lotes aqui perto. Bem não é muito perto, mas eles compraram os lotes aqui no Violeira (Telma, 17 anos de condomínio).

Pela fala de Telma, vimos que os vínculos de amizade que tinham com os moradores do Sem Domínio não foram feitos pelo fato de morarem no mesmo bairro, mas esses já eram estabelecidos anteriormente. Assim, é importante ressaltar que essas relações de amizades não foram proporcionadas pela proximidade geográfica:

Não foi aquela coincidência porque a gente mora perto e se encontrou, não. Era já um conhecido e que por acaso mora no Violeira (Alan, 5 anos de condomínio).

Entretanto, uma única moradora mencionou o fato de que foi apenas depois de mudar para o Violeira que fez algum vínculo de amizade no bairro, como nos apontou:

Tem uma psicóloga que a gente convive com ela. As minhas meninas são amigas das meninas dela. Então eu conheço. Esse relacionamento também foi feito depois, tá?, que eu passei a morar aqui. Eu não tinha... não conhecia ninguém, não tinha, sabe? Quando foi feito o condomínio eu não tinha nem idéia do que era isso aqui. Tudo foi depois. Eu sou de Viçosa. Eu morei no Acamari, morei em vários lugares aqui. Mas só depois que eu vim pra cá é que eu vim a conhecer o ambiente Violeira (Meire, 12 anos de condomínio).

Ressaltadas essas considerações e tendo em vista a identidade social dos moradores do Violeira, sempre percebida pelos moradores do Recanto da Serra como de baixa renda, e só remetendo a essa população quando se descrevia o Violeira, 100% da amostra afirmou que o convívio com esses moradores, na verdade, não existia.

Foi interessante perceber que os moradores do Recanto da Serra eram conscientes das diferenças, principalmente econômica e cultural, entre eles e os moradores do Violeira, como vemos neste relato:

Ah... eu não sei. Assim, é... às vezes a gente subindo a gente dá carona... é um senhor... e aí a gente leva até na porta, leva até em casa, mas... contato, contato, não (Ana).

É... aí a gente percebe que há diferenças, né? Eu me percebo distanciada deles, é... é... privilegiada. Eu acho que a gente não pode perder de vista que é um privilégio. É um bairro afastado, carente de uma série de recursos, mas um bairro bom. Agora, realmente a gente percebe... nossa

situação ali é uma situação de muito privilégio. Por exemplo, é um bairro que fica afastado, as pessoas não têm uma condução urbana regular e a gente tem carro pra ir e vir. A gente mora numa estrutura muito boa, apesar do bairro carente. Nossas moradias são muito melhores (Célia).

Cientes de que suas condições sociais são superiores às dos seus vizinhos do Violeira, os moradores não forçaram um discurso de desconhecimento dessa realidade, embora muitas vezes as falas viessem acompanhadas de mudanças no tom de voz, ou de grandes momentos de silêncio, o que confere caráter mais reflexivo às colocações.

Diante disso, foram observadas duas tendências distintas de comportamento em relação à percepção dessa distinção social. Houve tendência de o grupo de moradores (79%) articular a questão financeira superior como forma de oferecer contrapartida que amenize o impacto da autossegregação, pelo menos amenização em níveis psicológico e pessoal. Assim, assumiram para si o mérito da realização, ou cooperação, com empreendimentos públicos de melhoria para o bairro, como foi o caso da implantação do sistema de tratamento de esgoto para o bairro e do asfalto na rua de acesso ao Violeira:

Nós, por exemplo, colaboramos pra poder fazer o tratamento de esgoto. O SAAE pediu uma ajuda e nós do condomínio bancamos grande parte da construção de uma rede de tratamento de esgoto que tem no Violeira (Carlos).

Quando tem coisas, assim, por exemplo assim... que precisam, que vão lá no condomínio, o próprio condomínio se prontifica a fazer, entendeu? Igual por exemplo, foi feito um asfalto lá agora, o prefeito propôs que o condomínio pagasse a mão-de-obra para fazer o passeio, então o condomínio dá essa contrapartida social. Cada um pode decidir na assembleia e decidimos fazer, sim! O condomínio está pagando toda a mão-de-obra do passeio que começa lá em baixo e vai até o Violeira, lá embaixo. Não tem nada a ver com a gente, de certa forma. Tem a ver e não tem, né?! Mas a gente tem essa preocupação, entendeu? Só que... ela é pouco organizada mas existe essa preocupação (João).

No entanto, há outro grupo que não considera que deva ser esse um tipo de atividade que competiria aos moradores do condomínio. Mas, por terem sido vencidos em assembleia, foram obrigados, literalmente, a arcar com essas despesas, via condomínio. Vimos isso em argumentações como:

Ah... vai asfaltar, vamos pagar pra fazer o meio fio da rua ou não vamos? Posso ser contra, mas... se o grupo decidiu... a combinação é essa: posso ser contra, mas se o grupo decidiu... Essa é a regra (Alan).

Pagamos. A única coisa que temos que fazer é pagar. Igual a rua do lado do condomínio que tinha que asfaltar. O único jeito de resolver foi pagando. Paga tudo, tudo a gente paga. Paga pra fazer tratamento de esgoto, paga para asfaltar rua pública que não é nossa, paga pra resolver os problemas... A gente paga. Tudo é pago. Lá não tem chance! (Gil).

Diante dessas posturas diferenciadas, vimos como as percepções individuais podem diferir da percepção do coletivo e, ainda, como o fato de se constituir um grupo, os posicionamentos que não fazem parte da maioria tendem a ter que ceder em função do grupo. Morar em condomínio implica necessariamente acatar a decisão da maioria, mesmo que essa seja oposta à sua decisão individual.

A postura em ajudar financeiramente o poder público a executar melhorias para o bairro funciona para os moradores que partilham dessa ideia como uma forma de amenizar o impacto negativo da construção de um condomínio, um lugar para os ricos, num bairro de baixa renda.

Assim, mesmo os moradores estando interligados com as pessoas do bairro Violeira, tanto por relações de amizade quanto de serviços, ainda não é o suficiente para que se sintam parte do bairro ou, simplesmente, integrados em sua rotina. Essa questão do pertencimento fica muito forte em falas como de Núbia quando perguntada como se sentia em relação aos moradores do bairro Violeira:

Não sei. Acho que mesmo assim a gente ainda fica muito fechado. Muito isolado ali, sabe? Ainda tem aquela idéia de viver cercado. O condomínio, eu acho, deixa a gente sempre mais reservado. Temos amigos que moram ali naquela descida do condomínio, indo pra Violeira ali. Frequentamos o sítio da Jibóia, tem futebol ali embaixo, de vez enquanto a gente passa por ali. Então... enfim... não é uma vida integrada totalmente a essa vizinhança como um todo, mas a gente participa de muita coisa. Mas com certeza a gente tem um universo muito maior dentro das fronteiras do condomínio do que fora (Neusa Costa).

Assim, nem todos os moradores têm entre si vínculos de amizade, mas participam de relações que lhes são convenientes, como nos foi relatado. Essas já não estavam presentes na escala do bairro Violeira. Há, de fato, grandes diferenças cultural e socioeconômica entre esses moradores que faz que não tenham motivação, por parte dos moradores do Recanto da Serra, em estabelecer vínculos afetivos com os moradores do bairro Violeira. Percebemos isso quando ressaltavam que um ponto interessante no condomínio era o fato de se terem pessoas com perfil parecido, o que não acontecia com o Violeira.

4.4.3. Entre o público e o privado: a relação com a cidade

A terceira possibilidade de discussão sobre a sociabilidade dos moradores do condomínio Recanto da Serra diz respeito à escala da cidade, pois os moradores não ficavam restritos somente ao uso dos espaços privados e coletivos do condomínio, mas articulavam cotidianamente com a cidade de Viçosa. Essa dinâmica tendeu a lhes permitir apreensões diferenciadas tanto sobre a cidade quanto sobre o próprio ato de morar em um condomínio.

Pudemos perceber como a variável cidade de origem dos moradores também interferiu na percepção que tinham sobre a cidade de Viçosa. Já discutimos como essa variável interferiu nas relações construídas por essa população, mas torna-se interessante também discutir na perspectiva da percepção da cidade como um todo, ou seja, na percepção do urbano.

No Quadro 6, pontuamos que 42% dos moradores que compuseram nossa amostra eram de origem viçosense, e 58% eram originários de outras cidades. Em relação aos 58% que não eram de Viçosa, 19% eram de cidades menores que esta e 39% eram de cidades maiores.

Em relação à origem dos moradores do condomínio e às respectivas escalas de sua cidade natal, tivemos duas percepções diferenciadas em relação aos moradores que provenientes de cidades maiores e menores que Viçosa.

Para os moradores que eram de cidades maiores que Viçosa, um dos aspectos positivos foi que, para eles, tudo era perto e havia a possibilidade de otimizar o tempo, como percebemos quando, nas entrevistas, se falava do fato de se gostar ou não de Viçosa. Constatamos isso em:

Não tenho nada que me enche a paciência aqui. O acesso pra minha casa é rápido, tudo é rápido. Então isso eu acho legal (Gil, Cidade natal: Brasília).

Gosto. Porque eu trabalho perto da minha casa, e eu posso almoçar em casa normalmente. Posso ver mulher e filhos durante o dia. E o fato de que o tempo aqui rende bastante, viu? Você tá perto. Aqui o tempo rende. Por exemplo, quando você tem que ir na prefeitura, quando eu morava em Belo Horizonte, podia saber que você perdeu a tarde. Aqui não. Eu saio um pouquinho mais cedo de casa, passo na prefeitura, já resolvi, passo no banco, e é o tempo que a gente ganha. Moro perto da casa, brinco com meu filho, vejo minha família (Alan, cidade natal: Belo Horizonte).

Interessante observar que esse é um ponto positivo que pudemos constatar pelo fato de Viçosa ser uma cidade pequena. Isso implicou que, mesmo morando

distante do Centro, em um condomínio fechado, para esses moradores os efeitos negativos do deslocamento diário não se fizeram sentir, como observamos em constatações sobre os deslocamentos que os moradores de condomínios fechados são obrigados a fazer nas grandes cidades, como refletiram Monte-mór e Bhering (2006).

Essa percepção, todavia, se inverte completamente para os moradores que têm suas origens em cidades menores que Viçosa. Nesse caso, a percepção que tiveram sobre o deslocamento diário implicava perda de tempo e desgaste. Verificamos isso quando, nas entrevistas, apontavam os pontos negativos da cidade de Viçosa:

De repente, mais perto do centro. Se fosse pra mim sair daqui acho que seria pra mais perto do centro. Eu não sei se evitaria o trânsito, né? Porque hoje Viçosa ta caótica. Ta difícil, viu? (Ana, cidade natal: Dom Silvério, MG).

Pudemos identificar que o Centro da cidade foi sempre a referência para os moradores do Recanto da Serra. A percepção do deslocamento cotidiano se fez sempre nessa relação. Assim, o que para alguns é um ponto positivo, como o fato de ser morar perto de casa ou ter a otimização do tempo, como para os moradores que vieram de cidades maiores, para os que são de cidades menores que Viçosa isso se torna um ponto negativo em relação à cidade, pois têm a percepção contrária, onde se perde muito tempo com deslocamentos. Dessa forma, a variável distância do Centro da cidade interfere no grau de satisfação dos moradores. E essa variável também interfere na percepção dos moradores que são de Viçosa. Também entre esses existem os que preferem o ritmo de uma cidade pequena e se sentem incomodados com os deslocamentos, como é o caso de João, e há os que preferem arcar com os custos em prol dos benefícios que se têm em morar distante do Centro, não vendo nenhum empecilho no deslocamento, como é o caso de Raul:

O que eu mudaria? Mudaria pro centro da cidade! Só mudaria para mais perto, pra não ter que andar de carro (João, cidade natal: Viçosa).

Pegar o trânsito... A distância é compensada com sobra por outros benefícios que a gente ganha lá (Raul, cidade natal: Viçosa).

Assim, essas percepções diferenciadas interferiram no grau de satisfação dos moradores do Recanto da Serra com a cidade de Viçosa. No Quadro 7, expomos as

principais referências em relação aos pontos positivos e negativos que esses identificaram a respeito da cidade³⁹.

Quadro 7 – Principais apontamentos positivos e negativos sobre a cidade de Viçosa, MG, 2009

Pontos positivos		Pontos negativos		
UFV	Boas opções de educação	Poucas opções de lazer	Falta de investimento em infraestrutura urbana	Falhas na administração pública e no planejamento urbano
100%	46%	100%	100%	70%

Notamos enorme dificuldade para os moradores do Recanto da Serra expressarem sobre o que consideravam pontos positivos na cidade de Viçosa. Isso se deu por não perceberem o espaço urbano da cidade como um todo. Assim, para 50% de nossa amostra, ambientes como a Universidade Federal de Viçosa, o próprio Condomínio Recanto da Serra e o clube que frequentavam, no caso, o Campestre, eram percebidos como ambientes fora dos que compreendem ser a cidade de Viçosa. Assim, tivemos colocações como:

Tem a universidade... você considera a universidade? Então tem a universidade. A universidade e o clube aqui são os locais que eu acho que... a universidade, o clube e o condomínio que eu moro eu considero como se eu não tivesse em Viçosa. Então, olha show de bola, a universidade show de bola o condomínio. Por exemplo, quando eu vou buscar os meus meninos na aula, eu to aqui na Marechal Castelo Branco é aquela zona, aquela feiúra, aí quando você chega lá em cima na guarita não parece que você ta em Viçosa não. Aí, incluindo a universidade, porque eu não costumo incluir a universidade, que talvez fosse um ponto forte aqui, né? Não tenho intimidade nenhuma lá, mas... eu levo os meninos pra andar de bicicleta, às vezes eu vou correr lá. Mas lá é bonito. Aí puxa a média um pouco pra cima. Pega Viçosa e exclui a universidade, fica horroroso! (Raul).

Você não coloca condomínio e universidade como parte de Viçosa, né? Eu consigo separar muito bem (Gil).

³⁹ Para a formulação desse quadro, é preciso esclarecer que um mesmo entrevistado citou mais de um ponto positivo ou negativo. Por esse motivo, a soma das porcentagens é maior que 100%.

A infraestrutura da UFV, percebida como à parte da cidade por esses moradores, guarda semelhança física, em termos de organização, beleza e limpeza, que fazem que percebam esse espaço como semelhante ao seu espaço de moradia, o condomínio, e completamente destoante da cidade de Viçosa (Figuras 50, 51, 52 e 53).



Figura 50 – Vista da UFV.



Figura 51 – Vista do Shopping Chequer, em frente à rodoviária, no Centro de Viçosa.



Figura 52 – Vista de uma rua interna do Recanto da Serra.



Figura 53 – Vista do Clube Campestre.

Nesse sentido, nossa amostra apontou que um dos grandes problemas de Viçosa é a falta de opção de lazer para os seus moradores. A totalidade de nossa amostra apontou para essa conclusão, ressaltando-se que a única opção que tinham, se não fosse o espaço do próprio condomínio, seria, então, o espaço da UFV como possibilidade de lazer (Figura 54), como vemos em:

A Universidade é um lugar legal! Então, assim, quando os meninos eram pequenos eu levava lá todo dia pra poder... todo final de semana pra passear, velotrol, depois bicicleta. Porque não tem um lugar... assim não sei... aqui... A Universidade é um lugar muito bonito, eu gosto muito de lá. Eu gosto muito de dirigir lá. Eu gosto muito de... toda vez que eu vou, é um passeio que eu acho que você faz, sabe? Lá, eu acho muito legal (Sandra).



Figura 54 – Família usando o espaço da UFV como opção de lazer no final de semana.

Outros dois espaços foram apontados pelos moradores como possibilidades positivas em Viçosa, que foi a Feira Livre, que acontece aos sábados na parte da manhã, na Av. Santa Rita; e o espaço do Calçadão, onde se localiza o Shopping Calçadão (Figura 55):

Gosto da feira. Primeiro, porque eu gosto de fazer feira, mas é... como eu te falei **esse entrosamento que a feira também me dá**. Eu não gosto de ir só pra fazer feira, eu vou para encontrar as pessoas entendeu? (João).

Eu acho assim, por exemplo, que o Calçadão é uma coisa boa em Viçosa. Eu quero colocar isso. **É um ponto de convergência.** É a única coisa que é a cidade que ta oferecendo, não é? Não é a universidade, não é o clube, não é um lugar fechado. Apesar de ser aquela bagunça toda, ele é público, mas ele é um lugar interessante, porque você convive ali num momento com gente da universidade com pessoas da cidade, e há uma interação social. E aí quando fizeram aquele Shopping Calçadão, isso ficou assim uma coisa ampla. Muito bom. Melhor do que aquela estrutura de shopping muito fechada, muito só de loja. Isso ali é uma identidade de Viçosa. Interessante (Núbia).



Figura 55 – Vista do Calçadão, com destaque para o Shopping no primeiro plano.

Quanto a esses espaços apontados pelos moradores, é importante salientar que, ao contrário do espaço da UFV, que somente é utilizado por causa de sua infraestrutura física para o lazer, por ser um espaço bonito, os espaços da feira e do calçadão se diferenciam pelas possibilidades dos encontros que eles oferecem. São espaços públicos da cidade de Viçosa, onde os moradores do Recanto da Serra apontaram como ponto forte por serem locais onde as diferentes pessoas se encontram e podem se relacionar. No entanto, além de se situarem geograficamente distantes do condomínio, os moradores os frequentavam de forma escassa. Ou seja, sabem da riqueza, em termos de sociabilidade que esses espaços públicos oferecerem, ao contrário do que seria no espaço do próprio condomínio.

O condomínio é fechado... então as pessoas geralmente não passam ali. E eu também raramente estou indo ao lugar que eles moram (Alan).

A rua como possibilidade de encontro, de interação e de sociabilidade fica totalmente ausente no condomínio, no sentido de integrar com a vizinhança de bairro e com a própria cidade, como colocou Alan. Esse efeito de proporcionar encontros fortuitos, tão típicos dos espaços públicos da cidade e que caracteriza a riqueza do modo de vida urbano (cf. WIRTH; SIMMEL, s.d.), é percebido pelos moradores do condomínio com certo pesar, no sentido de limitar a heterogeneidade das relações estabelecidas.

O condomínio como um espaço fechado tende a acomodar os seus moradores dentro de suas possibilidades oferecidas para relacionamentos extramurais, geralmente com pessoas afins, o que reduz significativamente o esforço por superar as diferenças e divergências, que nesse tipo de moradia tendem a ser reduzidas ao mínimo possível. Assim, tudo gira em torno de ficar entre os semelhantes como uma medida que garanta a preservação da identidade, pois, segundo Sennet (1988), “a própria pessoa estranha é uma figura ameaçadora, e muito poucos podem sentir um grande prazer nesse mundo de estranhos: a cidade cosmopolita” (SENNET, 1988, p.16).

5. À GUIA DE CONCLUSÕES

... ainda não se aprendeu a lição de que, num mundo cada vez mais interdependente, a dominação de um setor da humanidade sobre os outros está fadada a ter um efeito bumerangue.

- ELIAS e SCOTSON -

O objetivo desta pesquisa foi apreender o significado de morar em condomínio fechado para os próprios condôminos, no contexto de Viçosa, MG, cidade que é atualmente classificada pelo IBGE como de médio porte e que possui construção histórica marcada pela contínua relação entre os nativos, “semelhantes”, e os estrangeiros, os “estranhos”. A compreensão desse significado veio através do estudo das relações que esses moradores desenvolvem internamente na vizinhança de condomínio, com os bairros que limitam sua localização e com a cidade de Viçosa. MG.

A lógica capitalista que rege a ocupação do solo urbano como apontaram diversos pesquisadores, no sentido de se ter o aumento do preço do solo urbano no Centro das cidades devido à especulação imobiliária, forçando, assim, as camadas populares a ocupar, então, a periferia, é observada na construção do espaço urbano da cidade de Viçosa. Nesse processo, percebemos como também não só as camadas populares, mas as camadas altas de renda tendem a ocupar os espaços periféricos de Viçosa, conformando novos espaços de moradia como os condomínios fechados, justificados pelo afastamento do Centro, uma vez que, sob a perspectiva dos

moradores de condomínio, já não há mais como ter qualidade de vida nos espaços centrais da cidade.

Podemos estabelecer forte relação entre a situação de moradia em condomínios fechados e a forma com que a sociedade brasileira se configurou ao longo de sua história, à medida que, no Brasil, as legislações que regiam e as que regem o uso e a apropriação do solo urbano sempre manifestaram tendência em favorecer as classes mais abastadas, como foi o caso da Lei de Terras de 1850, ainda no período colonial. Enquanto propriedade privada, a posse do solo fica dependente de recursos financeiros, e numa sociedade hierarquicamente dividida, onde as diferenças de renda se acentuam cada vez mais, morar em condomínio fechado e entendendo este como um território privado que se mantém através de vultosos recursos, é uma forma de materializar o poder financeiro que se possui, ou seja, é uma forma de *status* econômico e social.

No caso brasileiro, os interesses das camadas mais altas da sociedade são amparados por uma legislação que, historicamente, consagrou a desigualdade em detrimento da igualdade, ao ampararem apenas ao interesse de um segmento social. Assim, o estado de igualdade no Brasil não se aflora, e o crescente número de condomínios fechados que têm surgido como opção de moradia para as classes mais altas é a explicitação dessa argumentação.

Nesse sentido, a construção do mundo público entre nós é muito fragilizada, pois nesse universo o indivíduo não tem proteção e não tem direitos, tornando-se parte da massa, ou seja, não há identificação imediata com esse mundo. O contrário acontece com o universo do privado, sob a imagem da casa, símbolo do privilégio e proteção, onde o indivíduo consegue se perceber dono de algo, sendo respeitado por isso. Assim, temos que a sociabilidade que se forjou no Brasil tendeu a nivelar o indivíduo na esfera pública e a ressaltar sua participação na esfera privada.

Um dos fatos que comprovam esse raciocínio diz respeito à tendência de se haver mais espaços privados nas cidades do que espaços públicos. E como espaços privados, os condomínios nos oferecem uma boa reflexão a respeito de como os brasileiros lidam com a lei, pois os condomínios fechados são propostas morfológicas que contradizem a legislação. Todavia, no Brasil a lei se cumpre se for do interesse das classes dominantes, pois, caso não seja, ela pode ser ignorada inclusive por eles, como acontece muitas vezes. Assim, vivenciar a ideia de igualdade que está presente na proposta da legislação torna-se quase impossível para

uma sociedade como a nossa, que se forjou sob o signo da diferença. Somos, por assim dizer, um povo que, historicamente, tem horror à igualdade ou a qualquer instrumento ou ação que possa legitimá-la.

Em nosso caso específico, pudemos verificar como essa reflexão de fato norteia a ocupação do solo urbano por parte das camadas mais abastadas, quando foram apontadas, pelos moradores entrevistados, as motivações que levaram a optar por morar em condomínio fechado: segurança, espaço externo, casa, tranquilidade e vista bonita. Para os moradores do condomínio, essas características não estão presentes no Centro da cidade, e é por possuírem um ambiente mais próximo dessa realidade que se diferenciam dos outros moradores.

A questão do adensamento do Centro da cidade, muito atrelado ao crescimento numérico dos habitantes e também da população flutuante, formada por estudantes, principalmente ligados à Universidade Federal de Viçosa, é hoje um problema de planejamento urbano. A desqualificação do Centro, com o excessivo número de pedestres, moradores, prédios, veículos, não acompanhados de uma infraestrutura de melhoria do espaço público é vista pelos moradores do Condomínio Recanto da Serra como algo que limita a frequência e o uso dos espaços centrais.

Nesta pesquisa, partimos do pressuposto de que a segregação socioespacial, que tem uma de suas manifestações na implantação de condomínios residenciais fechados, tem implicações nas formas como se constroem as relações na cidade e entre os indivíduos. Vimos como realmente se pode chegar à compreensão do espaço físico a partir de um melhor entendimento das dinâmicas sociais de determinados grupos.

Nesse sentido, rever as reflexões dos autores da Escola de Chicago hoje nos permitiu repensar as bases sobre as quais se firmaram as análises dos vínculos sociais. Na avaliação daqueles estudiosos, os agrupamentos humanos das sociedades tradicionais estariam recolhidos sobre suas próprias representações de mundo, o que lhes garantiria forte coesão. Nos tempos modernos, as relações sociais na cidade caracterizar-se-iam pela diminuição da densidade dos laços entre os indivíduos em contraposição ao aumento na densidade populacional. No entanto, é interessante ressaltarmos que, no condomínio, a densidade populacional é muito baixa e nem por isso há maior densidade de laços sociais. Assim, a proximidade dos corpos deixaria transparecer as distâncias mentais, pois há uma sobreposição da cultura individual

sobre a cultura coletiva, que promove muito mais uma relação de boa vizinhança do que convívio íntimo, de partilha de vida.

Buscando apreender o significado de morar em condomínio fechado para os moradores do Condomínio Recanto da Serra em Viçosa, constatamos que a efetivação das formas de sociabilidade que exerciam fazia parte de um processo de autopercepção, ou seja, de se perceber como semelhante ou estranho. Essas constatações perpassaram os processos de construção do espaço urbano, de construção da identidade de determinado grupo, suas relações com os seus semelhantes e os não semelhantes, de forma a configurar espaços físicos e sociais segregados, como o condomínio fechado.

Para os moradores do Recanto da Serra, as condições que confeririam qualidade de vida a essas estavam presentes apenas em espaços de morar como o condomínio fechado. Embora sejam cientes de que o condomínio Recanto da Serra também não disponibiliza todos esses elementos conjuntamente, estes estão contemplados de alguma forma através da estrutura do condomínio, que se apresenta bem mais organizada do que o Centro, em termos de garantir a qualidade de vida.

Em Viçosa, temos uma realidade urbana que a distingue das outras cidades próximas quanto ao porte populacional, pois as marcas distintivas que identificamos por parte dos moradores do Recanto da Serra, principalmente pautadas na questão da renda e da cultura, são fatos que constituíram historicamente a cidade. Ligado principalmente à criação e expansão da Universidade Federal de Viçosa e associado com a vinda de professores de diferentes culturas, cria-se na cidade uma demarcação muito grande em termos de *status* socioeconômico.

Percebemos na sociedade viçosense traços da influência portuguesa na construção da sociedade brasileira, quando nos deparamos com a importância que ainda damos às Letras, ao indivíduo letrado, no sentido de que isso é um capital que confere *status* a uma pessoa. Assim como o português no período colonial conferia o título de “doutor” àqueles que possuíam formação acadêmica, nossa sociedade ainda permite que o letrado sobressaia-se sobre os demais. E nesse aspecto a cidade de Viçosa torna-se um caso muito particular e específico, pois, com a presença no cotidiano da cidade dos professores universitários, a marca histórica da distinção da “sociedade do doutor” se materializa em nosso contexto.

A distinção do “doutor” em Viçosa foi construída historicamente. Quando da implantação da ESAV, ainda no início do século XX, houve grande presença de

professores norte-americanos que se inseriram no cotidiano da cidade, usufruindo seus espaços e, em contrapartida, promovendo sua expansão. Além de ser a presença do estrangeiro, era a presença do “estrangeiro doutor”, que se configurou como pano de fundo para a sociabilidade que se constituiu em cima das distinções entre os diferentes grupos sociais que formavam a cidade nesse momento.

Mesmo depois que se diminuiu a presença desses na cidade, o imaginário urbano viçosense sempre conviveu e se moldou pela presença do “doutor”, que, amparado por uma renda que sobressaía à da média da população local, passou a usufruir as melhores condições que a cidade oferecia, como habitação, espaços de lazer e educação.

Sob essa perspectiva e sabendo que os atores participam de forma diferenciada na construção do solo urbano, vimos como a legislação urbana da cidade, ao longo dos anos, foi se constituindo de forma a privilegiar os “doutores”, que eram aqueles que possuíam, além do maior capital cultural, significativo capital econômico.

Em nosso estudo, identificamos essa especificidade de Viçosa, ao constatarmos que a maioria dos moradores do Condomínio Recanto da Serra não tinha suas origens na cidade, bem como também estavam ligados, por meio de relações de trabalho, com a Universidade. Podemos, sob a perspectiva socioeconômica, afirmar que essa Instituição, UFV, é para os moradores de Viçosa um fator de distinção, pois a remuneração de seus funcionários, principalmente os professores e pesquisadores, é acima da média no município.

Como os “de fora” traziam o caráter da diferença, muito demarcado pela cultura, sua assimilação pelos moradores locais se dava de forma lenta. Vimos em nossa pesquisa que, mesmo os moradores do condomínio que há muitos anos residem em Viçosa, chegando a construir na cidade relações afetivas, têm dificuldades em sentir-se parte da cidade, o que os aproximaria de um grupo *outsiders*.

Sob a perspectiva de que a proximidade social, que se materializa na proximidade física, tende a favorecer os laços entre os iguais, constatamos que os moradores do condomínio que não têm sua origem no município, mas possuem renda mais alta, caracterizam-se como “estranhos assimilados” pelas classes alta e média dos moradores de origem viçosense, até mesmo como fator de distinção para eles em relação aos moradores nativos de classes mais baixas.

Sob essa perspectiva, a opção de moradia em condomínio se justificou pelo fato de ser muito mais aprazível e tranquilo de se dividir o mesmo espaço, e mesmo sua convivência cotidiana, com pessoas de mesmo perfil sociocultural que o seu. Percebemos como esse processo acontecia para os moradores do condomínio, quando, por parte destes, eram envidados mais esforços por uma convivência intramuros do que na escala do bairro ou da cidade.

Nas relações construídas intramuros, vimos que, mesmo compondo um grupo homogêneo em relação à cidade, esses moradores se distinguiram fortemente entre si, formando subgrupos e estabelecendo relações de poder, a ponto de alguns moradores se sentirem como verdadeiros *outsiders* dentro do próprio condomínio. Algo que chamou nossa atenção foi o fato de que a sociabilidade interna era algo que para ser construída demandava muito esforço por parte dos moradores. Não somente pelo fato de o condomínio não possuir infraestrutura bem equipada de espaços de uso coletivo, mas porque o morar em condomínio significava um refúgio do tumulto do centro e da correria do cotidiano. Nesse sentido, as relações construídas internamente, muitas vezes ficavam no âmbito da boa vizinhança.

Nas relações estabelecidas com os bairros limítrofes, verificamos que a motivação para os contatos, quando havia, era de caráter apenas utilitário, não tendo investimento, por parte dos moradores do condomínio, em relações de amizade. Sob a perspectiva da distinção social, isso já era, de fato, esperado *a priori*. O que nos surpreendeu, no entanto, foi a forma de articulação das identidades dos moradores quanto se situarem como pertencentes a um dos bairros. Sendo os dois bairros completamente distintos entre si, o João Braz mais popular e comercial e o Violeira mais rural e bucólico e o condomínio, situando-se no limite geográfico entre os dois, os moradores acionavam as identidades de acordo com a imagem que queriam passar, o que reflete um caráter superficial de identificação.

Com relação à cidade de Viçosa, os espaços frequentados pelos condôminos, ou seja, aqueles espaços onde se socializam com os de fora do núcleo familiar ou da vizinhança imediata, são marcados pelo signo da segregação, como o shopping, os clubes de lazer, os restaurantes e espaços escolares. Essas relações que estabelecem com a cidade espelham a forma como os cidadãos “vivem a cidade”, através de uma sociabilidade que força a desigualdade, a segregação socioespacial e, acima de tudo, naturaliza as diferenças sociais tão gritantes e, por vezes, conflituosas. Muitas vezes,

esse processo de naturalização acontece porque aceitamos, de forma muito passiva, essas próprias contradições.

Uma ressalva se faz necessária no sentido de compreendermos um pouco mais sobre a dinâmica das relações estabelecidas com a cidade, pois Viçosa ainda concentra suas atividades de prestação de serviços, as quais os moradores como um todo, inclusive os dos condomínios, precisam utilizar. Nesse sentido, não identificamos um total isolamento do espaço público da cidade, por parte dos moradores do Recanto da Serra, pois a dinâmica urbana de Viçosa ainda depende muito do Centro. Em contrapartida, o condomínio também não possui infraestrutura que permitia afastamento mais radical da cidade. Todavia, a perspectiva do isolamento dos espaços públicos da cidade se fez sentir, ainda que sutilmente, quando os moradores apresentavam seus grupos de convivência e suas dinâmicas da utilização da cidade, contemplando muito mais espaços que não pertenciam à administração pública da cidade, como a UFV, bares, restaurantes, shoppings e clubes de lazer, em detrimento de espaços como o calçadão ou a feira livre.

Embora a questão da violência urbana não tenha sido mencionada explicitamente pelos moradores, a questão da segurança teve prioridade para a maioria, justificando, assim, a opção por esse tipo de moradia. A questão é que os moradores não percebem a cidade como violenta, mas a percebem como sem planejamento urbano adequado diante do avançado processo de crescimento urbano, muito atrelado ao crescimento da Universidade Federal de Viçosa. E a necessidade da segurança, no sentido de manter-se à distância de intrusos e resguardar a privacidade e a intimidade, vem justamente pela instabilidade psicológica no ambiente urbano, muito mais do que por fatos violentos realmente contabilizados.

A busca pela distinção social que se verificou na cidade, por parte dos moradores do Recanto da Serra, é, assim, encoberta pela justificativa de uma possível busca da qualidade de vida, que não está, na percepção dos condôminos, contemplada nos espaços públicos. Dessa forma, promovida pelo capital privado, a configuração de espaços de moradias segregados como os condomínios fechados tem-se tornado prática por parte das famílias de classes média e alta na cidade, pautada pelo discurso da busca por qualidade de vida.

A partir da reflexão suscitada neste trabalho, novas perspectivas de pesquisas se fazem pertinentes no sentido de compreendermos as causas, implicações e materializações desses espaços segregados, como os condomínios, nas cidades.

Promover um estudo focado nas legislações municipais e suas consequências para o espaço urbano, sob a perspectiva de uma sociedade pautada no “signo do doutor”, é de extrema importância para compreendermos a dinâmica social de uma cidade como Viçosa.

Outro eixo que esta pesquisa suscita é a possibilidade de se discutir a realidade urbana de Viçosa num estudo mais amplo, envolvendo outros condomínios e ouvindo outras percepções como as de pessoas que não vivem nessa tipologia habitacional, como os vizinhos imediatos ou, mesmo, outros grupos sociais. Uma análise comparativa entre a sociabilidade interna nos condomínios de Viçosa, a fim de se discutirem as relações de poder estabelecidas em um agrupamento de pessoas que partilham de histórias de vida diferenciadas, lançaria luzes para discutir as relações de alteridade, territorialidade e identidade.

Ampliando um pouco o horizonte de análises, seria importante para compreendermos a situação de segregação urbana específica de Viçosa se fosse feito um estudo comparativo com outras cidades de mesmo porte e que se situam na mesma região de Viçosa, como Ponte Nova, Ubá e Barbacena.

O desafio do planejamento urbano permanece. Muitos são os fatores que precisam ser considerados, porque esse é um assunto que diz respeito às questões do homem, seus limites, desafios e potencialidades enquanto ser social. Assim, em um mundo interdependente como vivemos atualmente, e que tende a intensificar esse processo cada vez mais, romper com antigos sistemas pautados em construções ideológicas, que privilegiam uns e esquece-se de outros, e, principalmente desvencilhar-se de uma atuação do Estado que materializa essas arcaicas relações, torna-se imperioso se não quisermos viver direcionando nossos esforços para continuamente apenas minimizarmos seus efeitos negativos.

REFERÊNCIAS

- BACHELARD, Gaston. **A poética do espaço**. São Paulo: Martins Fontes, 1993.
- BAUDRILLARD, Jean. **A sociedade de consumo**. Lisboa: Edições 70, 1995.
- BAUMAN, Zygmunt. **Comunidade**: a busca por segurança no mundo atual. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.
- _____. **O mal estar da pós-modernidade**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998.
- _____. **Vida para consumo**. A transformação das pessoas em mercadoria. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2008.
- BILAC, Elisabete Dória. **Sobre as transformações nas estruturas familiares no Brasil**. Notas muito preliminares. In: RIBEIRO, I.; RIBEIRO, C. (Orgs.). **Família e processos contemporâneos**: inovações na sociedade brasileira. São Paulo: Loyola, 1995.
- BOURDIEU, Pierre. Efeitos de lugar. In: BOURDIEU, Pierre. **A miséria do mundo**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1998.
- CALDEIRA, Teresa do Rio Pires. **Cidade de muros**: crime, segregação e cidadania em São Paulo. São Paulo: Editora 34/EDUSP, 2000.
- CARLOS, Ana Fani Alessandri. **A (re)produção do espaço urbano**. São Paulo: Edusp, 1994.
- ELIAS, Norbert; SCOTSON, John L. **Os estabelecidos e os outsiders**. Sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade. Rio de Janeiro: Zahar, 2000.

EUFRASIO, Mário A. **Estrutura urbana e ecologia humana**. A escola sociológica de Chicago (1915-1940). São Paulo: EDUSP, 1999.

FERNANDES, Edesio; VALENÇA, Márcio Moraes (Orgs.). **Brasil urbano**. Rio de Janeiro: Mauad, 2004.

FERREIRA, João Sette Whitaker. A cidade para poucos: breve história da propriedade urbana no Brasil. In: SIMPÓSIO “INTERFACES DAS REPRESENTAÇÕES URBANAS EM TEMPOS DE GLOBALIZAÇÃO”, 2005, Bauru. **Anais...** Bauru, SP: UNESP Bauru e SESC Bauru, 21 a 26 de agosto de 2005. HEIDEGGER, Martin. Construir, habitar, pensar. In: CHOAY, Françoise. **O urbanismo: utopias e realidades, uma antologia**. São Paulo: Perspectiva, 1997.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. Disponível em: <<http://www.ibge.com.br>>. Acesso em: 20 jan. 2008.

JESUS, Gislene Higino de. **O processo de auto-segregação no espaço periurbano: análise dos fatores sócio-econômicos responsáveis pela configuração da paisagem no bairro Violeira, Município de Viçosa, MG**. 2007. Monografia (graduação em Geografia) – Universidade Federal de Viçosa, Viçosa, MG, 2007.

KAPLAN, Abraham. **A conduta na pesquisa científica: metodologia para as ciências do comportamento**. São Paulo: EDUSP, 1975.

KOPNIN, P. **Fundamentos lógicos da ciência**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1972.

LEFEBVRE, Henri. **A revolução urbana**. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 1999.

LOPES, A.V.F. **Condomínios residenciais: novas faces da sociabilidade e da vivência de transgressões sócias**. 2008. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Urbano) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2008.

MARICATO, Ermínia. **Metrópole na periferia do capitalismo**. Legalidade, desigualdade e violência. São Paulo: Hucitec, 1996.

MARTINS, José de Souza. **Exclusão social e a nova desigualdade**. São Paulo: Paulus, 1997.

MARX, Murilo. **Cidade no Brasil terra de quem?** São Paulo: EDUPS, 1991.

MELLO, Fernando A. O. **Análise do processo de formação da paisagem urbana do município de Viçosa, Minas Gerais**. 2002. (Mestrado em Ciência Florestal) – Universidade Federal de Viçosa, Viçosa, MG, 2002.

MONTE MÓR, R.L.M.; BHERING, I.G.A. Dinâmica do crescimento das cidades brasileiras: pobres periferias ricas. In: MONTE-MÓR, R.L. et al. (Orgs.). **Novas periferias metropolitanas**. A expansão metropolitana em Belo Horizonte: dinâmica e especificidades no Eixo Sul. Belo Horizonte: Editora c/Arte, 2006.

MONTE-MÓR, Roberto Luís de M. Urbanização extensiva e lógicas de povoamento: um olhar ambiental. In: SANTOS, M.; SOUZA, M.A.; SILVEIRA, M.L. **Território, globalização e fragmentação**. São Paulo: Hucitec/Anpur, 1994.

MOURA, Cristina Patriota. **A fortificação preventiva e a urbanidade como perigo**. Brasília: DAN/UNB, 2006. (Série Antropologia, v. 407).

ODOUGHERTY, Maureen. **Auto-retratos da classe média**: hierarquias de “cultura” e consumo em São Paulo. Disponível em: <<http://www.scielo.com>>. Acesso em: 20 nov. 2007.

PALLARES-BURKE, Maria Lúcia Garcia. Entrevista com Zigmunt Bauman. **Tempo Social**, São Paulo, v. 16, n.1, jun. 2004.

PANIAGO, Maria do Carmo Tafuri. **Viçosa – Mudanças socioculturais; evolução histórica e tendências**. Viçosa, MG: UFV, 1990.

PEREIRA, Mirlei F.V. Contradições de uma “Cidade Científica”: Processo de urbanização e especialização territorial em Viçosa-MG. **Revista on-line. Caminhos de Geografia**. Disponível em: <<http://www.ig.ufu.br/revista/caminhos.html>>. Acesso em: 20 fev. 2009.

PINTO, N.A. et al. A produção da cidade legal e ilegal: a lógica da sociedade da exclusão social no ordenamento do espaço urbano de Viçosa, MG. **Revista Oikos**, Viçosa, MG: DED/UFV, 2004.

PINTO, Neide Maria de Almeida. **Entre a proximidade e o distanciamento**: um estudo das relações sociais de famílias residentes em cortiços na cidade de São Paulo. 2002. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2002.

PMV – Prefeitura Municipal de Viçosa. Disponível em: <<http://www.vicosamg.gov.br>>. Acesso em: 20 jan. 2008.

RYBCZYNSKI, Witold. **Casa**: pequena história de uma idéia. Rio de Janeiro: Record, 1996.

ROLNIK, Raquel. Exclusão territorial e violência. O caso de São Paulo, Brasil. In: FERNANDES, Edesio; VALENÇA, Márcio Moraes (Orgs.). **Brasil urbano**. Rio de Janeiro: Mauad, 2004.

SAMARA, Eni de Mesquita. **O que mudou na família brasileira?** (Da colônia à atualidade). Disponível em: <<http://www.scielo.br>>. Acesso em: 20 mar. 2009.

SENNET, Richard. **O declínio do homem público**: as tiranias da intimidade. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

SILVA, Bruno Mattos e. Legalidade ou ilegalidade dos loteamentos ou condomínios fechados. **Jus Navigandi**, Teresina, v. 12, n. 1881, 25 ago. 2008. Disponível em: <<http://jus2.uol.com.br/doutrina/texto.asp?id=11636>>. Acesso em: 13 out. 2008.

SILVA, Diene Ellen Tavares. **O consumo de alimentos sem agrotóxicos como fator de distinção social**: o caso de Viçosa-MG. 2007. Dissertação (Mestrado em Extensão Rural) – Universidade Federal de Viçosa, Viçosa, MG, 2007.

SIMMEL, Georg. A metrópole e a vida mental. In: VELHO, O.G. **O fenômeno urbano**. Rio de Janeiro: Zahar, 1979.

SINGER, Paul. O uso do solo urbano na economia capitalista. In: MARICATO, Ermínia (Org.). **A produção capitalista da casa (e da cidade) no Brasil industrial**. São Paulo: Alfa-Omega, 1979.

SOUZA, Luiz Alberto. **A prática urbanística versus uma abordagem sócio-jurídica**. Disponível em: <<http://www.vivercidades.org.br>>. Acesso em: 13 out. 2008.

SOUZA, Marcelo Lopes de. Alguns aspectos da dinâmica recente da urbanização brasileira. In: FERNANDES, Edesio; VALENÇA, Márcio Moraes (Orgs.). **Brasil urbano**. Rio de Janeiro: Mauad, 2004.

STEPHAN, Ítalo; RIBEIRO FILHO, Geraldo Browne. **Avanços e limites na implantação de um sistema de planejamento em Viçosa-MG**. 2001. Disponível em: <<http://www.ichs.ufop.br/conifes>>. Acesso em: 7 jul. 2007.

TRAMONTANO, M.; SANTOS, D. M. Condomínios fechados: um olhar arquitetônico. **Revista AAI**, Porto Alegre, v. 1, AAI, 2001.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE VIÇOSA. Disponível em: <<http://www.ufv.br>>. Acesso em: 20 jan. 2008.

VELHO, Gilberto. **Individualismo e cultura**. Notas para uma antropologia da sociedade contemporânea. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

VÉRAS, M.P.B. Cortiços em São Paulo: velhas e novas formas da pobreza urbana e da segregação social. In: BOGUS, L.; WANDERLEY, L.E. (Orgs.). **A luta pela cidade em São Paulo**. São Paulo: Cortez, [s.d.].

WIRTH, Louis. Urbanismo como modo de vida. In: VELHO, O.G. **O fenômeno urbano**. Rio de Janeiro: Zahar, 1979.

ANEXOS

ANEXOS



UNIVERSIDADE FEDERAL DE VIÇOSA
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES
DEPARTAMENTO DE ECONOMIA DOMÉSTICA

Aluna: Josélia Godoy Portugal
Orientadora: Neide Maria de Almeida Pinto
Março/2009

Entrevista semiestruturada aplicada às famílias residentes no Condomínio Recanto da Serra em Viçosa, MG.

Entrevista n°: _____ Data: _____
Nome do entrevistado: _____

Objetivo 1: Perfil socioeconômico dos moradores do condomínio

1.1 – Quantas pessoas residem na suas casa? _____

1.2 – Quais as idades? _____

1.3 – Quantos homens e quantas mulheres? (H) _____ (M) _____

1.4 – Renda da família:

() até R\$1000,00 () de R\$2500,00 até R\$5000,00 () acima de R\$7500,00
() de R\$1000,00 até R\$2500,00 () de R\$5000,00 até R\$7500,00

1.5 – Qual a escolaridade dos adultos?

1.6 – Qual a profissão dos adultos?

1.7 – Qual a ocupação atual dos mesmos?

1.8 – Qual o local de trabalho?

1.9 – Sua residência é própria? Se não, qual é a situação?

1.10 – Possuem empregados em sua residência? Se sim, quais as funções deles?

1.11 – Você exerce alguma função no condomínio além de morador? Se sim, qual?

1.12 – Qual a cidade de origem de vocês?

1.13 – Qual a religião da família?

Objetivo 2: Modo de vida dos moradores do condomínio e as relações por eles construídas com a vizinhança intramuro, com o bairro e com a cidade.

2.1 – LAZER

2.1.1 – Qual a principal atividade de lazer da sua família?

2.1.2 – Onde essas atividades são desenvolvidas?

2.1.3 – Quais as pessoas que você convive na prática dessas atividades?

2.2 – VIZINHANÇA

* Intramuros

2.2.1 – Dentro do condomínio quais os locais mais frequentados pela família? Por quê?

2.2.2 – Quais das atividades comuns do condomínio você e sua família participam? Por quê?

2.2.3 – Vocês têm relações de afinidade com as pessoas que moram nesse condomínio? Descreva-as.

2.2.4 – Você conhece os funcionários do condomínio?

2.2.5 – Fora do trabalho deles, você tem contatos com algum? Se sim, descreva.

2.2.6 – Como fazem para resolver os problemas internos ao condomínio?

* *Bairro no qual o condomínio se localiza*

2.2.7 – Você se relaciona com os moradores do bairro? Descreva como.

2.2.8 – Mantém alguma relação mais próxima com alguém do bairro? Se sim, que tipo de relação?

2.2.9 – Tem costume de usufruir de algo específico do bairro? O que e como?

2.2.10 – Como você se vê em relação aos moradores do bairro do seu condomínio?

2.2.11 – Há quanto tempo você mora nesse condomínio?

2.2.12 – Quais as razões que levaram você a escolher morar em um condomínio?

2.2.13 – O que mudou quando passou a morar no condomínio?

- 2.2.14 – Como você se sente morando em um condomínio?
- 2.2.15 – Em relação aos seus vizinhos de condomínio, como você se sente?
- 2.2.16 – Em relação às outras pessoas da cidade, como você se sente?
- 2.2.17 – O que uma pessoa precisa para fazer parte do seu grupo de convívio?
- 2.2.18 – Quando você vai escolher seus amigos, qual o perfil de pessoa que você se identifica?

Objetivo geral: significado de morar em um condomínio e percepção da cidade.

3.1 – PERCEPÇÃO DA MORADIA

- 3.1.1 – O que significa para você morar em um condomínio fechado?
- 3.1.2 – Você gosta de sua casa?
- 3.1.3 – O que você gosta em sua casa? Por quê?
- 3.1.4 – E do condomínio, você gosta?
- 3.1.5 – No condomínio, o que você gosta? Por quê?
- 3.1.6 – Se pudesse mudar algo no condomínio, o que você mudaria?

3.2 – PERCEPÇÃO DA CIDADE

- 3.2.1 – Você gosta de Viçosa? Por quê?
- 3.2.2 – Do que você não gosta?
- 3.2.3 – Qual o local da cidade que você gosta? Por quê?
- 3.2.4 – Qual o local que você não gosta? Por quê?
- 3.2.5 – Se pudesse morar em outra cidade, onde seria? Por quê?
- 3.2.6 – Se fosse morar em outro lugar aqui em Viçosa, qual local escolheria? Por quê?
- 3.2.7 – Onde você não moraria? Por quê?
- 3.2.8 – O que mais o incomoda em Viçosa? Por quê?

TRABALHO DE PESQUISA DE DISSERTAÇÃO

Viçosa, 09 de março de 2009.

Aos Moradores
Condomínio Recanto da Serra

Venho apresentar-me com o intuito de solicitar sua colaboração no Programa de Pós-Graduação em Economia Doméstica da Universidade Federal de Viçosa.

Sou Arquiteta e Urbanista e nosso TRABALHO DE PESQUISA DE DISSERTAÇÃO tem como objetivo discutir a sociabilidade exercida por moradores de condomínios e suas relações com a cidade, bem como refletir sobre a qualidade de vida em condomínios e o bem-estar social da cidade.

Esta discussão SÓ É POSSÍVEL com sua participação por meio de uma simples entrevista. Nesse sentido solicito a gentileza de sua, importantíssima, ajuda em meu trabalho de tese, sem a qual não consigo executá-la.

Então, neste mês de março, estarei entrando em contato com os senhores para que possamos marcar um horário.

Gostaria de frisar que, em todas as informações, o anonimato é algo garantido.

Desde já agradeço pela disponibilidade e pela participação!

Atenciosamente.

Josélia Godoy Portugal

Prof^a do Departamento de Arquitetura e Urbanismo - Mestranda – 3899 -1976

Neide Maria de Almeida Pinto

Prof. do Programa de Pós-Graduação em Economia Doméstica – Orientadora
- 38991630